

CONCEIÇÃO DE MARIA BELFORT DE CARVALHO

São Luís

*Ilha do Amor, Terra das Palmeiras, Cidade dos Azulejos, Atenas Brasileira.
Patrimônio Cultural da Humanidade, Capital Brasileira do Reggae.*

**A GENEALOGIA DO PATRIMÔNIO EM SÃO
LUÍS: DA ATHENAS À CAPITAL DA DIVERSIDADE**



CONCEIÇÃO DE MARIA BELFORT DE CARVALHO

**A GENEALOGIA DO PATRIMÔNIO EM SÃO
LUÍS: DA ATHENAS À CAPITAL DA DIVERSIDADE**

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Estrutura Organização e Funcionamento Discursivo e Textual

Orientador: Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin

ARARAQUARA – S.P.

2009

CONCEIÇÃO DE MARIA BELFORT DE CARVALHO

A GENEALOGIA DO PATRIMÔNIO EM SÃO LUÍS: DA ATHENAS À CAPITAL DA DIVERSIDADE

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Estrutura, Organização e Funcionamento Discursivo e Textual.

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin

Data da Defesa: ___/___/___

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Membro Titular: Profa. Dra. Vanice de Oliveira Sargentini
Universidade Federal de São Carlos

Membro Titular: Profa. Dra. Luzia Sigoli Fernandes Costa
Universidade Federal de São Carlos

Membro Titular: Profa. Dra. Marisa Gama Khalil
Universidade Federal de Uberlândia

Membro Titular: Prof. Dr. Antonio Suárez Abreu
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

A minha família, a razão de tudo.
Ao meu tio Raimundo Neres (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

O momento de agradecer é sempre especial. Ele traz à memória as pessoas que trilharam conosco um longo caminho, que dividiram as angústias, as dúvidas, as alegrias, a felicidade. Este espaço, ainda que pequeno, é reservado a elas.

A Deus, por todos os motivos;

Ao professor Erasmo Campelo, com quem tudo começou;

Às amigas Ilza Cutrim e Mônica Cruz, pela disponibilidade e diálogo que tiveram comigo na realização deste trabalho;

A Giovanni Boaes, pelas primeiras discussões;

Às professoras Dras. Vanice de Oliveira Sargentini e Luzia Sigoli Fernandes Costa, pelas valiosas observações e sugestões feitas durante a Qualificação;

À professora Dra. Márcia Manir Miguel Feitosa, Coordenadora Operacional do DINTER, pela disponibilidade, responsabilidade e competência com que tem conduzido o DINTER, em São Luís;

Aos colegas do DINTER, com quem dividi a realização de um sonho;

À Rita Torres, Secretária do DINTER, na UNESP, pela competência e seriedade com que conduz a organização de nossa vida acadêmica;

À Universidade Estadual Paulista, à Universidade Federal do Maranhão e ao Instituto Federal de Educação Tecnológica do Maranhão, pela consolidação do Doutorado Interinstitucional;

À Weissyllanne Jácome, bolsista de iniciação científica, pela prestimosa ajuda na garimpagem de material de pesquisa em acervos de São Luís;

Aos amigos da casa de D. Lourdes, pelo acolhimento.

Lá onde minha memória cristalizou os bons tempos,

lembro de um sorriso acolhedor nos degraus de uma escada

lembro de risadas, de um bom bate-papo, de uma boa música

lembro de amigos, de sorrisos numa república maranhense

*lembro de caminhadas em ruas e becos, seguindo as trilhas do passado
nos passos de Damião...*

Centro Histórico, as meninas na pedra...

lembro da minha defesa de mestrado: São Luís, sujeito, espaço, tempo, poesia...

lembro de dificuldades, dúvidas, incertezas

lembro dos casacos de lã, do frio, do calor

lembro de crianças (Dóris, Laurinha, Carol, Maisinha, Lucas, Zoe, Olavo, João)

*lembro do mergulho no mar aos primeiros raios de sol, num dia feliz em São Luís,
do tambor de crioula na praia*

*lembro do café da manhã num barzinho na praça após o nascer de um dia,
em São Carlos*

lembro de frutas bem cortadas num café da manhã

e servidas como um manjar aos deuses

lembro de pré-carnavais, Cidade Negra, Bicho Terra, Kamikaze, Antigamente...

lembro daquele dia, às margens da Lagoa,

a ponta de um novelo que foi se soltando

e tecendo as primeiras ideias de um DINTER

lembro da ansiedade, da esperança, da certeza, do projeto – o fio tecendo as reuniões,

os e-mails, os telefonemas

as distâncias diminuindo, as universidades se aproximando

o sonho tão perto, tornando-se real pra tanta gente,

tudo ao mesmo tempo, agora

*Em todas essas e muitas outras lembranças está você, Rosário, que se divide
conosco em tantos papéis: professora-orientadora, amiga, irmã...*

Com algumas (não todas) palavras,

Este breve agradecimento.

*“Qualquer coisa que você possa fazer ou sonhar,
você pode começar.
A ousadia tem genialidade, poder e magia em si”.*

(Johan Wolfgang Von Goethe)

RESUMO

Análise da produção de identidades em São Luís, Maranhão. Busca-se compreender, por meio da genealogia foucaultiana, como se constituiu, histórica e discursivamente, uma simultaneidade de identidades, que nomeiam, atualmente, a “São Luís da diversidade”, a partir do conceito de patrimônio cultural, edificado por várias práticas discursivas. Faz-se uma análise de diversos discursos, buscando a emergência de acontecimentos que os fabricaram e criaram São Luís como Athenas Brasileira, como Manchester do Norte, como Jamaica, e, atualmente, como diversidade (num espaço que reúne a multiplicidade, onde tudo acontece ao mesmo tempo, agora). O *corpus* assinala a longa duração histórica recortada nesta pesquisa (séculos XVIII-XXI). Em cada momento da irrupção do discurso de “patrimônio” ele se materializa em textos e suportes de diferentes naturezas: livros e imprensa ilustram práticas discursivas que constroem a identidade de Athenas Brasileira (séculos XVIII-XIX); leis, documentos oficiais, documentos fotográficos registram o epíteto Manchester do Norte (início do século XX); várias mídias – impresso, *outdoors*, planfletos, *busdoors* – na atualidade, destacam uma simultaneidade de identidades. A pesquisa orienta-se pela proposta teórico-metodológica adotada pela Análise do Discurso de base foucaultiana, na direção que é dada no Brasil pelos trabalhos de Gregolin (2004), Sargentini e Navarro-Barbosa (2004), Fernandes (2007) e nas preocupações de um grupo de pesquisadores, que vêm, a partir da AD, pensando as identidades maranhenses (CRUZ, 2005; SANTOS, 2002; MATOS, 2002; CARVALHO, 2001). Para a constituição histórico-discursiva de uma “São Luís da diversidade”, a pesquisa parte da genealogia do conceito de patrimônio, destacando duas concepções que o performaram enquanto um elemento constitutivo de identidade: o patrimônio material e o patrimônio imaterial. As representações discursivas sobre patrimônio em São Luís situam-se em torno do conceito de patrimônio imaterial, a partir da construção de uma identidade que se ancora no discurso literário e que valoriza a terra e o homem maranhense: a de São Luís como *Athenas Brasileira*. A identidade de *Manchester do Norte* vai sendo edificada em leis, documentos (materializados nos Códigos de Posturas), fotografias, a partir do desejo de modernização, que tem no disciplinamento do espaço e do corpo, por meio de reformas urbanísticas, sua principal forma de organização. O conceito de patrimônio cultural, à luz da pós-modernidade, vai ganhando contornos que alcançam dimensões mais amplas, materializando-se no imaterial, em mecanismos de preservação, que envolvem a cultura e a memória. Num movimento sincrônico de construção identitária, a globalização e a cultura de massa reconfiguram o popular, valorizando-o e provocando a emergência de uma outra identidade, a de *Jamaica Brasileira*. Festas como bumba-meu-boi, tambor-de-crioula, cacuriá mobilizam o funcionamento da concepção de patrimônio e se inserem em novos padrões contemporâneos de um mercado capitalista, na contemporaneidade, segundo a qual todas as culturas têm abrigo e produzem a emergência de uma *São Luís da diversidade*, que por meio do discurso midiático, se insurge no limiar do século XXI como uma capital onde todas as culturas se encontram.

Palavras-chave: Patrimônio Material e Imaterial. São Luís. Discurso. Genealogia. Diversidade.

ABSTRACT

An analysis of the production of identities in São Luís – Maranhão. This paper tries to understand, through the genealogy of Foucault, how a simultaneity of identities constituted itself, historically and discursively, which it is considered, nowadays, the “São Luís of the Diversity”, from the concept of cultural patrimony, constructed by several discursive practices. It is done an analysis of several discourses and so looking for the emergency of happenings which they fabricate, so creating São Luís like a Brazilian Athens, a Manchester of the North, id est a Jamaica; and for the present like a diversity (in a space which gets together the multiplicity; where everything happens at the same time, now). The *corpus* signs the long historical length performed in this field research (XVIII – XXI Centuries). In every moment of the irruption of the discourse of “patrimony” it materializes itself into texts and supports of different natures: books and press illustrates discursive practices which construct the identity of Brazilian Athens (XVIII – XIX Centuries); laws, official documents, photographic documents register the epithet Manchester of the North (beginning of the XX Century); several media – printed, outdoors, pamphlets, birsdors – nowadays, emphasize a simultaneity of identities. This paper guides itself to the theoretical methodological proposal adopted by the analysis of the discourse from Foucaultian basis, in that direction which is given in Brazil by works of Gregolin (2004), Sargentini and Navarro-Barbosa (2004), Fernandes (2007) and also based upon the preoccupations of a group of researchers who come, since AD, considering the Maranhense identities (CRUZ, 2005; SANTOS, 2002; MATOS, 2002; CARVALHO, 2001). To the construction of the historical – discursive approach of a “São Luís of the diversity”, this paper departs from the genealogy of the concept of patrimony and emphasizes two conceptions which performed it while a constitutive element of identity; the material patrimony and the immaterial patrimony, the discursive representations about the patrimony in São Luís situate themselves around the concept of immaterial patrimony, from the construction of an identity which anchor itself in the literary discourse and which increases the value of the land and the Maranhense: that one of São Luís like *Brazilian Athens*. The identity of Manchester of the North has been builded in laws, documents (materialized in the Code Postures), photos, from the desire of modernization which possess in the discipline of the space and the body, through urbanistical reforms, its main form of organization. The concept of cultural patrimony, under the light of post-modernity, has been gaining ground which reach more large dimensions, materializing itself in the immaterial element, in mechanisms of preservations, which cover the culture and the memory. In a synchronical movement of identity construction, globalizations and culture of masses reshape the popular approach and gives it a value and so provokes the emergency of another identity, that one of Brazilian Jamaica. Feats like *bumba-meu-boi*, *tambor-de-crioula*, *cacuriá* mobilize the functioning of the conception of patrimony and insert themselves into new contemporary patterns of a capitalist market, in the contemporaneity, according to which all the cultures have shelter and produce the emergency of a São Luís of the Diversity and this by means of the media discourse emerges itself in the threshold of the XXI century like a capital where all the cultures meet themselves.

Key-words: Material and Immaterial Patrimony. São Luís. Discourse. Genealogy. Diversity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Propaganda turística, Governo do Maranhão, 2003.	44
Figura 2	- Forte Saint Louis, hoje Palácio dos Leões.....	48
Figura 3	- Visitantes da Exposição do Tricentenário, 1912	50
Figura 4	- Hospital de Isolamento do Maranhão, 1904.....	59
Figura 5	- Igreja N. Sa. da Conceição dos Mulatos.....	61
Figura 6	- Edifício Caiçara	61
Figura 7	- Porta e janela.....	65
Figura 8	- Mercado de São Luís	67
Figura 9	- Desfiles de tratores do DER na Rua Grande	68
Figura 10	- Fábrica de Fiação e Tecidos Rio Anil.....	69
Figura 11	- Rua do Egito	69
Figura 12	- Rua do Egito	70
Figura 13	- Cafua das Mercês.....	94
Figura 14	- Roots Bar	116
Figura 15	- Site reggae	119
Figura 16	- São João 2009 - Bumba meu boi. Prefeitura Municipal de São Luís.....	121
Figura 17	- Propagandas estampadas em ônibus. São Luís, junho 2009.....	123
Figura 18	- Folder São João 2009 – Cazumbá. Prefeitura Municipal de São Luís	124
Figura 19	- Folder turístico. São Luís, junho 2009. Governo do Maranhão	125
Figura 20	- São João 2009 - Tambor de Crioula. Prefeitura Municipal de São Luís	126
Figura 21	- Folder turístico. São Luís, junho 2009. Prefeitura de São Luís	127
Figura 22	- Capa de folder - Programa “Maranhão - Vale festejar”, São Luís, julho 2009. Governo do Maranhão	128
Figura 23	- Folder. São Luís, 2006. Prefeitura de São Luís	130
Figura 24	- Folder. São Luís, 2006. Prefeitura de São Luís	131
Figura 25	- Praça D. Pedro II. Folder. São Luís, 2006. Prefeitura de São Luís	132
Figura 26	- Guia Maranhão, 2007. Governo do Maranhão	134

LISTA DE SIGLAS

BIRD	- Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CEMAR	- Companhia Elétrica do Maranhão
CNRC	- Centro Nacional de Referência Cultural
CRC	- Centro de Referências Culturais
DIP	- Departamento de Imprensa e Propaganda
EMBRATUR	- Empresa Brasileira de Turismo
FUNC	- Fundação de Cultura
ICOMOS	- Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IPHAN	- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MARATUR	- Empresa Maranhense de Turismo
MEC	- Ministério da Educação
MINC	- Ministério da Cultura
OEA	- Organização dos Estados Americanos
ONU	- Organização das Nações Unidas
PCH	- Programa das Cidades Históricas
PPRCH	- Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís
PRODETUR	- Programa de Ação para o Desenvolvimento Turístico do Nordeste
SBPC	- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEPLAN	- Secretaria de Planejamento
SPHAN	- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TELMA	- Telecomunicações do Maranhão
UFMA	- Universidade Federal do Maranhão
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZPH	- Zona de Proteção Histórica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Escolhas e contingências	12
Por uma genealogia dos discursos.....	13
Discurso e discurso do patrimônio cultural	16
Objetivos da pesquisa.....	18
Pressupostos teórico-metodológicos.....	18
A estrutura da tese	20
CAPÍTULO 1	
DISCURSOS SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL	22
1.1 Práticas discursivas e produção de sentidos do “patrimônio”	24
1.2 Genealogia do conceito de patrimônio	28
1.3 São Luís, a <i>Athenas brasileira</i>	38
CAPÍTULO 2	
PATRIMÔNIO E BIOPODER: São Luís, a Manchester do Norte	46
2.1 O funcionamento da sociedade no século XX	63
CAPÍTULO 3	
PÓS-MODERNIDADE: São Luís, Patrimônio da Humanidade	74
3.1 Nas malhas do contemporâneo: pós-modernidade e Nova História	74
3.2 Pós-modernidade, nova história, novas identidades	80
3.3 Pós-modernidade, novas identidades: genealogia do patrimônio	87
3.4 Patrimônio na São Luís da pós-modernidade	89
3.5 A produção dos sentidos de “Patrimônio Cultural da Humanidade”: o discurso e o poder da mídia impressa.....	96
CAPÍTULO 4	
CONSEQUÊNCIAS DA PÓS-MODERNIDADE: São Luís, patrimônio da diversidade	111
4.1 São Luís: <i>Jamaica brasileira</i>?	111
4.2 A cultura de massa na formação das identidades em São Luís	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS	140

INTRODUÇÃO

Escolhas e contingências

Os temas de todo trabalho científico nascem de uma mistura profusa entre contingências e escolhas. As contingências derivam do fato de que temos, sempre, à nossa frente, possibilidades e virtualidades fascinantes e, em nome da objetividade, é preciso restringir algumas, abandonar outras e orientar os rumos em direção a alguns poucos pontos. As escolhas, se de um lado nascem de nossas singularidades e desejos, de outro são determinadas pela história de nossas permanências e momentaneidades: o lugar em que nascemos, vivemos e trabalhamos são instituições nas quais experimentamos a nossa história pessoal na longa temporalidade, mas que estão sujeitas aos acontecimentos, aos acasos, à circunstancialidade.

Esta tese não fugiu dessas escolhas e contingências que estão na essência de toda pesquisa. Isso está revelado em uma conjunção de **lugares**: o lugar teórico-metodológico adotado pela Análise do Discurso com base nas propostas de Foucault, na direção que é dada no Brasil pelos trabalhos de Gregolin (2004); Sargentini e Navarro-Barbosa (2004), Fernandes (2008) e outros. O lugar em que se situam as escolhas do campo de observação (Turismo); o lugar como investimento de sentidos (São Luís, Patrimônio Histórico da Humanidade). Esta tese trata do lugar das práticas discursivas na produção do sentido de **patrimônio** e, portanto, de **identidades**. Trata, enfim, de olhar um objeto (o espaço de São Luís, transformado em patrimônio) do ponto de vista da genealogia das práticas discursivas que fizeram emergir, em diferentes momentos históricos, as identidades que revestem um espaço e criam seus sentidos.

Inserido nas preocupações de um grupo de pesquisadores, que vêm, a partir da AD, pensando as identidades maranhenses (CARVALHO, 2001; MATOS, 2002; SANTOS, 2002; CRUZ, 2005) a escolha do tema deste trabalho teve como motivação uma inquietação: perceber, na atualidade, uma simultaneidade de identidades, construídas por uma disputa entre discursos que criam a “São Luís da diversidade”. Como essas identidades se produziram?

A tese pretende, por meio da genealogia foucaultiana, escavar esses discursos em sua historicidade, buscando na longa duração histórica (século XVIII a século XXI) a emergência de acontecimentos que os fabricaram e criaram São Luís como Athenas, como Manchester, como Jamaica, e, atualmente como diversidade (num espaço que reúne a multiplicidade, onde tudo acontece ao mesmo tempo, agora).

O que interliga esses acontecimentos é o conceito de patrimônio: patrimônio e identidade construídos por práticas discursivas na historicidade de São Luís.

Por uma genealogia dos discursos

A genealogia para Foucault corresponde a uma concepção teórico-metodológica cujo objetivo é perscrutar a história. Caracteriza-se como uma crítica radical à chamada história tradicional cujos procedimentos fundamentam-se em princípios metafísicos e teleológicos que primam pela busca da origem. Na concepção da genealogia não existe uma origem *a priori* e *a posteriori* dos acontecimentos, pelo contrário, esses acontecimentos são resultado de forças diversas, muitas delas guiadas pelo acaso. Daí na genealogia se falar em proveniência e emergência dos acontecimentos. Nessa visão, qualquer fato histórico pode ser estudado genealogicamente. É o que faz Foucault ao usar a genealogia no campo das discursividades, tratando do discurso da loucura, da sexualidade, dos prisioneiros etc.

Interessa-nos, no espaço de nossa pesquisa, compreender, na perspectiva genealógica, como se forma o discurso do patrimônio cultural em São Luís; buscar a procedência dos diversos elementos que compõem esse discurso e compreender a sua emergência como acontecimento. Na longa duração histórica (séculos XVIII-XXI) certos acontecimentos discursivos foram tramando a relação entre patrimônio/identidades: a formação do grupo de intelectuais maranhenses (Athenas Brasileira); a industrialização e modernização (Manchester do Norte); a chegada dos meios de comunicação de massas, o Turismo (Jamaica Brasileira) e a pós-modernidade (São Luis da diversidade).

Sob a ótica da genealogia foucaultiana, não se trata de uma continuidade e linearidade, mas do descontínuo e do casual, de uma simultaneidade de identidades, que não se apagam; elas se sobrepõem na atualidade.

A partir de Foucault e Nietzsche, tratamos de confrontos de forças históricas na construção de acontecimentos que fizeram emergir sentidos sobre o “patrimônio” tramados por casualidades e descontinuidades.

Atualmente, vivemos uma grande confluência de discursos, profundamente relacionados entre si. Alguns deles se colocaram na moda e estão em pleno auge. Podemos nos referir ao discurso ecológico, ao da globalização, dentre outros. Destacamos, nesta pesquisa, um “complexo discursivo” que é emblema de uma sociedade de consumo profundamente marcada por crises e tentativas de solvê-las. Enredados em propostas políticas diversas, cria-se uma fala **sobre**, fundam-se gestos, articulam-se projetos.

No processo de preservação do patrimônio cultural, em determinado momento, a demarcação da realidade é operacionalizada por meio da separação de “objetos” que serão categorizados como patrimônio cultural, de onde decorre a necessidade de preservar, criar identidade e, não apenas isso, mas preservar e criar identidade de forma sustentável. Assim emergem¹ as práticas discursivas. Numa sociedade como a nossa, que já foi chamada de “pós-moderna”, “pós-histórica”, “pós-humana”, “sociedade do consumo”, por que não nos referirmos a ela como “sociedade dos discursos”?

Segundo Leite (2004), no Brasil, nas últimas décadas, muitas cidades históricas vêm passando por um processo de transformação de significados, dentro de uma segmentação mercadológica, que considera a apropriação cultural do espaço a partir do fluxo de capitais, resultando muitas vezes em uma **relocalização** estética do passado. Esse processo está pautado em um tipo de discurso: o do patrimônio cultural, cujo teor é o de transformar em mercadoria o espaço – especialmente o público – pela construção de efeitos de sentido da necessidade de “preservar sustentavelmente”.

A cidade de São Luís, em 1997, recebeu o título de *Patrimônio Cultural da Humanidade*. Essa outorga, em nível local, põe em evidência o tão falado discurso do patrimônio. Um discurso que enquanto emergência representa a combinação de enunciados dentro de uma ordem discursiva que diz “o que”, “como” e “onde” se deve dizer e o que se deve ocultar. Estabelece um *topoi* e obviamente articula uma função enunciativa, como também uma função-sujeito.

¹ Não nos referimos a uma emergência histórica e contínua, mas a “problemas-objeto” que em determinadas épocas se elegem como representação necessária para se pensar e agir.

Os eventos ocorrem na história, ora alimentando as práticas discursivas, ora sendo por elas alimentados. O discurso do patrimônio cria, além do *topoi*, um outro espaço a partir da arrumação que faz da temporalidade na trama do discurso (um tempo passado, eternizado por uma memória e um sujeito-coletivo ideal dessa memória, produzindo sentido para os discursos e as práticas de uma identidade presente e futura²), dando passagem a um sujeito discursivo e histórico capaz de fundar uma identidade até então não visível, uma identidade que emerge com os discursos. Neste caso, podemos falar de uma rede discursiva, ou mesmo um complexo: um discurso emerge, mas não passa de uma das malhas de uma rede e muitos outros discursos se alimentam entre si e recursivamente para produzir efeitos de sentido, dando sentido às práticas concretas. É do meio dessa trama que deve emergir o objeto desta pesquisa: as articulações do discurso do patrimônio com outros discursos (o da preservação/memória, o da identidade e o do turismo) e a articulação de todos eles com a história e a política – as condições de produção (e de emergência) e recepção dos enunciados/discursos.

O título recebido representa a coroação de um processo empreendido pelo poder público, cujo intuito relaciona-se com interesses políticos diversos. Mais que a preservação de um patrimônio cultural (em grande parte confundido apenas com o patrimônio edificado em pedra e cal), atividades econômicas deveriam ser beneficiadas, tais como o Turismo. Nessa mesma época os cursos de Turismo se expandem pela cidade, põem-se em evidência os semióforos que passam a caracterizar, em nível discursivo, um espaço enquanto tessitura de enredos e enunciados de um lugar, ou mesmo, como diria Augé (1994), um não-lugar.

Esse tecido discursivo e semiótico, ao mesmo tempo semântico/verbal, semiótico/imagético trata de instrumentos que passeiam por trilhas arqueônicas³ da memória, da história e da política. Assim como o “tear” a tecer o tecido, há, além da função-sujeito, práticas discursivas que analisadas podem nos conduzir a compreender fenômenos discursivos, mostrando-nos a interrelação entre o discurso, a história e o sujeito. Assumindo o discurso como um mapa, é possível recuperar possibilidades de ser; em paralelo buscam-se possibilidades políticas de agir ou de ação recursiva capazes de dizer como o discurso se fez na sua história, no seu contexto.

² Segundo Leite (2004), é possível verificar que o debate sobre o patrimônio cultural suscita temas caros às ciências sociais, tais como identidade, cidadania, memória e democracia cultural.

³ Refere-se à idéia de **arquivo**, que para Foucault (apud GREGOLIN, 2004, p. 70) representa “jogo de regras que determinam numa cultura o aparecimento e o desaparecimento dos enunciados, sua permanência e sua extinção, sua existência paradoxal de acontecimentos e de coisas”.

Emerge, desse emaranhado de noções, uma articulação engenhosa entre discurso, espaço/lugar, turismo e identidade, articulação que pode ser trabalhada numa perspectiva foucaultiana da genealogia dos discursos.

Discurso e discurso do patrimônio cultural

Antes de adentrarmos no debate teórico sobre o discurso do patrimônio cultural, ressaltaremos o seu referente empírico, isto é, o que é tido como patrimônio cultural. Não há um consenso sobre o que viria a ser o patrimônio cultural. Para alguns, o forte do patrimônio cultural seriam os elementos da cultura material, para outros, é preciso perceber o patrimônio como algo mais amplo, inclusive incluindo o próprio produtor da cultura, ou seja, os seres humanos.

Foucault (1986, p. 135-136) concebe o discurso como um complexo de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva. O discurso é constituído de um número limitado de enunciados, para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência, por isso, ele “é, de parte a parte, histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade”.

O discurso é um conjunto de enunciados e os enunciados são performances verbais e não verbais em função enunciativa, daí decorre a ideia de “prática”, prática discursiva:

[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 1986, p. 136).

Podemos perceber que a função enunciativa que enreda o discurso do patrimônio (e seu complexo) surge num tempo determinado (e em suportes materiais) e daí se pode perguntar sobre sua emergência e suas consequências, sendo uma delas a outorgação do título de *Patrimônio Cultural da Humanidade* para a cidade de São Luís, desfecho de um processo que só pode ocorrer diante da busca de políticos locais, ou seja, de uma demanda social.

Embora existam palavras, sentidos, frases, proposições e atos de linguagem “soltos” no arquivo – e por que não dizer no imaginário e na memória – é mister compreender que:

[...] o que torna uma frase, uma proposição, um ato de linguagem em um enunciado é justamente a *função enunciativa*: o fato de ele ser produzido por um sujeito, em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam que ele seja enunciado (GREGOLIN, 2004, p. 26, grifo do autor).

Os enunciados, enquanto discurso, estão sujeitos a uma ordem; nela se prescreve o que pode ser dito, o que deve ser silenciado, submetido a regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização, o que destaca desde sua existência a questão do poder, que é objeto de uma luta e de uma luta política (GREGOLIN, 2004).

A trajetória temática dos enunciados que compõem o discurso do patrimônio no Brasil (e no mundo) descreve um campo associativo com os enunciados do discurso da preservação, da identidade nacional via memória coletiva e uma dezena de acontecimentos discursivos ligados a várias formações discursivas, dentre elas, em especial, as econômicas. Nesse sentido, estudar o arquivo que alimenta o discurso do patrimônio pressupõe compreender o campo associativo entre as formações discursivas dos enunciados específicos e sua dispersão nesse campo, já que todo enunciado relaciona-se a elementos de um campo antecedente, em relação aos quais ele se situa. Na descrição dos enunciados, a grande tarefa é a de definir as condições que deram ao enunciado uma existência específica e nas quais ele se realizou. Esta **existência** faz aparecer um domínio de objetos, que com o enunciado se relaciona. O enunciado passa a existir como um jogo de posições possíveis para um sujeito; como elemento em um campo de coexistência; como materialidade repetível (FOUCAULT, 1986).

A formação discursiva do turismo poderá ser vista nessa trama de dispersões e composições. Por isso, nosso estudo será permeado pela discussão sobre identidade, memória e espaço. Nesse sentido, é inevitável que encontremos no meio do caminho o sujeito, para quem Foucault voltou o seu olhar: “o sujeito é o seu objeto, seja enquanto objeto de saber, seja enquanto objeto de poder, seja enquanto objeto de construção identitária” (GREGOLIN, 2004, p. 58).

Iremos mapear roteiros. Roteiros discursivos, mas com seus correspondentes históricos e sociais, ligados às condições de produção e recepção dos discursos. Roteiros que se desenham num complexo terreno de heterogeneidade. Combinação de enunciados ligados a

formações discursivas, combinação de gêneros do discurso, combinação de saberes e saber-fazer, prenes de ideologia e política. Assim, estudaremos a relação entre práticas discursivas e a produção histórica de sentidos.

Objetivos da pesquisa

Como objetivo, esta pesquisa propõe uma análise do discurso do patrimônio em São Luís, utilizando-se da genealogia como método histórico conforme trabalhado por Foucault. Discute como a noção de patrimônio em São Luís obedece a uma lógica descontínua, no sentido de que no conceito de **Atenas Brasileira**, por exemplo, já havia subjacente o conceito de patrimônio para a cidade de São Luís. Propõe uma análise dos efeitos de sentido do discurso dos intelectuais (historiadores, literatos, arquitetos) sobre o discurso de patrimônio cultural. Verifica, a partir de diferentes documentos, a produção/circulação do discurso e produção das verdades.

Vislumbramos uma dupla relevância acadêmica de nossa pesquisa: se, de um lado, ela aponta para uma ampliação dos estudos no campo da Análise do Discurso, o que contribui para expandir sua capacidade de resistir a testes, como diria Popper (2001), e diversifica o campo onde pode ser utilizada; ao mesmo tempo, para o campo dos estudos do Turismo, constitui-se empreendimento profícuo, uma vez que as atividades turísticas cada vez mais têm se tornado discursivas, virtuais e imagéticas, o que demanda dos profissionais do turismo capacidade de desenvolver práticas analíticas relativas ao seu campo de atuação.

Pressupostos teórico-metodológicos

Esta pesquisa se orienta pela proposta teórico-metodológica da Análise do discurso de base foucaultiana (GREGOLIN, 2004; SARGENTINI; NAVARRO-BARBOSA, 2004) cujo pressuposto básico, compartilhado por muitos, e defendido por Foucault, ancora-se na ideia segundo a qual o discurso está articulado ao sujeito e à História e essa articulação revela a

própria trama que dá sentido às palavras e às coisas. Procuramos investigar a produção dos sentidos, seus efeitos (GREGOLIN, 2004) a partir de uma genealogia.

Analisaremos um corpus constituído por discursos produzidos pelo governo do Estado, materializados em diversos documentos como os Códigos de Posturas, Leis municipais e estaduais; práticas discursivas não institucionalizadas, provenientes de entrevistas, de propagandas turísticas, de fotografias da cidade de São Luís numa variedade de suportes midiáticos (jornais, *folders*, álbuns); práticas que situam sujeitos de diferentes campos do saber, tais como intelectuais (poetas, jornalistas), médicos, publicitários e todo um conjunto de discursos que possibilitam sua emergência. Esses elementos configuram o que Foucault denomina arquivo: não a totalidade de textos que foram conservados por uma civilização, nem o conjunto de traços que puderam ser salvos de seu desastre, mas o jogo das regras que, numa cultura, determina o aparecimento e o desaparecimento de enunciados, sua permanência e seu apagamento, sua existência paradoxal de acontecimentos e de coisas (REVEL, 2005).

Buscaremos pistas que nos mostrem a aproximação, dispersão dos enunciados, composição que farão emergir o objeto de estudo. Além disso, a partir da proposta de Foucault apresentada em *A Ordem do Discurso* (1999a), montaremos uma grade de análise para verificar o que está proibido de ser dito no discurso do patrimônio, onde, quando e por quem (trata-se das interdições/segregações e dos rituais da fala); como acontece o funcionamento desse tipo de discurso (a vontade de verdade); quais “interpretações” discursivas são construídas sobre patrimônio em São Luís: o que pode ser apontado como criado e imposto, o que pode ser visto como inerente à natureza semântica da ideia de patrimônio.

O *corpus* é amplo e diversificado. Isto se deve ao fato de abranger a longa duração histórica (séculos XVIII-XXI) e em cada momento da irrupção do discurso de “patrimônio” ele haver se materializado em textos e suportes de diferentes naturezas: livros e imprensa (séculos XVIII-XIX); leis, documentos oficiais, documentos fotográficos (início século XX, momento que registra a Manchester) várias mídias (impresso, *outdoors*, planfletos, *busdoors*) na atualidade. Assim, nosso recorte assume o critério da representatividade de cada uma dessas materialidades para o momento da emergência dos discursos.

A estrutura da tese

Tendo como base a genealogia foucaultiana, focalizaremos o conceito de patrimônio que se edifica em São Luís a partir de uma descontinuidade entre quatro momentos históricos: a **Athenas Brasileira**; a **Manchester do Norte**; a **Jamaica Brasileira** e a **São Luís da diversidade**. Essa definição de rumos essenciais leva-nos a organizar a tese da seguinte maneira:

O Capítulo 1 discute a genealogia do conceito de patrimônio, destacando duas concepções que o performaram enquanto um elemento constitutivo de identidade: o patrimônio material e imaterial. O primeiro destaca-se pela preservação de bens de pedra e cal, representativos da elite, enquanto o segundo destaca a cultura e as tradições que um grupo de indivíduos preserva de sua ancestralidade. As representações discursivas sobre patrimônio em São Luís, destacadas nesse capítulo, situam-se em torno do conceito de patrimônio imaterial, a partir da construção de uma identidade que se ancora no discurso literário e que valoriza a terra e o homem maranhense: a de São Luís como **Athenas Brasileira**.

O Capítulo 2 destaca a construção de outra identidade, a de **Manchester do Norte**, que vai se edificando com as mudanças sopradas pelos ventos da história na passagem da monarquia para a república. Esses novos tempos imprimem em São Luís um desejo de modernização, que tem no disciplinamento do espaço e do corpo sua principal forma de organização. O Capítulo 2 apresenta alguns mecanismos de disciplinamento utilizados, tais como os Códigos de Posturas da Cidade de São Luís, o discurso médico sanitário, o discurso de engenheiros, que se inscrevem na ordem de um discurso de caráter civilizatório, numa época de efervescência industrial da capital maranhense.

O Capítulo 3 discute as influências da pós-modernidade sobre os conceitos de História e Patrimônio. Analisada sob os preceitos pós-modernos, a história passa a ser apontada como construção discursiva; relaciona-se por isso com os objetivos do historiador, que passa a ser visto também como um literato. O conceito de patrimônio, à luz da pós-modernidade, vai ganhando contornos que alcançam dimensões mais amplas, materializando-se no imaterial, por meio de mecanismos de preservação, que envolvem a cultura e a memória. Apresentamos também, nesse capítulo, uma discussão sobre como o conceito de patrimônio foi se constituindo, em São Luís, a partir do estabelecimento de várias políticas de preservação.

O Capítulo 4 destaca que, num movimento sincrônico de construção identitária, a globalização e a cultura de massa reconfiguram o popular, valorizando-o. O capítulo apresenta alguns processos que fizeram emergir em São Luís a identidade **Jamaica Brasileira** – uma identidade que se originou da cultura popular – pela necessidade de uma inserção em novos padrões contemporâneos, de um mercado capitalista. Destaca, ainda, as várias festas, como bumba-meu-boi, tambor-de-crioula, cacuriá, manifestações populares que mobilizam o funcionamento da concepção de patrimônio, na contemporaneidade, segundo a qual todas as culturas têm abrigo. Por último revela a emergência de uma **São Luís da diversidade**, que por meio do discurso midiático, se insurge no limiar do século XXI como uma capital onde todas as culturas se encontram.

CAPÍTULO 1

DISCURSOS SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL

“Minha terra tem palmeiras onde canta o sabiá. / As aves que aqui gorjeiam, / Não gorjeiam como lá...”

Gonçalves Dias (Canção do Exílio)

Neste capítulo, discutimos a genealogia do conceito de Patrimônio, avaliando os discursos que constroem uma identidade nacional e, como consequência, dão forma a especificidades locais, direcionando a produção de singularidades espaciais. Essa problematização embasa a discussão sobre a constituição da identidade de São Luís em torno da figura da **Athenas Brasileira** e a análise do conceito de patrimônio dela decorrente.

Os discursos que construíram a genealogia de “patrimônio” e a preservação da memória cultural foram gestados em diferentes momentos históricos. Particularmente importante nessa constituição foi o século XVIII, marcado pelo pensamento iluminista, momento em que o homem começa a pensar-se como centro do universo, senhor de sua vontade, um período de intensa valorização da razão. O Iluminismo abraçou a ideia do progresso – entendido como a passagem da barbárie à civilização, da animalidade à humanidade – e buscou a ruptura com a história e a tradição. O Iluminismo foi um dos momentos mais importantes da modernidade, que conforme Berman (2007), caracterizou-se pela fragmentação do sujeito e por uma incessante busca pelo progresso. O conceito de progresso alimentado no século XVIII fez brotar um sentimento de desenvolvimento e de felicidade, e a crença de que a civilização humana alcançaria em breve a plenitude. O aperfeiçoamento e o avanço da ciência a serviço da humanidade, aliados às conquistas do homem, o elevariam a um nível civilizacional e o distanciariam da barbárie.

Apesar de consolidar-se no século XVIII, segundo Falcon (1989), no Renascimento a noção de progresso já se manifestava como consciência de ruptura entre a ordem da cultura e a ordem natural, pois implicava a negação da repetição cíclica.

No século XVIII, tal pensamento associa-se à consciência do caráter progressivo do conceito de civilização. Nesse momento, apesar de existirem vozes dissonantes, como a de Rousseau, que problematizou o conceito de progresso de sua época destacando “o bom

selvagem” e “mau civilizado”, a crença no progresso é um dado que se demonstra com a própria história geral da humanidade, marcada pela convicção num progresso linear e ilimitado, que destacaria a passagem de uma condição de imperfeição à perfeição da espécie humana (FALCON, 1989, p. 62). Mesmo no Século das Luzes havia um discurso que não comungava com a perspectiva de que o progresso traria apenas melhorias para a humanidade. As ações progressistas passaram a conotar também ameaça às tradições, ao que era representativo do passado, do perene.

Nessa concepção de progresso, é possível vislumbrar a temática do patrimônio pelo fato de este abranger questões que se relacionam a temas como o da identidade, pois no dizer de Falcon (1989, p. 62), talvez em decorrência de seu próprio dinamismo intelectual, as “Luzes” se saldam por novas ambiguidades: “frente à tese da perenidade da natureza humana, em todos os tempos e lugares, afirma-se o caráter mutável da espécie humana a partir das próprias evidências empíricas”. A tomada de consciência perante a relação paradoxal entre perenidade e mudança levará o homem a eleger símbolos que delimitem os traços de sua identidade, numa busca pela afirmação e legitimação da memória, entendida como a seleção de fatos que merecem ser lembrados. Na escolha de elementos que serão concebidos como patrimônio, é estabelecido um jogo de representações que identificam um grupo social. Os primeiros bens eleitos como patrimônio são associados à elite, como por exemplo, prédios de famílias ricas, igrejas (bens religiosos), fortes (representativos do poder militar) etc.

A concepção de patrimônio, enquanto elemento evocativo da memória local e nacional, perpassa as ações preservacionistas, impondo um debate acerca do sentido e do significado que ele adquire no contexto de uma dada sociedade. Torna-se preponderante compreender que subjacente às tentativas de retorno ao passado mitológico, empreendidas pelos gestores estaduais e municipais, artistas, arquitetos e intelectuais coexiste um amálgama de interesses políticos, econômicos e valorativos imbricados na forma como os sujeitos concebem e interpretam o patrimônio e a memória digna de ser preservada.

Para Pesavento (2004, p. 39), representações “são matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade”. Nessa visão, o patrimônio passa a ser visto como um sistema de representação de uma sociedade em uma determinada época. As narrativas de construção de uma identidade nacional, por exemplo, utilizam-se de construtos patrimoniais para enaltecer determinados

elementos que são considerados importantes a uma determinada coletividade, na tentativa de impor uma identidade.

Nesse processo, a apropriação está subjacente à seleção de um elemento como patrimônio, pois é entendida:

como uma resposta necessária à fragmentação e à transitoriedade dos objetos e valores. Apropriar-se é sinônimo de preservação e definição de uma identidade, o que significa dizer, no plano das narrativas nacionais, que uma nação torna-se o que ela é na medida em que se apropria de seu patrimônio (GONÇALVES, 2002, p.24).

A construção de discursos sobre o patrimônio na cidade de São Luís emergiu numa tentativa de afirmação de múltiplas singularidades, e na busca pela preservação de marcos simbólicos imbuídos de um caráter de autenticidade. Por outro lado, a configuração de cidade-patrimônio reveste-se também na imposição de um imaginário social, ou seja, de “um sistema de idéias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo” (PESAVENTO, 2004, p.43).

Diferentes discursos marcam a noção de patrimônio em São Luís. São fatos, memórias, narrativas que entram no processo de edificação desse conceito na cidade. Neste trabalho cabe investigar acontecimentos e detalhes que se destacam como elementos de base dessa genealogia: o mito da **Athenas Brasileira**, a figura da **Manchester do Norte**, posteriormente, a **Jamaica Brasileira** e, na atualidade, a **São Luís da diversidade** constroem ou reforçam a representação da cidade como Patrimônio da Humanidade. Que discursos produziram essas representações, que sujeitos enunciaram, que instituições se envolveram nesse processo? Nesse sentido, é pertinente mobilizar alguns instrumentos de análise que possam explicar a construção dessas identidades patrimoniais.

1.1 Práticas discursivas e produção de sentidos do “patrimônio”

Ao pressupor que as coisas não preexistem às práticas discursivas, Michel Foucault entende que estas é que constituem e determinam os objetos. É, pois, a partir da reflexão sobre as transformações históricas do fazer e do dizer na sociedade ocidental – práticas discursivas que provocam fraturas, brechas e rearranjos nas configurações do saber-poder – que se

edificam suas problematizações. É por meio desse olhar foucaultiano que propomos problematizar as práticas discursivas que provocaram rupturas e reorganizaram o discurso do patrimônio em São Luís.

A análise arqueogenealógica do discurso – método de trabalho proposto por Foucault – e que fundamenta nossa pesquisa –, não obedece às mesmas leis de verificação que regem a História Tradicional. Sob influência das leituras de Nietzsche, Foucault (2000) propõe uma história *genealógica*, que problematiza o passado, com o propósito de desvelar suas camadas arqueológicas, voltando-se para uma aguda crítica do presente. A genealogia se opõe ao método histórico tradicional, na medida em que seu objetivo é “assinalar a singularidade dos acontecimentos, fora de toda finalidade monótona” (FOUCAULT, 2007, p. 15). Para ela, inexistem essências fixas, leis subjacentes, finalidades metafísicas.

Ao contrário da história que se fundamenta no contínuo das coisas, no progresso e seriedade, a genealogia busca descontinuidades, recorrências e jogo. Ela transita no espaço da superfície dos acontecimentos, nos mínimos detalhes, nas menores mudanças e nos contornos sutis: observada a correta distância, há uma profunda visibilidade nas coisas. Tudo é interpretação e a genealogia conta a história dessas interpretações, criadas e impostas por outras pessoas e não inerentes à natureza das coisas. Com base na arqueogenealogia foucaultina, esta pesquisa caminha no sentido de verificar quais seriam as “interpretações” discursivas sobre patrimônio em São Luís: o que pode ser apontado como criado e imposto, o que pode ser visto como inerente à natureza da ideia de patrimônio?

O discurso, para Foucault (1986), compreende um conjunto de enunciados que se apoiam na mesma formação discursiva. É constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. Inscrito na noção de discurso, está o conceito de enunciado, entendido como

um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado de um lado a um gesto de escrita ou a articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a conseqüências por ele ocasionadas, mas ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem (FOUCAULT, 1986, p. 32).

Todo enunciado apóia-se num conjunto de signos; é uma função que cruza um domínio de estruturas e unidades possíveis e que faz com que tais unidades apareçam com conteúdos concretos no tempo e no espaço (FOUCAULT, 1986). Para que um enunciado seja uma função ele deve apresentar quatro elementos básicos: um referente (“sobre o que se fala?”), um sujeito (“quem enuncia?”), um campo associado (“com quais discursos dialoga?”), uma materialidade (“qual linguagem o concretiza; em qual superfície emerge; em qual gênero do discurso; onde é produzido e circula?”).

Tomemos como exemplo o enunciado “São Luís da gente e do mundo” (Jornal *O Estado do Maranhão*, de 7 de dezembro de 1997). O referente pode ser apontado como “uma cidade que pertence ao povo (nativo e estrangeiro)”. Os sujeitos (no sentido de “posição a ser ocupada”) que poderiam afirmar esse enunciado seriam os intelectuais, os moradores de São Luís, os empresários, ou ainda os visitantes. No domínio do campo associado, esse dizer relaciona-se com vários outros enunciados, tais como o discurso econômico (São Luís inserida no roteiro internacional turístico), o discurso político (a vontade de verdade de certo grupo político se afirmar nesse enunciado como articulador da concessão do título de cidade patrimônio da humanidade), o discurso publicitário (a propagação da ideia de que São Luís é um espaço a ser consumido), o discurso nacionalista (a territorialização desse espaço como símbolo de uma identidade nacional e internacional), o discurso da globalização (o destaque para uma cidade que é, simultaneamente, local e universal). Esse enunciado pode se materializar em diferentes formas concretas, como a mídia impressa, a mídia televisiva, a fala de diferentes profissionais, o campo literário, dentre outros.

Na análise arqueológica, a organização de um conjunto de enunciados só pode ser realizada se considerarmos o seu pertencimento a uma certa formação discursiva. Por formação discursiva, Foucault entende um conjunto de relações que regem o funcionamento do discurso, que determina o que pode e o que deve ser dito em uma dada época por determinados sujeitos. Toda vez que se “descrever entre um certo número de enunciados, um sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações)”, Foucault (1986, p. 43) afirma que estamos diante de uma formação discursiva.

Para uma análise arqueogenealógica do conceito de “patrimônio” é preciso observar um conjunto de elementos formados de maneira regular por uma prática discursiva. Em linhas gerais, Foucault (1986) entende por prática discursiva um conjunto de regras anônimas,

históricas, determinadas no tempo e no espaço, que definem para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, em uma dada época, as condições de exercício do discurso. Uma prática discursiva é uma espécie de **saber**. Para Foucault (1986, p.206-207),

um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico; um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso; um saber é também o campo de coordenação e de subordinação em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam; finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso.

Na esteira de Foucault (1986), podemos afirmar que haveria, no domínio do **objeto**, um disciplinamento na genealogia do conceito de patrimônio, uma espécie de normalização, de organização interna desse saber [como uma disciplina] tendo, em seu campo próprio, formas de homogeneização dos conteúdos, formas de hierarquização e, enfim, uma organização interna de centralização do conceito de patrimônio. Esse disciplinamento se manifesta em modos de objetivação: Leis, Decretos e Códigos de Postura, que revelam práticas discursivas institucionalizadas, por um lado, e por outro, práticas discursivas não institucionalizadas, provenientes do campo literário, de entrevistas, de propagandas turísticas, de fotografias da cidade de São Luís numa variedade de suportes midiáticos (jornais, *folders*, revistas, álbuns). Explicar um objeto consiste em mostrar de que contexto histórico ele depende, pois as coisas só existem por relação; tudo é histórico, tudo depende de tudo (e não unicamente das relações de produção) (FOUCAULT, 1995).

No domínio dos **sujeitos** destacam-se o sujeito oficial na figura do poder público, o(s) sujeito(s) intelectual(is) – escritores, poetas e jornalistas –, o sujeito arquiteto. No **domínio das possibilidades de usos** são tecidos discursos patrimoniais em defesa da preservação da memória. No domínio dos **conceitos e das categorias**, destaca-se uma associação ao termo patrimônio, o patrimônio histórico (material e imaterial).

A constituição de um saber mobiliza, em nossa pesquisa, a seguinte problematização: que práticas discursivas constroem o conceito de patrimônio e em quais campos/espços elas se manifestam?

Concebidas como objetos privilegiados na estruturação da análise arqueológica, as práticas discursivas constituem um conjunto preciso de procedimentos metodológicos, configurando-se como a mola propulsora do trabalho histórico-crítico da arqueologia.

1.2 Genealogia do conceito de patrimônio

No domínio dos conceitos e das categorias, a palavra **patrimônio**, por exemplo, está ligada a interpretações, que se situam em contextos diversos, tais como patrimônio histórico, cultural, de pedra e cal, imaterial ou intangível. Esses contextos apoiam-se em práticas discursivas que ora revelam ações tradicionais de salvaguarda patrimonialista da elite – tais como as políticas de preservação do patrimônio, pautadas em formas jurídicas de preservação de bens representativos dessa elite, o patrimônio material – ora revelam ações que se apoiam nos **novos patrimônios**, de onde emergem novos sujeitos do patrimônio cultural – materializados em manifestações populares diversas – o patrimônio imaterial.

A construção do conceito de patrimônio de pedra e cal contempla formas materiais, tais como prédios, igrejas, castelos, fortes, casa, praças e propõe a preservação via tombamento dos bens (ABREU, 2003). As asseverações relativas ao patrimônio histórico edificado foram revisitadas em meados dos séculos XIX e XX, sendo substituídas por uma noção mais abrangente – a de Patrimônio Cultural, que passa a contemplar, além dos artefatos materiais, o meio ambiental e os elementos originários da cultura intangível ou imaterial que compunham e particularizaram as diferentes sociedades. Nesse contexto, torna-se interessante explicitar a noção contemporânea de Patrimônio Cultural, dada por Pelegrini Filho (1997, p.94)

Modernamente se compreende por patrimônio cultural todo e qualquer artefato humano que, tendo um forte componente simbólico, seja de algum modo representativo da coletividade, da região, da época específica, permitindo melhor compreender-se o processo histórico.

De acordo com essa acepção, os bens intangíveis ou imateriais da sociedade, à semelhança do patrimônio edificado, contribuem substancialmente para a identificação das comunidades a um passado socialmente construído, bem como promovem a emergência de um sentimento de pertença e de continuidade cultural a uma dada coletividade.

O conceito de patrimônio imaterial opõe-se ao de patrimônio material, de pedra e cal, na medida em que patrimônio imaterial, ou patrimônio intangível, diz respeito à cultura e às tradições que um grupo de indivíduos preserva de sua ancestralidade visando às gerações futuras. Constituem exemplos de patrimônio imaterial os aspectos da vida social e cultural, tais como festas, religiões, formas de expressão, celebração, folclore, linguagem, costumes, música, dança, culinária, os saberes, os modos de fazer. Um exemplo de patrimônio cultural imaterial pode ser percebido na cidade de São João Del-Rei, Minas Gerais, que por meio de um jeito próprio de tocar os sinos comunica linguagens específicas em diferentes ocasiões. As festas e danças, como o “tambor de crioula” de São Luis do Maranhão, são também exemplos de patrimônio imaterial, pois estão inseridas numa visão de patrimônio cultural imaterial que consiste em práticas e representações.

O conceito de patrimônio cultural imaterial torna evidentes as transformações por que passam os saberes. As práticas que até então o configuravam apenas como um bem material, limitando-o enquanto conjunto representativo de uma classe elitizada, sofrem mudança quando passam a abranger os bens simbólicos de uma coletividade, de uma região, de uma época. Essa transformação se aplica a um saber, que mobiliza um campo em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam.

A ocidentalização do termo Patrimônio Imaterial foi acolhida internacionalmente no período pós 2ª Guerra Mundial, por meio da Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, em 1989, proposta por segmentos oriundos dos países asiáticos e do denominado Terceiro Mundo. Tal iniciativa, aprovada pela Convenção Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), de 17 de outubro de 2003, considera Patrimônio Cultural Imaterial

As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhe são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, da sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana [...] (UNESCO, 2008).

A adoção dessa nomenclatura impôs a necessidade de se prover iniciativas visando à promoção, o apoio e o incentivo à pluriethnicidade dos fatos culturais, assim como de

mecanismos destinados à proteção e salvaguarda das manifestações populares tradicionais, em termos de técnicas e matérias-primas utilizadas, socialização das informações, legitimação dos direitos autorais, dentre outros.

Segundo Foucault (1986), os discursos circulam de modo concêntrico, ou seja, eles estão sempre se movimentando conjuntamente com outros discursos. Assim, a emergência do conceito de patrimônio imaterial como um conjunto de práticas relacionadas à diversidade cultural de um povo, associa-se a muitos outros discursos, entre os quais tem destaque o da globalização, na medida em que este apresenta como um de seus princípios a ideia de que a diversidade de um lugar precisa ser cultivada como um meio de atrair o universal. Segundo essa perspectiva, um lugar torna-se universalmente atraente quando reúne características diversas, porém capazes de instaurar um processo de identificação em sujeitos provenientes dos mais diferentes lugares.

O campo terminológico da palavra patrimônio, que deriva do latim *patrimonium*, está associado, em sua origem, à herança familiar, ao colecionamento e à propriedade de bens materiais. Essa associação estende-se das estruturas familiares às estruturas econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo (CHOAY, 2001).

Tal terminologia estabelece uma relação com o sentido jurídico da palavra: patrimônio diz respeito a um conjunto de bens, materiais ou não, direitos, ações, posse que pertença a uma pessoa ou empresa e seja suscetível de apreciação econômica (ABREU, 2003). Com o tempo os enunciados sobre patrimônio vão adquirindo uma existência remanescente no campo da materialidade, na forma de Decretos, Leis, na Carta Magna (a Constituição), em livros de tombamento.

Essas diferentes transformações por que passa o conceito de patrimônio foram materializadas de maneira diversa ao longo desse processo. Após a Revolução Francesa e a expansão napoleônica, na Europa, é identificado um dos primeiros documentos que registram a noção de patrimônio histórico. O Decreto de 16 de setembro de 1792 destaca a concepção de **patrimônio histórico** associado a uma visão que considera o lugar do povo. Durante o período monárquico e absolutista, houve destruição e ruína de vários bens da Igreja e da aristocracia, resultantes das ações revolucionárias da **política do terror** desencadeadas pelos líderes jacobinos. Como consequência dessas ações, um dos primeiros atos da Assembleia Nacional foi o de colocar “à disposição da nação” os bens do clero, em obediência a esse Decreto, segundo o qual “os princípios sagrados da liberdade e da igualdade não mais

permitem expor aos olhos do povo francês os monumentos erguidos ao orgulho, ao preconceito, à tirania” (COELHO, 2001, p. 67).

A partir daí, a República Francesa considera novos símbolos para representar a identidade nacional, tais como bandeiras, calendário, hinos, arquitetura, marcando um período de transformações e debates sobre o que deveria ser ou não preservado do passado gótico, eclesiástico e monárquico francês e, por extensão, da comunidade europeia. A natureza dos bens preservados passa a fundamentar-se na arqueologia e na história da arquitetura erudita (CHOAY, 2001).

No século XX, dentre as medidas tomadas pela legislação francesa, destaca-se a que aplica regras severas aos proprietários de prédios de valor reconhecido, os patrimônios arquitetônicos e históricos da nação francesa. Essa legislação orientará as medidas tomadas por vários países, entre eles o Brasil, cuja história das políticas de preservação cultural confunde-se com a própria história dos órgãos normativos, consultivos e administrativos criados a partir da década de 30. Nesse sentido, imbricam-se o sujeito oficial – o poder público – que produz decretos, leis com o auxílio do intelectual.

A busca pela preservação de bens representativos da cultura erudita e popular centrava-se em elementos que poderiam ser dignos de representar a chamada cultura nacional, e apresentava-se como uma tentativa de afirmação da nacionalidade brasileira.

As políticas de preservação constituem um capítulo da história do Brasil ligado à iniciativa modernista, que determinou um “passo decisivo da intervenção governamental no âmbito da cultura e [...] no regime autoritário empenhado em construir uma ‘identidade nacional’ iluminista” (MICELI, 2001, p. 360).

No Brasil, as preocupações com a preservação do patrimônio ganharam força com a Revolução de 30, que conduziu Getúlio Vargas ao poder. Esse momento foi marcado pela emergência de um discurso em torno da construção de uma identidade nacional, que se pautou num sentimento de “brasilidade” (BORGES, 2006). Na constituição desse processo, o governo Vargas buscou uma “unificação ideológica do país”, segundo uma uniformização, que permitisse a omissão da divisão social, a partir da criação de agências estatais, que atuavam no âmbito cultural e se responsabilizavam pela construção de símbolos representativos desse sentimento. A Inconfidência Mineira, a Guerra do Paraguai, o folclore

brasileiro forneceram heróis como Tiradentes, Duque de Caxias, e figuras como o gaúcho, a baiana e o malandro carioca.

O período compreendido entre 1937 e 1945 – período denominado Estado Novo – é apontado por autores como Miceli (2001) como um momento de afirmação de uma “cultura brasileira” em nome da qual se instalou uma rede de produção e legitimação de bens simbólicos, regulados por organismos também criados nesse momento, tais como o Museu Nacional de Belas Artes e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Os museus, no governo Vargas, desempenharam um papel importante para a formação da memória e o fortalecimento de um sentimento de brasilidade, pois conservavam grande quantidade de itens históricos preservados. O Departamento de Imprensa e Propaganda mantinha o controle do conteúdo de notícias, livros, filmes, peças de teatro, cinema limitando também a ação da imprensa, ao direcionar todo o conteúdo apresentado, a fim de transmitir a ideologia do Estado. Esse Departamento publicou várias obras cujo conteúdo buscava glorificar o regime de Vargas e suas realizações.

Estados como a Bahia, Pernambuco e Minas Gerais se mobilizaram para elaborar uma legislação visando à proteção de bens Culturais. Em 1927 e 1928, Bahia e Pernambuco criam, respectivamente, Leis Estaduais (Lei Nº 2031 e 1032, de 08 de agosto de 1927; e Lei Nº 1918, de 24 de agosto de 1928) em prol do patrimônio. Em Pernambuco foi criada uma Inspeção de Monumentos, que buscava preservar algumas de suas mais importantes construções e tinha o apoio de intelectuais como Gilberto Freyre, Aníbal Fernandes e Luís Cedro.

Nesse momento já se percebe uma tentativa de disciplinar um saber acerca do conceito de patrimônio. Vê-se um trabalho de seleção de bens a serem preservados, o funcionamento de um poder (do Estado) delegado a certos sujeitos (os intelectuais) que decidiam o que e como preservar.

A partir dessa legislação foi feita uma menção sobre patrimônio na Constituição brasileira de 1934. Tal iniciativa contribuiu para que a Carta Magna consagrasse o princípio da função social de propriedade, segundo o qual os prédios de valor patrimonial deveriam ser zelados por seus proprietários, por constituírem um papel importante na preservação da memória de um povo, abrindo caminho para a criação de um sistema legislativo que possibilitasse a proteção do bem cultural de interesse para a preservação da memória:

cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das Ciências, das Artes, das Letras e da Cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual (BRASIL, 1934 [cap. II, art. 148]).

Mas antes de a Constituição possibilitar essa abertura, o Decreto nº 22.928 de 1933 – do então Governo Provisório, editado para atender às reivindicações de intelectuais mineiros, principalmente de Augusto Lima Júnior –, elevou a cidade de Ouro Preto (MG) à categoria de monumento nacional – e primeira cidade-monumento do mundo –, constituindo-se o documento que inaugura uma prática discursiva patrimonialista no Brasil.

Para coordenar o esforço que se fazia no sentido de preservar acervos e com o propósito de administrar a memória nacional, foi criado, em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)⁴. A criação do SPHAN foi proposta por Rodrigo Melo Franco de Andrade, e resultou da apresentação de um projeto de lei que expediu o Decreto-Lei nº 25/37, cujo objetivo era a preservação do patrimônio cultural e a proteção de obras de arte e de história no país. Esse Decreto regulamentou o tombamento como forma de proteção do patrimônio histórico nacional. A partir dele é aprovada também a primeira legislação federal de preservação, vigente até hoje, e que buscou inspiração nas legislações francesas de 1913 e 1930.

A criação do SPHAN marca um período em que o estado assume uma política de proteção do patrimônio, descrita como parte de um projeto oficial mais amplo, cuja meta consistia na modernização política, econômica e cultural do país. Tal projeto foi implementado por uma elite que tinha como característica pertencer a uma base urbana, autoritária, nacionalista que pregava um discurso de cunho modernizador.

Para Fonseca (1997), a criação do SPHAN deve ser analisada à luz de dois acontecimentos: o movimento modernista e a instauração do Estado Novo, consequência da Revolução de 1930. Esses acontecimentos, que marcaram a vida cultural do Brasil na primeira metade do século XX, refletem, paradoxalmente, a atuação de um momento cultural renovador, por um lado, e por outro, a de um governo autoritário.

⁴ 1937 é o ano em que o Estado Novo se estabelece no país.

A década de 20 – década que antecede o Estado Novo – é lembrada no cenário nacional como um período de grande efervescência cultural. O ano de 1922 foi o marco do movimento modernista brasileiro, que num primeiro momento buscava captar a vida moderna, e num segundo momento teve como foco central a busca da brasilidade. Mas, apesar de toda essa efervescência, os intelectuais se mantinham fora do âmbito das grandes decisões nacionais.

O Estado Novo (1937-1945) colocou os modernistas a serviço do regime e da construção de um novo nacionalismo. Os intelectuais passaram a integrar e atuar no aparelho estatal, identificando-o como a esfera superior da nação. No Ministério da Educação, o ministro Gustavo Capanema reuniu a vanguarda do movimento modernista: Carlos Drummond de Andrade, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Cândido Portinari e Mário de Andrade. O Departamento de Propaganda e Imprensa era dirigido por Lourival Fontes, que reuniu a ala conservadora do movimento modernista: Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Cândido Motta Filho (VELLOSO, 2003).

Nesse sentido vão se constituindo práticas discursivas institucionalizadas – no domínio do objeto – a partir de leis, decretos, que vão regulamentar a genealogia do patrimônio, e práticas discursivas não institucionalizadas, provenientes do campo literário.

A presença de alguns intelectuais modernistas, à frente do SPHAN, contribuiu para a elaboração, segundo suas concepções sobre arte, história, tradição e nação, de uma ideia de preservação na forma de um conceito de patrimônio que se tornou hegemônico no Brasil e que foi adotado pelo Estado. Patrimônio histórico e artístico nacional é tido como

o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer pelo seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (COELHO, 2001, p. 42).

Esse conceito agregava resquícios de uma mentalidade disseminada durante a consolidação do Estado Novo, que reconhecia como bens de cunho valorativo apenas os elementos associados à elite, e elevava os aspectos intangíveis da cultura aos componentes materiais que atestavam a unicidade territorial e invocavam uma pretendida identidade nacional. Entretanto, já se observavam tentativas de inserção e de valorização de bens culturais imateriais, como, por exemplo, o anteprojeto de lei de criação do SPHAN idealizado

por Mário de Andrade⁵, em 1936, a pedido de Gustavo Capanema, e a atuação de Aloísio Magalhães no Centro de Referências Culturais (CRC). Esse anteprojeto, que não foi integrado ao Decreto-Lei nº 25/37, previa a definição de Patrimônio Artístico Nacional envolvendo elementos tais como provérbios, cantos, lendas, magias, histórias populares, superstições, ditos, danças dramáticas, medicina, culinária das etnias formadoras do povo brasileiro (MICELI, 2001).

Cabia a todas essas instituições a afirmação do nacionalismo e ao SPHAN, de maneira específica, a materialização do passado nacional em bens imóveis a serem preservados. Inspirando-se principalmente no modelo francês, também bastante centralizado e controlado pelo Estado, o SPHAN buscou, essencialmente, nos anos iniciais de sua criação, identificar e classificar o que seria uma arquitetura autenticamente nacional, resgatando monumentos dos grandes períodos da história do Brasil.

Mário de Andrade defendia o ponto de vista segundo o qual todas as obras de arte deveriam ser protegidas, mas a lei promulgada, de autoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade, restringiu-se a proteger apenas aquelas de interesse público. Em outras palavras, tratou-se de um projeto que teve o mérito de reunir num só conceito arte – manifestações eruditas e populares – e defendeu não apenas o caráter particular como também o nacional da arte autêntica, segundo as palavras de Fonseca (1997).

Algumas razões de ordem política estimulam a adoção do projeto de Rodrigo Melo Franco de Andrade em detrimento do projeto de Mário de Andrade. Destacam-se, por exemplo, o receio dos efeitos que o instituto do tombamento pudesse gerar no conceito de propriedade, vigente na época; o receio dos efeitos da ebulição política do Estado Novo; a dificuldade, do povo e da intelectualidade, para absorver a importância da preservação do patrimônio cultural material e imaterial. Há de se atentar também para o fato de que nessa época predominava uma mentalidade de modernização tardia e induzida. A construção de um Brasil Novo implicava também na construção de um projeto cultural para a Nação que fundamentasse a construção de uma identidade nacional.

⁵ Figura expoente do Modernismo, Mário de Andrade comungava o sentimento de brasilidade apregoado pelo movimento. Mas a proposta inicial do SPHAN revela um intelectual atravessado por influências estrangeiras, já que os primeiros edifícios tombados como patrimônio nacional remetiam ao período colonial, que tinham o barroco como arte maior e ápice da estética portuguesa colonial, o que aponta para uma proposta de identidade ligada à Europa.

Aos nomes dos intelectuais Rodrigo Melo Franco e Aloísio Magalhães associam-se rumos importantes na constituição de uma história do patrimônio no Brasil e na construção de uma identidade cultural nacional.

Rodrigo Melo Franco adotou uma política de moderação e uma concepção de patrimônio que se manteve hegemônica entre os anos de 1937 até aproximadamente a segunda metade da década de 70.

O ano de 1937, marcado por uma política repressora, ditatorial, tinha por objetivo a criação de um novo país, de um novo homem, aos moldes das nações europeias mais desenvolvidas, mas com uma identidade singular, pautada na valorização do “tradicional” e do “regional”. A primeira legislação federal de preservação resultou no tombamento, entre os anos de 1938 e 1939, de cidades-monumento: Mariana, Diamantina, Congonhas e São João Del-Rei, todas em Minas Gerais. Essas cidades são representativas de um momento de prosperidade do Brasil – o ciclo do ouro – e possuíam em comum o fato de estarem praticamente inertes na dinâmica social e econômica na época do tombamento, mas convém lembrar que, no Estado Novo e seguindo seu ideário, houve um reencontro com um passado glorioso tendo como ícone a figura de Tiradentes, num período de exacerbado nacionalismo.

As políticas de preservação estavam influenciadas pela inclinação de seus idealizadores, tanto no que diz respeito aos bens preservados quanto no tocante às raças formadoras da cultura brasileira:

A lista dos bens tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, iniciado em 1938, privilegia o patrimônio edificado dos séculos XVII e XVIII, período da dominação portuguesa. [...] Mas está longe em nossa visão atual de apresentar um quadro significativo da pluralidade da nossa formação, uma vez que não se pode deixar de lado o registro e a referência às marcas significativas, autônomas, deixadas pelos índios, negros ou judeus, assim como não se pode deixar de ampliar a relação de bens culturais referentes à contribuição dos italianos, alemães, japoneses, etc. (WEFFORT, 1998, p. 6).

A lista dos imóveis e monumentos de bens tombados pelo SPHAN, segundo Miceli (2001, p. 360), representa “os espécimes característicos de todas as frações da classe dirigente brasileira, em seus ramos público e privado, leigo e eclesiástico, rural e urbano, afluente e decadente”. Na opinião de Miceli (2001), o SPHAN assumiu a feição de salvaguarda dos bens arquitetônicos da classe dirigente brasileira.

Entre os anos 1969 e 1979, sob a direção de Renato Soeiro, o SPHAN é transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Essa segunda fase é marcada pela preservação do patrimônio cultural brasileiro e pela divulgação da Carta de Veneza – documento que resultou do II Congresso de Técnicos de Conservação e Restauração de Monumentos Históricos – que reuniu inúmeros profissionais, incluindo brasileiros, e cuja tônica era a conservação do patrimônio monumental e ambiental.

O Brasil inicia um diálogo com organismos internacionais com o propósito de aprimorar seus trabalhos de preservação. Solicita à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a visita de um de seus técnicos para que seja avaliado o estado de conservação do patrimônio cultural e, particularmente, dos centros históricos. Michel Parent, inspetor-chefe dos monumentos franceses, é enviado para avaliar os monumentos brasileiros e chama atenção para o potencial turístico dos centros históricos. Esse fato despertou o país para uma nova política de patrimônio, e para as consequências de uma revitalização no crescimento econômico, com a exploração do turismo cultural, o que veio a calhar com o interesse dos líderes políticos do então Regime Militar, que tencionavam dar ao país visibilidade pela construção de grandes obras.

O interesse do IPHAN pelos conjuntos urbanos e cidades históricas mobilizou várias iniciativas, tais como a criação de planos de revitalização, os quais contavam com a participação da comunidade no processo de preservação e reapropriação dos bens culturais, ou mesmo experiências políticas preservacionistas. Algumas iniciativas deram certo, outras não. Nesse sentido, podemos dizer que a trajetória do SPHAN/IPHAN confunde-se com a das políticas de preservação cultural brasileira.

Na terceira fase do SPHAN, agora denominado IPHAN (conforme já destacamos), Aloísio assume a direção, em 1979, momento em que o Brasil vivia um período de “abertura política”. À frente de projetos realizados na área de cultura e patrimônio, ele vai ser auxiliado por vários colaboradores intelectuais que também vão compor o novo quadro da política cultural e patrimonial brasileira.

Suas primeiras decisões são no sentido de uma política de centralização com a fusão do IPHAN com programas como: Programa das Cidades Históricas (PCH), Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). Anos mais tarde, as propostas de Aloísio para a modernização do IPHAN resgatam o antigo nome – SPHAN – que passa a operar com a Fundação Pró-Memória (MEC-SPHAN/Pró-Memória) (GONÇALVES, 2002).

Enquanto Rodrigo Melo Franco empregava o termo patrimônio histórico e artístico e o relacionava a um conjunto de bens móveis e imóveis estreitamente ligados a fatos memoráveis da história do Brasil, Aloísio Magalhães utiliza a noção de “bens culturais” como algo inerente à população, algo que a caracteriza. Somam-se aí noções de desenvolvimento e diversidade cultural. Para Aloísio Magalhães, os bens culturais são considerados relevantes no desenvolvimento da nação, na medida em que eles constroem uma identidade. Seu objetivo não consiste em “civilizar” o Brasil por meio da preservação de uma “tradição” alheia ao país, mas sim em revelar a diversidade da cultura brasileira e assegurar que ela seja considerada no processo de desenvolvimento (GONÇALVES, 2002, p. 51).

As interpretações sobre patrimônio no Brasil constroem-se segundo práticas discursivas que enredam conceitos que vão da ideia de pedra e cal à ideia de bens culturais. Os discursos que erigem a noção de patrimônio no país respaldam-se em dispositivos disciplinares que se constroem por meio de uma aparelhagem legislativa que vai regulamentar o que pode e o que deve ser preservado, legitimado como patrimônio. Apesar de todo esse dispositivo discursivo, a população não sabe, não tem conhecimento do que significa patrimônio. O patrimônio material, para o maranhense, por exemplo, se configura a partir do imaginário europeu.

No Maranhão, a ideia de patrimônio está fundamentada na dispersão de vários acontecimentos em torno da capital São Luís. Entre esses acontecimentos destaca-se a criação do mito da Atenas Brasileira, que edifica suas bases sobre a memória de um passado glorioso, que se cristaliza em inúmeras práticas discursivas, como as que tecem os fios do tecido literário, resultando na criação de uma identidade.

Procuraremos, na exterioridade do acidente, de que fala Foucault, situar os caminhos de construção dessas práticas, marcados por uma historiografia apoiada no romantismo de uma época.

1.3 São Luís, a *Athenas brasileira*

A construção de uma das identidades maranhenses assume seus contornos nos deslocamentos discursivos que edificam o mito de “Athenas Brasileira”, que aproxima os

costumes ludovicenses de uma cultura erudita. Esse discurso se erige a partir de uma prática discursiva que opera no campo da literatura.

Para compreendermos os processos de constituição dessa identidade, faz-se necessário percorrermos parte do itinerário da história do Maranhão. Nosso percurso tem início com a instalação da Companhia Geral de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, em 1755, que significou o advento de um processo de ativação econômica sem precedentes no Maranhão. Para o intelectual maranhense Dunshee de Abranches (1822, p. 6), essa medida política praticada pelo Marquês de Pombal teria sido a “aurora da prodigiosa opulência e engrandecimento” da Província. Isso porque as operações da Companhia de Comércio promoveram a entrada do Maranhão no mercado internacional em virtude da exportação do algodão. A Companhia mobilizou o comércio da província, que passou a receber créditos, ferramentas, escravos. Tais intervenções transformaram o padrão de vida da região, até então mergulhada na miséria, na gentilidade, na barbárie, sem uma economia que a sustentasse (MARTINS, 2006).

Quando as operações da Companhia de Comércio começaram a apresentar traços de retração das relações econômicas, emergiu entre os homens de negócio, principalmente entre os lavradores, um discurso nostálgico de exaltação àquele passado de opulência, que apontava a região como uma terra promissora: “[...] ainda hoje, muitos lavradores abastados, bendizem a fortuna e a opulência de seus bens que tiveram sua origem naquela época” (ABRANCHES, 1822, p. 7).

Para o historiador maranhense Mário Meireles (2008), ainda no Império, a província presenciou o surgimento de uma elite fundiária e de uma nobreza rural que lhe conferiram uma posição de primeiro plano no cenário nacional, nos campos econômico, político e cultural. O Império é destacado por Meireles como um período da Idade do Ouro do Maranhão.

O açúcar passa a configurar também um produto de exportação e irá somar com a riqueza da terra juntamente com o algodão. Esses dois produtos agrícolas irão constituir a base da economia maranhense, e vão gerar mais riquezas e mudanças nos costumes cultivados nesse primeiro momento.

No final do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX a cidade de São Luís passou por novas mudanças em seus costumes. Habituada a frequentar as festas que se

resumiam às atividades da Igreja e do Estado, a elite ludovicense mudou seus hábitos culturais, impulsionada, conforme dissemos anteriormente, pelo crescimento econômico decorrente do ciclo do algodão e do ciclo do açúcar, que lhe possibilitou um intercâmbio cultural com a Europa, particularmente com a França. Vários filhos da elite foram para a Europa realizar seus estudos. Esse intercâmbio provocou uma mudança nos costumes dos maranhenses, que influenciados pela Cidade-Luz contribuíram para a transformação de uma minoria da sociedade e introduziram costumes franceses, destacando-se o interesse pelos bons modos, pelo refinamento, pela arte, pelas letras (LACROIX, 2008).

Sob influência do modelo intelectual francês, o teatro tornou-se uma das distrações favoritas, com apresentações de temporadas líricas de companhias de teatro italiana e francesa, realização de concertos de piano, de saraus e serões para moças – que até então nem sabiam ler – aprenderem música, pintura e belas artes (ABRANCHES, 1941).

Esse momento de expressividade cultural reflete os ideais de progresso iluminista na medida em que marca o crescimento intelectual do homem maranhense: os filhos de proprietários assumem a condição de homens das letras. Vale lembrar que o momento era marcado por um espírito romântico, reflexo do estilo literário da época.

No ambiente cultural que se criou na cidade prosperaram dois grupos literários com destaque nacional. O primeiro, chamado de Grupo Maranhense (que atuou entre 1832 e 1868) – a Primeira Geração – influenciado por uma mentalidade senhorial e um sentimento aristocrático, inaugurou uma prática discursiva de exaltação das riquezas e belezas da terra natal, e se fundamentará com a Segunda Geração na crença e superioridade do homem maranhense (LACROIX, 2008).

A efervescência cultural na qual mergulhou a cidade de São Luís após a constituição do Grupo Maranhense fez emergir o epíteto de Atenas Brasileira⁶. Os intelectuais e homens das letras que surgem em torno da “cidade letrada”⁷ de colonização portuguesa, como a cidade de São Luís – um dos poucos centros de intensa atividade intelectual do primeiro e segundo período imperial brasileiro – são chamados de “atenienses”. Segundo Martins (2008,

⁶ Outras cidades brasileiras como Fortaleza, Olinda, Recife, Salvador, Rio de Janeiro receberam, também, ao longo do século XIX, o cognome de “Atenas Brasileira”. Esse cognome era atribuído sempre que um grupo de intelectuais e literatos desenvolvia um volume de atividades culturais e literárias, tais como publicações, polêmicas e eventos que engrossavam as fileiras do nascente mundo literário e cultural dos oitocentos brasileiros (MARTINS, 2008).

⁷ A ideia que constrói o conceito de cidade letrada se fundamenta na participação de intelectuais e letrados na construção e consolidação da sociedade latino-americana desde a conquista ibérica até o início do século XX, com o propósito de relacioná-los ao campo do poder (RAMA, 1985).

p. 294, grifo do autor), “um modo muito produtivo de compreender o mito da ‘Atenas Brasileira’ é analisar **a construção alegórica ou simbólica do passado** de São Luís do Maranhão como **cidade letrada**. O que está em jogo é a origem de um mito”, que se fundamenta no resgate do passado de glórias. O autor acrescenta que “a genealogia da construção simbólica de São Luís como ‘Atenas Brasileira’ é um mito legitimador do Maranhão oitocentista e de um projeto de literatura nacional, até de nacionalidade”. Nesse sentido, a identidade maranhense vai se perfazendo a partir de uma construção que se dá no campo das letras.

Do Grupo Maranhense ressalta-se Manuel Odorico Mendes, Francisco Sotero dos Reis, João Francisco Lisboa, Trajano Galvão de Carvalho, Antonio Gonçalves Dias, Antonio Henriques Leal, Joaquim Gomes de Sousa, aos quais podem ser acrescentados os nomes de Joaquim de Sousa Andrade, o Sousândrade, e César Augusto Marques. Outros intelectuais de menor repercussão também são destacados: Lisboa Serra, Almeida Braga, Marques Rodrigues, Vieira da Silva, além de Cândido Mendes de Almeida, Pedro Nunes Leal, Belarmino de Matos, Gentil Homem d’Almeida Braga, Antônio Joaquim Franco de Sá, Francisco Dias Carneiro, Joaquim Serra (VERÍSSIMO, 2003).

Gonçalves Dias é fiel ao sentimento nacionalista em que se ancora o Romantismo. Autor do poema *I-Juca Pirama*, que destaca o índio como figura representativa da nação brasileira, o poeta se eternizou na *Canção do Exílio*, reconhecida como um dos poemas de temática mais nacionalista de todos os tempos.

A proclamação da República, a abolição da escravatura, a queda da agroexportação e todas as consequências que resultaram desse processo produzem uma mudança no panorama maranhense e a historiografia registra um ciclo decadentista cultural entre 1894 e 1932.

Intelectuais maranhenses como Miguel Vieira Ferreira e Fábio Alexandrino de Carvalho Reis apontam a sensação de decadência da elite da época (MARTINS, 2006). Ferreira (1866, p. 107-108) destaca um estado de letargia vivida por todos:

O nosso espírito é pouco profundo, o nosso typo é o da indolência e fraqueza mental, e por isso mesmo o da superficialidade; [...] entre nós escreve-se muito, muito se projeta, mas não se escrevem obras, nem se fazem trabalhos desenvolvidos [...].

Reis (1877, p. 21-22) conclama a elite regional para um trabalho de mudança do estado em que todos se encontravam:

Accordemos do lethargo emquanto é tempo, pois já nos achamos a dous passos do abysmo; e é preciso transpolo-o ou cair n'elle, o que dirão de nós os nossos vindouros, quando souberem que recebemos dos nossos antepasados este bello torrão prospero e fluorescente e lh'ò legamos empobrecido e decadente, por falta de iniciativa, de actividade e energia?

Para uma elite que até então se alimentava de uma tradição de grande efervescência econômica e cultural, era o momento de propor mudanças no sentido de resgatar a glória do passado.

A Segunda Geração, que atuou entre 1870 e 1890, tentou manter a tradição de Atenas Brasileira, por meio de um “rejuvenescimento literário”. Ancorada nos princípios republicanos que pregavam, dentre outras coisas, a modernidade, a Segunda Geração testemunha uma negação da herança colonial portuguesa. Os “novos atenienses”, como eram chamados os intelectuais da Segunda Geração, consolidaram uma formação discursiva que se perfaz na “ideologia da singularidade”, a partir da valorização da fundação francesa da cidade de São Luís. Esse discurso de fundação francesa implica num retorno às origens, ou seja, à fundação da capital, mas ao mesmo tempo significa um salto para o futuro, pois a França simbolizava os novos tempos. Esse discurso torna o homem maranhense singular diante do cenário nacional, já que a capital maranhense é a única reconhecida, oficialmente, como capital brasileira de fundação francesa.

O discurso da singularidade emerge numa época de momentâneo crescimento econômico, que estimulou o luxo, a sofisticação, produziu uma mudança no comportamento da elite maranhense e fez emergir uma mentalidade de superioridade do homem, numa tentativa de manter distante o passado lusitano. O discurso de valorização do homem maranhense é marcado pelo declínio econômico. A consciência de que esse homem gozava da virtude da sabedoria, da excelência e quase exclusividade no panorama cultural brasileiro foi impregnada no imaginário da sociedade local, chegando a alcançar repercussão nacional. Projetado segundo as lentes de um “questionável esplendor, o maranhense sentiu-se superior às populações das outras províncias e procurou buscar uma diferença, ainda que mítica, em suas origens” (LACROIX, 2008, p. 66).

A economia de base agro-exportadora, que até então era o alicerce do mercado local, foi inviabilizada por medidas como as inúmeras leis abolicionistas que culminaram na assinatura da Lei Áurea, em 1888. A Atenas Brasileira irá respirar os novos ares trazidos pela industrialização que tomou conta do país, e receberá um novo epíteto: **Manchester do Norte**, uma alusão à cidade inglesa de Manchester, um dos berços da Revolução Industrial. Essa descontinuidade discursiva que move os enunciados – São Luís, Atenas Brasileira; São Luís, Manchester do Norte – ancora-os em certas condições de existência. No primeiro momento, o da Atenas Brasileira, há uma valorização da tradição colonial, enquanto no segundo, o da Manchester do Norte, vai haver uma negação dessa tradição, mobilizada pelos ideais de modernidade que ganhavam espaço na capital maranhense.

Essas configurações revelam um conceito de patrimônio cultural que se edifica no campo imaterial, na medida em que diz respeito à cultura e às tradições de um grupo social. A construção da ideia de Atenas Brasileira ocorre num momento de efervescência cultural, de grande produção literária com forte tendência colonial. A construção da Manchester do Norte ancora-se em uma ideia de modernidade, mas vai buscar no passado traços da presença dos franceses, fazendo emergir uma ideologia da singularidade. Essa singularidade, até hoje associada à fundação da capital maranhense, estaria associada também ao discurso da modernidade inaugurado na França.

Portanto, antes mesmo de se cunhar o conceito de “patrimônio” em São Luís, temos nos discursos desse momento a ideia de patrimônio associada ao campo imaterial. Nesse sentido, o conceito de patrimônio decorrente do discurso da Atenas Brasileira configura-se em torno da identidade marcada pelos intelectuais letrados.

Não devemos pensar, entretanto que a identidade seja construída e destruída linearmente, como se pudesse ser iniciada e terminada de uma vez por todas. Ao contrário, as transformações históricas e as mudanças nas representações coletivas não se dão de um momento para outro nem se apagam por passes de mágica. Pela própria natureza complexa das tramas discursivas que as fazem emergir, elas permanecem mesmo depois de superadas suas possibilidades históricas. Elas permanecem à espreita, sabedoras da possibilidade de sempre retornarem e dialogarem com novos discursos. Por isso, a concepção de patrimônio imaterial, desenhada pelo discurso da Atenas Brasileira e pelo resgate do passado europeu é muito forte até hoje, como se pode observar em uma propaganda turística oficial veiculada em 2003 (Figura 1):



Figura 1 - Propaganda turística, Governo do Maranhão, 2003.

Fonte: Portal do Governo do Estado.

Nesta propaganda, chama-nos atenção o enunciado:

*“SUBI a ladeira do Desterro como os holandeses, franceses e portugueses que nos amaram na aventura.
O cheiro da Terra e o sacrifício de chegar em caravelas nos indicam os caminhos de voltar.
Ninguém partiu mas todos voltaram”*.

José Sarney – Romancista.

Para construir o sentido do Maranhão como “terra inesquecível”, a propaganda recorre à memória discursiva do passado glorioso, retomando a construção histórica de nossas origens europeias. Ao enumerar “os holandeses, franceses e portugueses que nos amaram na aventura”, o texto rememora e reatualiza o mito da Atenas na mesma medida em que apaga outros atores históricos (os indígenas, os africanos escravizados). Ao emergir, em pleno século XXI, esse enunciado reitera, na descontinuidade histórica, uma das identidades maranhenses que as tramas discursivas colaram na memória coletiva. Como procuraremos mostrar no decorrer deste trabalho, essa identidade e o conceito de patrimônio dela decorrente convivem com outras identidades e conceitos forjados ao longo da história, dialogando seja pela polêmica, seja pela contratualidade.

Nesses caminhos tortuosos em que se constituem as identidades, paradoxalmente, uma nova figuração não elimina a anterior. Isso é o que procuraremos pensar no próximo capítulo, ao acompanharmos um momento que se caracteriza pela destruição do patrimônio material,

considerado pertencente a um passado (o passado colonial) e pela construção do novo (representado pela industrialização) e que vai consolidar São Luís como a **Manchester do Norte**.

CAPÍTULO 2

PATRIMÔNIO E BIOPODER: São Luís, a Manchester do Norte

“É impossível dizer / em quantas velocidades diferentes / se move uma cidade/ a cada instante [...] e que dizer das ruas / de tráfego intenso e da circulação do dinheiro e das mercadorias / desigual segundo o bairro e a classe, e da rotação do capital / mais lenta nos legumes / mais rápida no setor industrial [...]”.

Ferreira Gullar (Poema Sujo – um fragmento)

Após o momento de intensa produção literária, que fez emergir a identidade de Atenas Brasileira, São Luís experimenta uma outra identidade, a de Manchester do Norte, edificada a partir da ideia de modernização, gerada com o advento da Revolução Industrial. A cidade de Manchester, localizada no norte da Inglaterra, teve um papel primordial para o início da Revolução Industrial. Em Manchester foi utilizada a máquina a vapor no desenvolvimento da indústria têxtil, pela primeira vez, em 1789.

A cidade de São Luís vai tomando os contornos que os novos rumos da economia vão adquirindo. A decadência das lavouras de açúcar e algodão e a Lei Áurea vão favorecer o estabelecimento de um parque fabril no Maranhão, resultante da reunião de capitais da aristocracia rural e da burguesia comercial. Após a desilusão com a lavoura, a indústria têxtil se apresentou como uma grande esperança. “Sonhou-se transformar São Luís numa Manchester” (VIVEIROS, 1954, p. 7). Nas palavras de Matos (2002), a capital tenta substituir – ou talvez adicionar – a designação de **Athenas Brasileira** pela de **Manchester do Norte**. Essa transformação produziria um conjunto de iniciativas e elementos que alterariam o retrato histórico, construído no decorrer do século anterior.

Nesse sentido o epíteto **Manchester do Norte** à capital maranhense configura-se a partir da implantação de indústrias, reflexo da necessidade de novos empreendimentos que sustentassem a economia do Estado. No ano de 1895, o Maranhão registrava dezessete fábricas pertencentes a sociedades anônimas e dez pertencentes a particulares, assim divididas: 10 trabalhavam com fiação e tecidos de algodão, 01 com fiação de algodão, 01 com fiação de tecido de cânhamo, 01 com fiação de tecido de lã, 01 com fiação de meias, 01 indústria de fósforos, 01 de chumbo e pregos, 01 de calçados, 01 de produtos cerâmicos, 04

de pilar arroz, 02 de pilar arroz e fazer sabão, 01 de sabão e 02 de açúcar e aguardente (VIVEIROS, 1954).

O investimento na indústria produziu uma febre pelo progresso, materializado em tecnologias, que se propunham a facilitar a vida do homem e otimizar o seu tempo. Nesse período, em São Luís, algumas famílias convivem com telefones (1880), máquinas de costura, iluminação elétrica (1895). Os jornais disponibilizavam o telégrafo (1895) e publicavam notícias de todo o país; a cidade tinha automóveis circulando em suas ruas, assim como também o serviço de bondes; dispunha ainda de uma arquitetura funcional como a das fábricas e vilas operárias, que foram se formando (LOPES, 2004). Tais mudanças causadas pela industrialização configuram uma nova forma de poder, de disciplinamento dos corpos, programados para produzir riqueza.

Republicana e industrial, a capital maranhense vai se moldando aos ideais progressistas. Tem início uma “campanha” em favor do novo perfil que a cidade irá adquirir. A capital começa a ser tematizada e racionalizada como uma tentativa de se autoafirmar: tematizada pelo discurso de valorização da origem francesa, faz conviver num só momento o passado glorioso e o futuro republicano, progressista; racionalizada pela investigação dos problemas de adequação às novas necessidades do progresso decorrente da industrialização, tenta solucionar os “problemas” e “defeitos” da cidade herdada do urbanismo militar português, recorrendo às ideias de higienização (LOPES, 2004, p. 41).

A valorização da origem francesa⁸, que povoa o imaginário maranhense até os dias atuais, constrói-se nos moldes de uma “ideologia da singularidade”, conforme já ressaltado no Capítulo 1, o que destacaria a capital maranhense das demais capitais brasileiras num discurso que constantemente se reatualiza: “São Luís é a única capital brasileira fundada por franceses”; “São Luís é a única capital brasileira que não nasceu lusitana”.

Segundo Lacroix (2008), a ocupação francesa, em 1612, é resultado de uma tentativa de criação, em solo maranhense, da França Equinocial, que teve início em torno do forte de Saint Louis, nome dado em homenagem ao Rei-Menino Luís XIII, e que consistiu na gênese

⁸ A fundação francesa é um tema polêmico entre alguns historiadores da capital maranhense, que defendem uma fundação lusitana.

da cidade⁹. Em 1615 ocorre a reconquista do Maranhão pelos portugueses, que mantiveram o nome da cidade.



Figura 2 - Forte Saint Louis, hoje Palácio dos Leões.

Fonte: Arquivo pessoal (2005).

O passado glorioso, ressignificado no discurso da Athenas Brasileira e da fundação francesa, vai coexistir com o discurso do progresso numa capital que tenta adequar-se ao novo, ao moderno por meio da urbanização. Nesse momento, emerge um movimento em torno da proposta de racionalização do espaço urbano. Essa racionalização se edifica a partir da negação da cidade traçada segundo o urbanismo português.

O processo de ocupação portuguesa, que se consolidou com a organização administrativa da cidade, foi organizado pelo primeiro governador do Maranhão, Jerônimo de Albuquerque. Para formalizar o domínio português, Jerônimo de Albuquerque contratou os serviços do engenheiro-mor Francisco Frias de Mesquita, que traçou um plano de arruamento para orientar o crescimento da cidade e que foi deixado como norma.

Frias de Mesquita adotou na traça de São Luís as *Ordenanzas de Descubrimientos, Nueva Población y Pacificación de las Indias*, em 1573, incluídas nas Ordenações ou Instruções Filipinas, que no campo urbanístico refletiram as expectativas renascentistas de beleza, simetria e ordenação racional dos espaços públicos, surgidas com a descoberta do desenho em perspectiva (LOPES, 2004, p. 23).

⁹ A cidade recebeu o nome São Luís também em homenagem ao rei Luís XIII. Daí o epíteto “ludovicenses” (de *Ludovicus*, Luís em latim) aos nascidos na capital.

Na opinião de Teixeira (2002, p. 2), o traçado do espaço de São Luís era definido por uma malha geométrica e regular, que constituía “o elemento primordial do espaço urbano”. A cidade se estendeu em direção ao interior da ilha e manteve esse modelo urbano nos séculos XVIII e XIX.

Esse modelo de traçado colonial, adotado em São Luís e em várias cidades brasileiras, vai ser contestado pelo discurso médico sanitalista, que sobrevém com os ideais de modernização urbana inaugurados com o capitalismo e a industrialização, e constitui uma disciplina, pois irão normatizar e gerenciar o espaço urbano.

Em São Luís, alguns grupos da elite comercial, industrial e intelectualizada da cidade, dispostos a se desvencilhar da imagem de cidade colonial, considerada pela modernidade sinônimo de velho, de atraso, investiram na produção de uma nova imagem que refletisse os projetos de modernização do país, a partir de símbolos representativos das tecnologias, civilização e progresso. Compõem essa simbologia o parque industrial têxtil; as Exposições realizadas na tentativa de consolidar o discurso industrial; os Códigos de Postura, mecanismo legitimado da máquina estatal para organizar o espaço urbano; o discurso médico sanitalista, que combinado com o discurso de engenheiros, instituem novas formas de disciplinamento dos corpos, por meio de uma nova configuração geográfica, em nome de um novo processo civilizatório.

O parque fabril maranhense, nos últimos vinte anos do século XIX, adquiriu tamanha proporção que fez do estado o segundo mais industrializado do país, perdendo apenas para Minas Gerais. O ano de 1871 dá início à realização de Exposições locais em exaltação ao trabalho e ao progresso, seguindo o modelo das Exposições Universais realizadas na Europa e no Rio de Janeiro.

As Exposições Universais, realizadas em países como Alemanha, Inglaterra e França, consistiam numa edificação histórica das imagens de modernidade e numa expansão do mercado capitalista e suas mercadorias. Construções como o Palácio de Cristal, a Torre Eiffel, a Estátua da Liberdade são símbolos, respectivamente, da primeira Exposição Universal realizada em Londres, em 1851, e das Exposições de Paris, de 1878 e 1889. A Torre Eiffel, estruturada em vigas de ferro pré-moldado, exemplo de tecnologia, era símbolo do progresso arquitetônico.

Segundo Barros (2001), em São Luís foram realizadas quatro Exposições, entre os anos de 1871 a 1912. As duas primeiras, realizadas em 1871 e 1872, foram precursoras das ideias modernas em uma cidade que financiava sua urbanização com o capital comercial acumulado na agricultura exportadora. Os organizadores da primeira Exposição, pertencentes a uma entidade denominada **Festa Popular do Trabalho**, expuseram produtos de marcenaria, bordados, esculturas em gesso e sementes agrícolas numa clara alusão a que onde houvesse trabalho, haveria uma semente do progresso: o trabalho era apresentado como sinônimo de desenvolvimento da indústria e da sociedade. Para Benjamin (1986, p. 35), as Exposições surgiram do “desejo de divertir as classes trabalhadoras, tornando-se uma festa de emancipação para elas”.

O *Álbum Comemorativo do 3º Centenário da Fundação da Cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão* (1913) constitui uma forma simbólica de materialização do passado, apresentando-se como um documento que registra a memória, os saberes, os fazeres, os costumes dos sujeitos que participaram das comemorações.



Figura 3 - Visitantes da Exposição do Tricentenário, 1912.

Fonte: Álbum... (1913).

As duas últimas Exposições, realizadas em 1906 e 1912, encontraram uma cidade que sentia os impactos da instalação do parque fabril e de novas formas de sociabilidade e vivência do espaço. A Exposição de 1912, por exemplo, comemorou o tricentenário da cidade de São Luís, e foi realizada no dia 8 de setembro, data em que se festeja a fundação de São Luís pelos franceses. Essa Exposição foi considerada a maior de todas pelos organizadores e

mostrou “o que existia de mais moderno no Maranhão” (BARROS, 2001, p. 21). Foi prestigiada com a presença do escritor francês Paul Adam.

No discurso de abertura da Exposição de 1912, Domingos Perdigão, presidente da Sociedade Festa Popular do Trabalho, dá ênfase à fundação francesa de São Luís, ressaltando esse acontecimento como algo que aproximava a capital do Maranhão dos modelos do liberalismo político francês e da organização espacial de Paris.

Trezentos annos são passados que a gloriosa França fundou esta formosa cidade, em que habitamos. [...] um povo forte, acostumado a andar na vanguarda de todos os idéaes da humanidade, e foi pôr isso que aqui veio, e tudo soube conseguir dos valentes possuidores da terra [os índios] e, como para dar-lhes um exemplo da civilização européa, fundou a cidade de São Luiz, aqui, justamente no lugar onde existe a gloriosa Athenas Brasileira, formosa Capital do Estado do Maranhão. [...] E se elles conseguiram mostrar [...] como se principiava a edificar uma cidade, nós queremos ter a vaidade de continuar a desbravar o caminho do progresso, que foi iniciado pelos fundadores da sociedade promotora da exposição que hoje se inaugura [...] (ÁLBUM..., 1913, p. 6).

O discurso da fundação fortalece o ideário progressista da elite comercial, que procura consolidar a imagem de São Luís como uma capital de homens que, a exemplo dos franceses, estão na “vanguarda dos ideais da humanidade” e que pretendem dar continuidade ao progresso instalado em terras maranhenses. Ao mesmo tempo em que a fundação francesa é citada como construção de um ideal de desenvolvimento, de progresso, há um retorno ao discurso da Atenas Brasileira, que se consolidou na valorização do homem por meio de uma visão intelectualizada e que também busca na Grécia uma origem edificante. O discurso que reatualiza o passado glorioso – a Atenas Brasileira – aponta para o futuro, para o progresso. Os ludovicenses se mostram lado a lado com as inovações, “acompanhando” o progresso da República Francesa:

O que se tem feito durante trezentos annos na cidade de São Luiz do Maranhão? Ella própria responderá: — Eu sou a Capital de um dos Estados da gigantesca República Brasileira. E só esta synthetisa perfeitamente toda a evolução histórica e mostra que longe e separada dos seus fundadores, acompanha e aplaude sempre todo o progresso da poderosa e culta República Francesa (ÁLBUM..., 1913, p. 16).

Com a instalação de fábricas na capital e a realização de Exposições as elites locais ingressam no mundo moderno e se aproximam do discurso de lugares considerados mais avançados.

Para tornar sólida a atmosfera de progresso, que sobreveio com a industrialização, São Luís, no começo do século XX, tenta se adequar também aos novos padrões de urbanização. Essa tentativa reflete as novas formas de sociabilidade e organização do espaço que a industrialização e seu ideal de modernidade produziram em vários países.

O discurso de modernização urbana, defendido por inúmeros arquitetos brasileiros, por exemplo, tem no arquiteto suíço, naturalizado na França, Charles-Édouard Jeanneret (1887-1965) – também conhecido como Le Corbusier – um grande defensor. Embalado pelo movimento de modernidade, Le Corbusier defende uma cidade moderna, cuja representação está pautada na segurança, com funções definidas e setorizadas, em torno de necessidades típicas, idênticas para todos os homens. Essa concepção implicou numa reformatação dos núcleos urbanos. As ruas estreitas e as referências ao passado só teriam lugar se não ferissem a paisagem urbana e se não representassem um incômodo aos ideais de modernidade. Convém ressaltar que nesse momento a modernidade, intrinsecamente ligada ao capitalismo, pensa a organização do espaço para controlar o sujeito, produzir identidades e gerar poder (FOUCAULT, 2002).

Esse tema foi estudado por Michel Foucault, no livro *Vigiar e Punir* (2002). Para o autor, no final do século XVIII emergem as *sociedades disciplinares*, que distribuíam os indivíduos no espaço por meio de técnicas de enclausuramento e/ou de organizações hierárquicas de lugares específicos. Todas as atividades eram controladas temporalmente, o que possibilitava, por exemplo, o isolamento do tempo de formação e do período da prática do indivíduo. Com isso, a aprendizagem poderia ser normatizada, e as forças produtivas seriam compostas a fim de obter um aparelho eficiente.

As disciplinas organizavam “celas”, “lugares” e “fileiras”, criando espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. Esses espaços realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos (FOUCAULT, 2002).

Em São Luís, o crescimento populacional, decorrente do desenvolvimento das indústrias têxteis, promoveu uma nova forma de organização, disciplinando os corpos por meio da regulamentação do funcionamento do espaço urbano. Se até aquele momento a cidade era organizada espacialmente, segundo os princípios da arquitetura colonial portuguesa (dividida em cidade alta – que abrigava a parte habitacional e administrativa – e cidade baixa

– onde funcionavam as áreas comercial e portuária), o início do século XX vai registrar uma suburbanização, decorrente da expansão urbana¹⁰.

As fábricas, instaladas no entorno do centro comercial da cidade, promoveram o nascimento dos primeiros bairros proletários, nos arredores desses núcleos industriais. Em torno da Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil surgiu o bairro do Anil, em torno da Companhia Fabril Maranhense surgiu o bairro Fabril; o bairro Madre Deus nasceu nos arredores da Companhia de Fiação e Tecidos Cânhamo. O surgimento desses bairros resultou de um processo de disciplinamento, que objetivava garantir uma melhor economia de tempo e de gestos dos operários, e que também marcaria seu lugar: residir nas proximidades das fábricas garantiria a força de trabalho por um longo período de tempo, asseguraria maior assiduidade na produção e demarcaria o espaço do operário: as vilas operárias.

Esses quadros vivos configuravam, simultaneamente, uma **técnica de poder** e um **processo de saber**, que tinha por finalidade refrear a diversidade, impondo-lhe uma ordem. As sociedades disciplinares substituíram as antigas **sociedades de soberania** – em que o poder se manifestava de forma explícita, punindo e supliciando os corpos – tendo seu início no século XVIII e atingindo seu ápice no século XX. Mas, já no século XVII emergia uma nova mecânica do poder, com instrumentos novos e incompatíveis com as relações de soberania, que se projetava mais sobre os corpos do que sobre a terra e seus produtos. Esse poder se exercia no sentido de retirar dos corpos tempo e trabalho, mais do que bens e riqueza. É um tipo de poder que se exerce continuamente por vigilância e não de forma descontínua por sistemas de tributos e de obrigações crônicas (FOUCAULT, 2002).

As sociedades disciplinares veiculam uma forma de poder, que tenta assegurar a ordenação das multiplicidades humanas, por meio de uma “ortopedia social”, que produz corpos dóceis e que torna o exercício do poder economicamente menos custoso possível, prolongando os efeitos do poder social e atrelando o crescimento econômico do poder ao rendimento dos aparelhos pelos quais se exerce, sejam eles pedagógicos, militares, industriais, médicos, desenvolvendo tanto a docilidade quanto a utilidade de todos os elementos do sistema (FOUCAULT, 2002).

¹⁰ O engenheiro Rui Mesquita (1958) agrupa a expansão urbana de São Luís em três fases: o período de formação do núcleo urbano, no século XVII, em que a cidade registra cerca de 10.000 habitantes; o período de constituição do bairro central – Praia Grande –, século XVIII, em que a cidade tem, aproximadamente, 17.000 habitantes; a formação dos arrabaldes e bairros excêntricos, nos séculos XIX e XX, em que a cidade possui entre 20.000 e 70.000 habitantes.

As formas de poder exercidas na disciplina se sustentam no modelo ortopédico do *Panopticon*, definido inicialmente por Jeremy Bentham (FOUCAULT, 1997a; 1999b; 2002). O *Panopticon* era um edifício em forma de anel, com um pátio no meio do qual havia uma torre central, com um vigilante. Esse anel dividia-se em pequenas celas cuja posição permitia uma visibilidade interna e externa, possibilitando que o olhar do vigilante as atravessasse. Essa forma arquitetônica das instituições valia para as escolas, hospitais, prisões, fábricas, hospícios, quartéis.

O *Panopticon* era um espaço fechado, recortado e vigiado em todos os seus pontos. Nele os indivíduos, inseridos em um lugar fixo, tinham os seus menores movimentos e acontecimentos vigiados. O poder tinha seu exercício segundo uma figura hierárquica contínua, no qual cada um podia ser constantemente localizado, examinado e distribuído. Forma de poder exercida no panoptismo, o exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Ele estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade por meio da qual são diferenciados e admitidos. Em todos os dispositivos de disciplina o exame passa por procedimentos de ritualização. Nele agrupam-se poder, experiência, força e verdade. No centro dos processos de disciplina, o poder manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam (FOUCAULT, 2002).

Dentro dessa maquinaria do poder, a articulação de um poder com um saber ocorre pela vigilância hierárquica sobre os indivíduos. Ela se organiza em torno da *norma*, definindo o que é correto ou incorreto, o que se deve ou não fazer (FOUCAULT, 1999b).

A partir dessas relações do poder com o saber é preciso explicar como os efeitos de verdade do poder podem ser produzidos nos discursos sobre o patrimônio. Mecanismos de poder-saber funcionam não apenas em relação ao que é dito sobre as identidades da cidade de São Luís, mas também em relação às práticas sociais, como o controle do corpo, a ocupação do espaço público e as normas de uso desse espaço.

No centro histórico de São Luís, nas primeiras décadas do século XX, há um disciplinamento do uso da cidade que vai se manifestar por meio da organização e ocupação do espaço físico. A preocupação com aspectos estéticos, com a disposição das construções, a harmonia das fachadas, as plantas que eram extremamente semelhantes entre si, levavam os moradores das cidades – ricos ou pobres – a adotarem os mesmos costumes habitacionais (LEMOS, 1999; LOPES, 2004).

Esse disciplinamento é organizado por meio de mecanismos tais como os Códigos de Posturas da Cidade de São Luís, o discurso médico sanitarista, o discurso de engenheiros, que se inscreviam na ordem do discurso do processo civilizatório, lançado pelo liberalismo francês e absorvido em São Luís numa época de efervescência industrial, que conforme já mencionamos, produziu o epíteto de *Manchester do Norte*.

O ideal de civilidade gerou mudanças nos comportamentos humanos, motivando um controle disciplinar. Para Foucault (2002), a primeira das grandes operações da disciplina é a constituição de “quadros vivos” que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas. O processo civilizatório vai propor uma reorganização dos relacionamentos humanos, os quais são acompanhados de mudanças nas maneiras, na estrutura da personalidade do homem, resultando numa conduta e sentimentos “civilizados” (ELIAS, 1993, p. 195), resultando na execução de planos e ações, frutos de uma ordem de impulsos e anelos humanos entrelaçados que subjazem ao processo civilizador.

Os Códigos de Posturas, enquanto mecanismos disciplinadores, reúnem um conjunto de normas de utilização do espaço e do bem estar público, das relações entre o cidadão e seu município, conferindo legitimidade a este para determinar “posturas” obrigatórias aos habitantes, como por exemplo o controle e manutenção do ambiente urbano no que diz respeito à higiene pública, ao sossego, ao conforto, à salubridade, coibindo o descumprimento de qualquer natureza.

No Brasil, os primeiros Códigos de Posturas foram instituídos no período imperial. Em 1834, em cada província, foi criada uma Assembleia Legislativa Provincial. Na Província do Maranhão, esse órgão inicia seus trabalhos em 1835, com a competência de analisar, aprovar, revogar ou modificar as posturas propostas pela Câmara de cada município (CARVALHO, 2005).

Já nesse período, registra-se uma preocupação com temas como regularidade e aformoseamento, cômodo e seguridade, salubridade. O título **regularidade** orienta, dentre outras coisas, sobre a regulação de estabelecimentos comerciais, de oficinas de impressão, fotografia e gravura estabelecidas na cidade. **Aformoseamento** tem como particularidade a preocupação com a beleza do espaço urbano; ele normatiza as construções de imóveis (o tipo de imóvel a ser construído e o tipo de material a ser utilizado em determinados locais da cidade), bem como o alinhamento das ruas, logradouros públicos, calçadas e testadas (espaço da rua ou estrada ao longo da casa ou quinta). Esse título também dá orientações sobre o

escoamento de águas pluviais. **Cômodo e segurança** tinham como normas a organização do espaço: iluminação das casas e das ruas, proibição de insultos com uso de palavrões em espaço público, disparo com armas de fogo nas ruas da cidade (MARANHÃO, 1866, p. 76-85). O título **salubridade** manifesta interesse pela preservação da atmosfera, pelo controle das águas estagnadas, proibindo o banho, a lavagem de roupas ou animais próximo das fontes em que a água seria de consumo público (MARANHÃO, 1866, p. 86-99).

Após o advento da República, novos Códigos de Posturas foram instituídos para dar continuidade ao processo disciplinador. No Maranhão, o Código de 1893 destaca os títulos higiene e saúde pública, polícia, comodidade e segurança pública, aformoseamento.

O título **aformoseamento** dá continuidade aos princípios que regulamentavam o Código de Posturas do Império, pois mantém a preocupação com a urbanização da cidade, estabelecendo regras para a abertura ou largura das ruas, praças e estradas, construção e reconstrução de prédios, definição de normas para a conservação dos passeios, ruas, estradas, rios, igarapés e edifícios públicos:

As ruas que dora em diante se abrirem nesta cidade terão a largura de pelo menos vinte metros de casa a casa, reservando-se para as testadas, de cada lado dois metros. Estas ruas e testadas serão sempre em direção recta (Coleções de Leis e Resoluções Municipais de 1892-1903, Capítulo XXIV, Art. 202).

São proibidas as calhas ou goteiras para o despejo das águas pluviais dos telhados que deverá ser feito pelo interior das paredes por meio de canos de louça ou metal. Ao infractor a multa de 50\$000 e as despesas de regularização (Coleções de Leis e Resoluções Municipais de 1892-1903, Capítulo XXIV, Art. 215).

São proibidas as janelas, saccadas ou de grades sahidas a menos de 2,m25 acima dos passeios, e bem assim os balcões, sapatas, escadarias e degrãos fora do alinhamento das casas e as argolas pregadas em pilares, lombeiras ou paredes interiores dos edifícios. Ao infractor a multa de 20\$000 e a custa delle a demolição da obra. Para os edifícios que já tiverem esses deffeitos, a intendência marcará um praso rasoavel para serem demolidos e caso se negarem a isso os proprietários, procederá a demolição a custa delles. (Coleções de Leis e Resoluções Municipais de 1892-1903, Capítulo XXIV, Art. 216). (PORTO, 1910, p. 11-33).

A ideia de organização manifesta um discurso de caráter disciplinador para as construções, que deveriam obedecer às normas de aformoseamento, propostas pelos Códigos de Postura, devendo manter um mesmo padrão de construção.

Os títulos higiene e saúde pública apresentam um ordenamento sobre o comércio de carnes, leite e outros gêneros destinados ao consumo público; sobre as determinações a respeito dos cemitérios, inumação e exumação de cadáveres, enterramento de animais e carnes deterioradas; sobre os esgotamentos dos pântanos e águas estagnadas, aterros e cercas de terrenos abertos; sobre a limpeza de rios, canalização de águas, pescarias, lavoura, corte de mangues, depósito de lixo e imundices, escavações; sobre os procedimentos a serem tomados pelos hospitais, internatos, colégios e outros estabelecimentos para criação, educação e instrução de crianças; sobre os cuidados a serem tomados pelos hotéis, restaurantes e quitandas, como dia e horário de funcionamento; sobre o combate aos cortiços; sobre o funcionamento das cocheiras, estribarias, chiqueiros, currais; sobre o asseio da cidade; a vacinação e revacinação; as providências sobre os “elefantíacos”; o funcionamento das farmácias e drogarias, além das medidas a serem adotadas com as pessoas que praticavam a medicina ilegalmente (PORTO, 1910, p. 11-12).

O cumprimento das normas impressas sofre um controle sistemático em nome da saúde:

Serão visitadas systematicamente todas as casas em construção ou em obras, a fim de que sejam evitados todos os defeitos que possam prejudicar as suas condições hygienicas, devendo para isso o Intendente Municipal ouvir previamente a Directoria de Serviço Sanitário *sobre todos os requerimentos* para todas as construcções novas ou obras. [...] (Artigo 54 da Lei nº 358, de 09 de junho de 1904) (Grifo do autor).

A disciplina se exerce por meio de visitas das autoridades que pretendiam estabelecer uma manutenção da ordem, do cumprimento do que estava expresso no Código.

O relatório *Saneamento das Cidades e sua Applicaçãõ à Capital Maranhense*, de 1902, de autoria do engenheiro Palmério de Carvalho Cantanhede, também tem destaque como um instrumento normativo, disciplinador. Ele inaugura o início do século XX em São Luís como um período dedicado às medidas de caráter sanitarista. A partir de experiências realizadas em cidades como Paris, Londres, Chicago, e de conclusões de bacteriologistas, esse relatório propõe para São Luís um zoneamento ambiental, um sistema de abastecimento de água, um sistema de esgotamento sanitário e um sistema de remoção do lixo. Sugere, ainda, um plano de extensão para a cidade: “O plano de extensão da cidade e do alargamento de suas ruas são necessidades exigidas pela hygiene, pela esthetica e pelos interesses commerciais” (CANTANHEDE, 1902, p. 134).

Instrumentos normativos que estabeleciam parâmetros gerais para o convívio em sociedade, os Códigos de Posturas, assim como o relatório de Cantanhede (1902), revelam práticas discursivas institucionalizadas que normatizam as formas de edificação e organização do espaço e também do corpo, buscando uma padronização de procedimentos quanto à ocupação do espaço físico e uma homogeneização do corpo (do individual para o coletivo), numa tentativa de refrear a diversidade, de transformar as multidões em “multiplicidades organizadas”.

Rodrigues (apud VARGAS, 1990) destaca que o corpo é o mais natural, o mais concreto, o primeiro e o mais normal patrimônio que o homem possui e que as sociedades humanas agem sobre o corpo por meio de inúmeros procedimentos, tais como regras de etiquetas, de sanções e proibições, de prêmios e castigos, de leis e penas, que refletem na forma de andar, sentar, dormir, amar, de se alimentar, etc. O corpo é uma encruzilhada de acontecimentos culturais e sociais, animais e psíquicos, uma confluência de fenômenos, uma rede de emoções, uma teia de movimentos, um repertório inesgotável de gestos. Todos esses valores são desenvolvidos a partir dos processos civilizadores nos quais o homem vai se cingindo.

Com a medicina moderna, o corpo passou a ser tratado como força estatal a ser trabalhada, desenvolvida e aprimorada a partir de uma pluralidade de práticas sociais. O controle da saúde individual e coletiva fez emergirem diversas práticas político-administrativas que configuraram uma rede de relações a partir do poder sobre a vida, e que se constituiu por meio do mapeamento das cidades, da homogeneização do poder jurídico, da higienização do espaço urbano e da medicalização das massas. Em *O Nascimento da Medicina Social*, Foucault (1979) pergunta pelas causas que suscitaram o desenvolvimento de uma tecnologia médica com um objetivo específico, a partir de um novo campo de saber, o salubrismo. Ele aponta para vários elementos que possibilitaram o mapeamento dos problemas de saúde, tais como eram vistos: o medo suscitado pelo caos urbano, a poluição, o amontoado da população, a precariedade das habitações, o acúmulo de mortos nos cemitérios e a má circulação do ar e da água pela cidade revelaram a necessidade de uma organização do saneamento da cidade por meio de uma política de higiene pública. Dentre as estratégias de poder desenvolvidas para cuidar da vida destacam-se as de ordem médica e administrativa: a quarentena e o internamento dos doentes, o mapeamento da cidade, a unificação de seu território e a constituição de um corpo jurídico homogêneo.

Esse novo campo de saber – o salubrismo – vai mobilizar em São Luís uma tecnologia médica para combater uma epidemia de peste bubônica. Em 1904, a cidade, vítima dessa epidemia, reuniu um esforço clínico profilático que contou com a participação de médicos da comissão Godinho, que controlou a epidemia. Essa comissão era composta pelos médicos Victor Godinho e Adolpho Lindenberg, provenientes do estado de São Paulo. O salubrismo faz emergir ainda o saber médico, que destaca os inconvenientes das ruas estreitas dos grandes sobrados:

Estreitas, algumas de suas ruas mal permitem a entrada do sol nas casas, que delle tanto precisam no tempo das chuvas. Este mal é ainda agravado pelo grande número de sobrados, alguns de três e quatro andares, verdadeiros caixões de pedra e cal, dominando às vezes ruas estreitas e transformando-as em simples corredores (GODINHO; LINDENBERG, 1906, p. 154).

As práticas de higienização do ambiente, surgidas no século XIX para solucionar o problema da saúde pública, repercutiram não apenas no ambiente interno da habitação, ou seja, no modo controlado do espaço privado, como também no espaço exterior, público, tais como ruas, praças, mercados, hospitais. Os governos federal e estadual adotaram várias medidas sanitárias, tais como isolamento compulsório dos doentes em leprosários, classificados em colônia agrícola, hospital, asilo e sanatório para manter o controle de doenças. A fotografia a seguir registra uma forma de controle dos corpos por meio da organização de um espaço público, o Hospital de Isolamento do Maranhão. Sua arquitetura circular, que permite a prática da vigilância e do *panopticon*, muito se assemelha à edificação das prisões estudadas por Foucault em *Vigiar e Punir*.



Figura 4 - Hospital de Isolamento do Maranhão, 1904.

Fonte: A Revista do Norte (1904).

Um novo Código de Posturas é instituído em São Luís em 1936, dois anos após a Constituição de 1934. O então prefeito da cidade, José Otacílio Saboya Ribeiro afirmou a necessidade de se dotar a cidade de São Luís de um novo Código que fosse compatível com as exigências do progresso do Brasil (MARANHÃO, 1936). Vale lembrar que esse período tem na presidência da república Getúlio Vargas, que, conforme discutimos no Capítulo 1, inaugura o discurso de uma identidade nacional e de afirmação da cultura brasileira baseada, dentre outras coisas, na uniformização de costumes. Veem-se os reflexos de um poder disciplinar que produz indivíduos, reduzindo suas diferenças, adequando-o a um ideal de modelo.

O estado do Maranhão tem na administração estadual, nesse período, o governador Paulo Ramos (entre os anos de 1936 e 1937), que foi designado interventor do Estado até o ano de 1945.

O Código de 1936 procedeu à organização da cidade, dando encaminhamento a aspectos referentes à urbanização, traçando normas sobre alinhamento, localização e nivelamento das edificações e construções em geral. O Código definiu também os procedimentos que deveriam ser tomados sobre higiene e salubridade em construções como porões, lojas, fábricas, hospitais, escolas, construção de casas e diversões públicas como teatro, cinematógrafo, dentre outras. Tomou providências quanto à documentação (desenho, alvará de construção) e materiais em geral a serem utilizados, tais como tijolos, telhas, areia, cal, e também quanto a instalações sanitárias, galinheiros, tanques de lavagem, garagens particulares, casas econômicas (construções de taipa) e galpões.

Em 1939 assume a prefeitura Pedro Neiva de Santana, que ao lado de Paulo Ramos inicia uma série de medidas em prol de uma cidade mais urbanizada. Segundo Paulo Ramos, “No Maranhão, tudo está por fazer” (MARANHÃO, 1939, p. 39). Ele acusa as gerações que o precederam de não terem contribuído com o patrimônio material da coletividade.

[...] Chegamos, assim, a este adiantado trecho da primeira metade do século vinte lamentavelmente atrasados na tarefa, que cabe levar a termo, para podermos atingir o nível do adiantamento já alcançado pela maioria das demais unidades da Federação (MARANHÃO, 1939, p. 39).

Em seu discurso, Ramos mostra sua intenção de fazer São Luís acompanhar o progresso do país. Para tanto, demoliu vários casarões com o propósito de alargar ruas e avenidas e modificar a fisionomia da cidade.

A Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Mulatos (Figura 5), localizada na Rua Oswaldo Cruz, principal via de comércio da cidade, foi demolida, e nos anos 60 foram iniciadas, no mesmo terreno, as obras do primeiro edifício residencial de São Luís, o Edifício Caiçara (Figura 6). Essa obra durou três anos e representou um símbolo da modernidade na capital, significando uma ruptura com o atraso, com o antigo.



Figura 5 - Igreja N. Sa. da Conceição dos Mulatos.

Fonte: Cunha (1908).



Figura 6 - Edifício Caiçara.

Fonte: Barros (2001).

Outras medidas tomadas por Paulo Ramos dizem respeito à salubridade, como a estruturação do Departamento de Saúde e Assistência. Todas essas iniciativas são exemplo do poder disciplinar que se traduz numa multiplicidade de processos, cuja origem e localização são várias e dispersas, e funcionam articuladamente em diferentes campos de aplicação. Os recursos para o bom adestramento são a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame (FOUCAULT, 2002).

A vigilância hierárquica é um dispositivo que representa um poder múltiplo, automático e autônomo, e constrange o sujeito em todas as suas relações. A vigilância não permite ver o observador, mas o observado sabe-se vigiado todo o tempo. A arquitetura passa a permitir um controle interior, detalhado e a vigilância passa a integrar o aparelho de produção. Nesse sentido, podemos dizer que os Códigos de Posturas exerce(ra)m uma vigilância na medida em que dita(r)am padrões de construção arquitetônica, que possibilitavam ter controle sobre o corpo individual e social.

A sanção normalizadora apresenta-se como um pequeno mecanismo penal. Sua micropenalidade se relaciona ao tempo, à atividade, à maneira de ser, aos discursos, ao corpo, à sexualidade. A sanção disciplinar é corretiva e promove o exercício. Ela estabelece penas e prêmios em todos os âmbitos e assim hierarquiza bons e maus indivíduos. Ao comparar, diferenciar, hierarquizar, homogeneizar, excluir, ela normaliza. O poder da norma surge das disciplinas e une-se aos poderes da Lei, da palavra e do texto, da tradição. As taxas estabelecidas em forma de multas pelos Códigos de Posturas, por exemplo, eram punitivas para quem não cumprisse a lei, as normas de edificação. Os que cumpriam as normas eram premiados como “civilizados”.

O exame materializa um controle normalizante, ritualizado, exercendo-se como uma cerimônia do poder, com o objetivo de demonstrar força e estabelecer verdades. Ele combina a vigilância hierárquica e a sanção normalizadora. Descreve e classifica as individualidades, desenvolvendo um controle sobre a população. O exame faz de cada indivíduo um caso. A forma como os Códigos de Posturas exerciam um controle normalizador sobre a população dava-se por meio de documentação (requerimentos) em que Intendente Municipal e Diretoria de Serviço Sanitário evitavam construções que prejudicassem as condições higiênicas dos moradores.

O Código de Posturas de 1968 é também o atual. Esse Código tem como títulos: as disposições gerais conceituadoras das infrações e penas, dos autos de infração e do processo

de execução de defesa do infrator; a Higiene Pública; a Polícia de Costumes, Segurança e Ordem Pública. Assim como os Códigos anteriores, são estabelecidas regras em defesa do bom funcionamento da cidade a partir do cumprimento de ordens que visavam a organizar o espaço público e os cuidados com o corpo.

Segundo pontua Carvalho (2005), não houve mudanças significativas na estrutura de prescrição de normas para o convívio social e a ocupação do espaço urbano. Com exceção de alguns artigos que aparecem na legislação de São Luís, os Códigos diferem apenas quanto à sua redação ou quanto à intensidade das punições e aos valores das multas previstas.

O poder exerce-se, capilarmente, em todas as relações sociais, e é microfisicamente difundido em diversas formas (FOUCAULT, 1979). Os procedimentos de poder exercidos pelos Códigos de Posturas destacam as normas de funcionamento da cidade de São Luís valendo-se de mecanismos disciplinadores, na tentativa de adequar-se aos novos padrões modernos exigidos pelo processo civilizatório.

2.1 O funcionamento da sociedade no século XX

Historicamente, a proposta de desenvolvimento das cidades brasileiras fundamenta-se no discurso francês de modernização, que passa por medidas sanitaristas. A França, berço do liberalismo, era tida como modelo de organização urbana, sendo admirada pelos países que se iniciavam no processo de industrialização, tais como o Brasil.

O final do século XIX e início do século XX vão testemunhar as mudanças urbanísticas ocorridas nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Tais mudanças consistiam em iniciativas de organização do espaço visando a medidas de caráter sanitarista, reflexo do movimento higienista.

O movimento higienista pode ser caracterizado como um dos mais ousados projetos de intervenção social da modernidade ocidental. Objetivando mais que definir novos padrões de saúde, elegeu como uma de suas principais motivações a educação de novas formas de sensibilidade. As preocupações com a infância e alguns dos principais elementos relacionados a ela, tais como nascimento, lactação, banhos, asseio corporal, vestuário; as preocupações com a vida doméstica, a partir de temas que contemplavam saúde, limpeza, prevenção de

doenças; e as preocupações com o espaço público e sua urbanização, ordem, combate à propagação de moléstias e epidemias formam um conjunto de saberes e práticas sobre o que pode ser caracterizado como moderno e modernizador, ainda que iniciativas voltadas para a saúde individual e social não sejam privilégios apenas dos tempos modernos (BOLUFER PERUGA, 2000).

Ao discurso médico sanitaria aliava-se o discurso da engenharia. Antigas construções coloniais, vistas como símbolos do atraso, foram demolidas em nome da saúde. A intenção era copiar o padrão urbano adotado em Paris. No Rio de Janeiro, por exemplo, essa ideia foi adotada pelo prefeito Pereira Passos, que ficou conhecido como o Hausmann¹¹ brasileiro. Em um curto espaço de tempo, cerca de 20 meses, Pereira Passos autorizou a demolição de 590 prédios antigos e a construção de 120 novos prédios (REIS FILHO, 1994). Era a modernidade abrindo caminhos.

Embalados por essa mesma ideologia, os maranhenses registram seu desejo de seguir os passos da França. Mas, ao contrário de algumas capitais brasileiras que tentaram romper com o passado, a elite maranhense tornava cada vez mais estreitos esses laços. O discurso da fundação francesa motivava os ludovicenses a resgatarem um passado tão singular. A França era o símbolo dos novos tempos e São Luís estaria mais próxima do que qualquer outra capital brasileira do ideal de modernidade.

O ideal de modernidade que permeia o discurso do progresso ancora-se nos princípios do liberalismo e na higienização das cidades. As iniciativas de reforma urbana em São Luís estabelecem um disciplinamento dos espaços e dos corpos segundo os princípios de civilidade, reforçando a identidade de **Manchester do Norte**. A modernidade adquire seus contornos nos traços da nova arquitetura que vai redefinindo o traçado urbano de São Luís: ser moderno é gerir a vida, a saúde. O olhar científico, sempre voltado para o futuro, para o progresso social, construiu o imaginário da Manchester do Norte.

Em 1939, na administração do prefeito Pedro Neiva de Santana, vários casarões foram demolidos para alargar ruas e avenidas, e também para dar lugar à construção de casas modernas, de serviços de arborização e jardinagem, “em nome da ordem estético-higiênica e

¹¹ Hausmann, “o artista demolidor”, foi responsável pela reforma urbana de Paris: demoliu antigas ruas, pequenos comércios e moradias da cidade; criou uma capital ordenada sobre a geometria de grandes avenidas e bulevares (WIKIPÉDIA, 2009).

do progresso” (BARROS, 2001, p. 46). Os cortiços e as moradias do tipo porta e janela (Figura 7)¹², comuns na cidade, passaram a ser signo de anti-higiene:

[...] a mentalidade de certos proprietários, que obtendo as casas tipo cortiço e as anti-higiênicas porta e janelas, tão características, uma percentagem de 30% a mais, não tem interesse em fazer construir casas modernas e confortáveis, que, pelo custo atual, não podem oferecer igual margem de lucros [...] (MARANHÃO, 1939, p. 76).



Figura 7 - Porta e janela.

Fonte: Andrès (1998).

A partir de 1937, inúmeras medidas sanitárias foram tomadas: a prefeitura de São Luís passou a cobrar sobretaxas especiais para os donos de cortiços e casas porta e janela, como uma forma de diminuir esse tipo de construção e promover sua desvalorização comercial. Nesse mesmo ano, o número de novas construções foi aumentando. Os serviços de limpeza geral e consertos de prédios alcançaram a quantidade de 948. Também foram construídos 406 novos “gabinetes sanitários”. Essa política sanitária visava a reverter estatísticas assustadoras em relação à saúde da população. A cidade estava empastada de moléstias. Havia cerca de dez mil tuberculosos; três em cada dois mil habitantes eram infectados por lepra. O convívio com endemias, tais como tifo, paratifo, disenteria amebiana e surtos frequentes de difteria eram assustadores (MARANHÃO, 1939).

¹² As moradias porta e janela são divididas com uma só parede, ou seja, a mesma parede externa (lateral) de uma moradia serve como estrutura das casas ao lado, o que impossibilita a abertura de janelas ou portas laterais que facilitem a circulação do ar.

É necessário considerar as práticas sociais que se relacionam com os espaços públicos, não enquanto uma organização que se centraliza nas mãos dos administradores, mas como uma rede complexa de relações de força que envolve todo o corpo social (FOUCAULT, 2002). Foucault relata, em *O Nascimento da Medicina Social* (1979), o surgimento da medicina moderna, que toma forma com a socialização de seu objeto, o corpo. A partir da mobilização de uma multiplicidade de práticas sociais, o corpo passou a ser ajustado como força estatal a ser trabalhada, desenvolvida e aperfeiçoada, e a medicina vale-se de técnicas específicas para esse propósito.

Diversas práticas político-administrativas, com o objetivo de assumir o controle da saúde individual e coletiva, deram forma a uma rede de relações que fizeram emergir a medicina moderna como uma estratégia dominante de bio-poder, um poder sobre a vida. A medicina moderna vai se organizar a partir de vários procedimentos, tais como o mapeamento das cidades, a homogeneização do poder jurídico, a higienização do espaço urbano e a medicalização das massas. Foucault (2002) estabelece uma relação entre **medicina social** e **tecnologia médica**, a partir de um novo campo de saber: o salubrismo. Ele procura explicar as causas que promoveram o desenvolvimento de uma medicina social, juntamente com o desenvolvimento de uma tecnologia médica com um objetivo específico a partir do salubrismo. Diversos elementos que tornaram necessário o mapeamento dos problemas de saúde, tal como eram vistos na época, são destacados: o medo suscitado pelo caos urbano, a poluição, o amontoado da população, a precariedade das habitações, o acúmulo de mortos nos cemitérios e a má circulação do ar e da água pela cidade. Esses elementos produziam a necessidade de uma organização do saneamento da cidade por meio de uma política de higiene pública.

Uma estratégia de poder foi desenvolvida. Ela consistia em cuidar da vida, por meio de diversas medidas médicas, tais como a quarentena e o internamento dos doentes em hospitais de isolamento, vinculadas a medidas de caráter administrativo, como o mapeamento da cidade, a unificação de seu território e a constituição de um corpo jurídico homogêneo, que visava o controle da saúde individual. A administração da saúde promoveu a socialização do corpo, a partir da centralização de um campo de saber médico acerca dos indivíduos.

A partir de uma política de salubrismo desenvolve-se a ideia de melhores condições sanitárias. Em nome dessa política sanitária, foram demolidos antigos casarões coloniais na capital.

O antigo Mercado Central da cidade foi demolido por ser considerado um “infecto pardieiro [...] um escarneo aos mais elementares princípios de higiene”. Em seu lugar foi iniciada a construção de um “mercado digno dos foros da cidade” (MARANHÃO, 1939 [s.p]). (Figura 8).

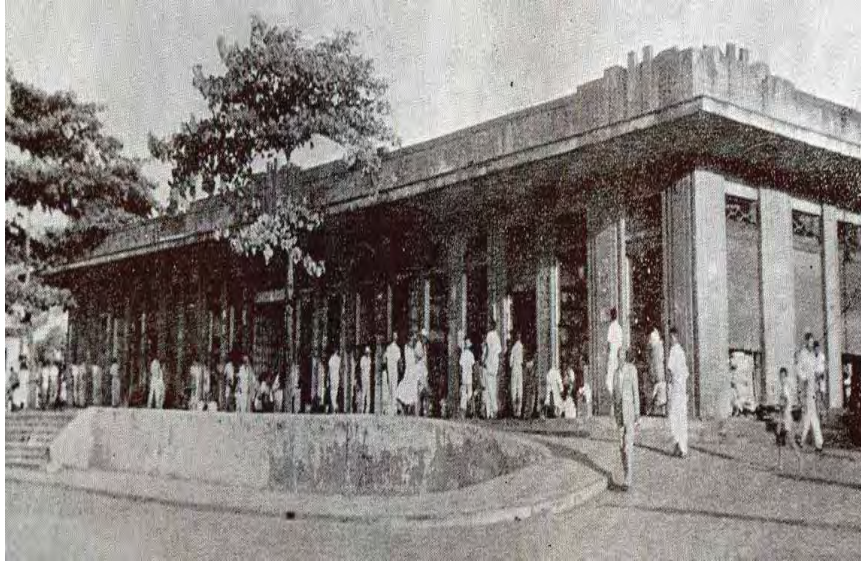


Figura 8 - Mercado de São Luís.

Fonte: Miécio Jorge (1950).

O saneamento estava estreitamente ligado à promoção da saúde como garantia da reprodução social e da produção de capital. A engenharia conseguiu agregar ao discurso médico o valor do planejamento e apresentou planos de obras e conjuntos de soluções capazes de expandir a cidade com avenidas e construções imobiliárias. O discurso pregado pela engenharia invade a sociedade com os maquinismos, mas também com uma poderosa ideia fincada no progresso e na positivação da ciência. Civilizar não seria mais sinônimo apenas de regulamentar e higienizar, mas, sobretudo, de construir.

A figura a seguir registra um dos momentos em que as máquinas invadem a paisagem urbana de São Luís.



Figura 9 - Desfiles de tratores do DER na Rua Grande.

Fonte: Luís Aranha (1953).

Influenciados pela força da modernidade, os maranhenses se opõem ao passado de base colonial e se mostram a favor da mudança na estrutura urbana, em defesa da emancipação, do progresso:

São Luiz, para aqueles que nela residem ou a visitam e conhecem outras capitais nada mais representa que uma simples cidade tipicamente colonial. Com mais de três séculos de existência, em trabalhos árduos e contínuos, desde quando vivíamos sob o jugo de Portugal, até esta época de progressos de todas as espécies, nossa cidade em matérias de arquitetura, permanece ainda (e não sabemos até quando), no mesmo estado de atraso que caracteriza a arquitetura antiga (O GLOBO – SÃO LUÍS, 1948, [s.p.]).

Se os anos de economia de base agrária fizeram emergir uma identidade ancorada na colonização lusitana, a industrialização trouxe consigo uma nova identidade, agora ancorada no discurso da modernidade e no desejo de viver o futuro. O passado se reatualiza apenas naquilo que representa de moderno: a fundação francesa. O conjunto arquitetônico lusitano formado por grandes casarões revestidos de azulejos, adornados por pedras de cantaria tornam-se símbolos de antigo. A modernidade trazia consigo o ferro e o vidro. A Fábrica de Fiação e Tecidos Rio Anil (Figura 10), por exemplo, é um dos símbolos do moderno em São Luís, que tem em sua estrutura arquitetônica o ferro e o vidro.



Figura 10 - Fábrica de Fiação e Tecidos Rio Anil.

Fonte: Cunha (1908).

O traçado urbano colonial da cidade, elaborado pelo engenheiro Frias de Mesquita, perdia seus contornos para os traços da modernidade. Investido na arquitetura, o conceito de modernidade ganha novas formas com o alargamento de ruas, abertura de avenidas, resultantes da demolição de diversos prédios.

As figuras a seguir mostram a Rua do Egito em dois momentos: o ano de 1908, em seu traçado original e o ano de 2008, tempos depois das reformas que lhe deram um formato mais moderno, com o asfalto, a eletricidade.



Figura 11 - Rua do Egito.

Fonte: Cunha (1908).[[



Figura 12 - Rua do Egito.

Fonte: Ramos (2008).

Era preciso transformar a capital, pois o modelo que se pretendia era o de uma cidade funcional ao molde de Paris. Aqui está implícita a ideia de Foucault acerca de que a organização do espaço buscava produzir mais poder. A higiene era apenas um ponto de partida para um conjunto de ações normalizadoras do espaço urbano, que tinham por pano de fundo a conformação de uma dada ordem social. Em São Luís, os discursos que emergem nos jornais vão de encontro ao espaço antigo e almejam o novo modelo funcional de cidade:

Se o moderno chegou, devemos pois, optar por ele. Do contrário, se mantivermos essa política de conservação das tradições coloniais, dentro de uns trinta anos, quando quizermos agir, veremos Manáos, Belém, Fortaleza, Natal, etc., verdadeiras *New Yorks*, enquanto ficaremos apenas guardando o que os lusos nos legaram naqueles tempos! (O GLOBO – SÃO LUÍS, 1948, [s.p.]).

O patrimônio, nesse discurso, não está ligado à conservação das tradições coloniais, tão repisadas pelo discurso da Atenas Brasileira. O moderno faz emergir um conceito de patrimônio que tem a ver com a transformação da paisagem urbana e de tudo que a construção de modernidade trazia consigo. A identidade de Manchester do Norte insurge imperativamente com o progresso, negando a influência colonial.

A modernidade desprestigia a capital lusitana (sinônimo de um passado que deve ser esquecido) e se reconfigura num novo cenário, Nova York. As ruas estreitas, calçadas com paralelepípedos, por onde passeavam pedestres, não eram adequadas aos automóveis – outro símbolo da modernidade – nem ao novo ideal de cidade:

Além dos velhos casarões assombrados tivemos como herança essas ruas que, não obstante serem bem calçadas, não correm nelas mais de dois automóveis em paralelo.

[...] o motivo de não só nesta capital como em todo o Estado, existirem milhares de prédios seculares, cujo estilo é incompatível com a arquitetura contemporânea (O GLOBO – SÃO LUÍS, 1948, [s.p.]).

Contrariamente, as habitações modernas criavam um espaço rigorosamente e racionalmente planejado (as habitações passam por modificações internas e externas visando a atender a uma nova infra-estrutura, em que a maquinaria do conforto controla o comportamento privado), atendendo a funções previamente definidas. O planejamento global resolveria os problemas urbanos, com a criação de novas cidades e o abandono das existentes à sua própria sorte. Essas cidades ganham o estatuto de antigo, velho, de um passado que precisa ser superado. O desenvolvimento constante da modernidade acontece de forma dialética, destruindo o antigo para construir o novo, pois está dentro do antigo o germe de sua própria destruição. Esta é a caracterização mais simples do que significa o turbilhão moderno (BERMAN, 2007).

As práticas discursivas dos maranhenses, no início do século XX, são tecidas pelo discurso da modernidade e do progresso e estabelecem um diálogo com o ideal de modernidade pregado na Europa. O discurso da higienização, que está na base das reformas urbanas, mantém uma relação estreita com um conjunto de saberes que fazem parte do próprio tecido social: o saber médico, o da salubridade, segundo os quais a saúde deve vir em primeiro lugar (e subjacentes a esse discurso estão latentes estratégias de um poder que disciplina os corpos para gerar mais lucro). Partindo dessa ideia consensual, políticos, médicos e arquitetos estreitam os laços em nome do progresso e da saúde.

O período de demolição do patrimônio material pertence à fase da modernidade que embalou a identidade de Manchester do Norte. Ao contrário do mito de fundação francesa e da Atenas Brasileira que ficaram impressos na memória dos ludovicenses, o sonho de uma cidade industrial não resistiu ao tempo.

Ao discutir a memória social, Davallon (1999) apresenta duas constatações: a primeira defende o ponto de vista segundo o qual, para que haja memória, é preciso que o acontecimento ou o saber registrado saia da indiferença, deixe o domínio da insignificância. Ele deve conservar uma força para depois deixar sua impressão. Halbwachs (1950 apud

DAVALLON, 1999, p. 25) caracteriza a memória como “o que ainda é vivo na consciência do grupo para o indivíduo e para a comunidade”.

A segunda constatação sobre a memória social é a de que o acontecimento lembrado precisa reencontrar sua vivacidade. É necessário que ele seja reconstruído a partir de dados e de noções comuns aos diferentes membros da comunidade social. A memória social vai ser especificada por esse fundo comum, essa dimensão intersubjetiva e, sobretudo, grupal entre o eu e os outros:

não basta reconstruir peça por peça a imagem de um acontecimento passado para se obter uma lembrança. É preciso que essa reconstrução se opere a partir de dados e de noções comuns que se encontram tanto em nosso espírito quanto no dos outros, porque eles passam sem cessar destes àquele e reciprocamente, o que só é possível se eles fazem e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída (HALBWACHS, 1950, p. 13 apud DAVALLON, 1999, p. 35).

A memória da fundação francesa de São Luís e a da Atenas Brasileira conservaram sua força e atravessaram a barreira do tempo deixando sua impressão na memória da comunidade social. Por outro lado, o epíteto Manchester do Norte não resistiu à memória coletiva, talvez porque a industrialização não tenha trazido a grandeza a que a capital aspirava. A indústria era o desconhecido, o incerto, numa sociedade em transição que precisou abandonar o que lhe proporcionara estabilidade e poder: a economia de base agrária e o domínio sobre o escravo.

Para Davallon (1999), a memória coletiva só retém do passado o que ainda é vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que o mantém. Ela não ultrapassa o limite do grupo. Em São Luís, o grupo de intelectuais (escritores, jornalistas) contribuiu para perpetuar a memória da fundação francesa e o mito da Atenas Brasileira. Essa memória continuou interessando aos novos grupos que foram se formando porque a ideologia que permeava tais discursos se alimentava da força – político-intelectual – que eles possuíam. Após o declínio da industrialização, na primeira década do século XX, os intelectuais denominam, pejorativamente, a era industrial do Maranhão de “disenteria fabriqueira” (Fran Pacheco, 1923, um dos fundadores da Oficina dos Novos e da Academia Maranhense de Letras), “miragem da industrialização” (Mário Meireles, 2008, historiador). O historiador Jerônimo de Viveiros (1954, p. 558) refere-se, na década de 50, à “loucura da época – transformar o Maranhão agrícola em Maranhão industrial”.

Talvez uma das forças que tenham contribuído para a não reatualização do discurso de **Manchester do Norte** tenha sido o fato de esse discurso não ter encontrado abrigo no grupo dos intelectuais da época, ao contrário do que aconteceu com o epíteto **Athenas Brasileira**.

Entretanto, mesmo não sendo reatualizado explicitamente, não se pode dizer que tenha sido eliminado da memória coletiva e que não prossiga, na história, produzindo efeitos. Uma das marcas mais importantes desse momento foram as mudanças que a industrialização e a modernidade produziram no conceito de patrimônio e que fizeram emergir o corpo como protagonista. Nesse sentido, os mecanismos de poder, que mobilizaram saberes (como o saber médico) e produziram a higienização como elemento da urbanização, mudaram a face dos lugares e determinaram novos modos de convivência com a cidade e se prolongam até os dias de hoje.

Como vimos argumentando, a discussão da ideia de patrimônio envolve sempre a dialética entre o velho e o novo relacionada ao poder de determinada classe social (Athenas – intelectuais de prestígio; Manchester – empresários de prestígio). Até aqui (meados do século XX), as camadas populares e sua cultura (material e imaterial) não entram na concepção de patrimônio, pois tal conceito está ligado à memória e tradição das elites (intelectuais, financeiras, econômicas).

A pós-modernidade, com seus novos conceitos de história, memória, cultura irá deslocar esse centro.

CAPÍTULO 3

PÓS-MODERNIDADE: São Luís, Patrimônio da Humanidade

“Poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos, mas sei que seria o mesmo que não dizer nada. A cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado [...] A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata. [...] a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras”.

Ítalo Calvino (Cidades invisíveis)

Neste capítulo discorreremos sobre o conceito de pós-modernidade e sua influência sobre os conceitos de História e Patrimônio. Apresentamos também uma breve discussão sobre como o conceito de patrimônio foi se constituindo, em São Luís, a partir do estabelecimento de políticas de preservação.

3.1 Nas malhas do contemporâneo: pós-modernidade e Nova História

Como vimos argumentando, o conceito de patrimônio, ao longo da história, modificou-se em função de várias transformações de paradigmas científicos, culturais e sociais. Uma dessas transformações pode ser percebida a partir das discussões em torno do que significa **modernidade** e **pós-modernidade**, temáticas polemizadas por autores de diferentes áreas como a sociologia, a filosofia e a história. A polêmica incide principalmente sobre o fato de não haver um consenso entre os estudiosos sobre o conceito de pós-modernidade. Para alguns, ela representa um período que implica em mudança de uma época para outra e a interrupção da modernidade, que fez emergir uma nova visão de sociedade, com princípios próprios e distintos; outros, ainda que reconheçam que vivemos uma nova era, não acreditam no corte com a modernidade; e ainda há os que veem a pós-modernidade como um fantasma, como uma ficção criada pela fértil imaginação científica.

Para Stabile (1999), o pós-modernismo é uma época histórica imprecisa que abrange a sociedade pós-industrial, pós-fordista ou mesmo pós-capitalista, em que o consumo passou à frente da produção, tornando a luta de classe – constituída por uma sociedade dividida entre trabalhadores e capitalistas – um conceito ultrapassado. Por isso, uma das marcas dessa fase é que os sujeitos passam a ser identificados por meio de pequenos grupos, com identidades particulares. Assim como outros autores, Stabile (1999) entende que na pós-modernidade os princípios totalizantes, da modernidade e do Iluminismo – incluindo noções como racionalidade, progresso, humanidade e justiça, e mesmo capacidade de representar a realidade – dissolveram-se. Como consequência da condição pós-moderna, permanecem a incerteza e a ambivalência. Assim, a cultura não apresenta mais uma explicação adequada do mundo que nos permita construir ou ordenar nossas vidas.

Eagleton (1998) explica que o pós-modernismo consolidou-se por meio de várias fontes, tais como o modernismo propriamente dito, o chamado pós-industrialismo, a emergência de forças políticas vitais, o crescimento fenomenal da vanguarda cultural, o formato de mercadoria que a vida cultural adquiriu, a diminuição de um espaço autônomo para a arte, o esgotamento de certas ideologias burguesas clássicas, e assim por diante.

Um dos autores que bem refletiu sobre a ideia do pós-moderno foi Lyotard (1996), que em perspectiva filosófica, problematiza a legitimação do conhecimento na cultura contemporânea destacando como aspectos da pós-modernidade a descrença nas narrativas de grande envergadura, de caráter totalizante, e a derrocada de sua possível legitimação. Lyotard (1996) destaca também o Iluminismo, o Racionalismo e o Marxismo como metanarrativas, conceitos absolutos e totalizantes, que se diluíram em meio ao relativismo pós-moderno. Esse período, no entanto, caracteriza-se por profundos desenvolvimentos e transformações no campo tecnológico – a invenção de bombas e materiais nucleares, por exemplo; na produção econômica; na cultura; nas formas de sociabilidade; na vida política e na cotidiana.

Um dos aspectos imperativos dessa sociedade é a proposta de padrões a serem seguidos. O sistema pós-moderno exige que as pessoas sejam funcionais, produtivas, comensuráveis, ou então estão fadadas a desaparecerem. Os que por algum motivo (idade, renda, saúde...) não se encaixam nesses padrões impostos são desamparados pelo sistema.

Na esteira de Lyotard, vários estudiosos entendem o “pós-moderno” como uma espécie de reação ou afastamento do “moderno”. Acontecimentos como a Segunda Guerra Mundial, o holocausto nos campos de concentração e a destruição de Hiroshima e Nagasaki

fortaleceram a noção de pós-modernidade. Dividida pela guerra fria, descrente na construção comunitária proposta por tecnocratas e políticos, a Europa dos anos 50 perdeu a crença no futuro (HARVEY, 1992). Entretanto, muitas críticas foram feitas a essa visão de descontinuidade e ruptura por outros estudiosos que defendem a ideia de que a pós-modernidade não é uma cisão, mas a retomada de ideais e princípios esquecidos ou ainda não levados a efeito pela modernidade.

Para Berman (2007), a vida, a arte, o pensamento modernos têm uma capacidade de autocrítica e auto-renovação perpétuas. Ele divide a modernidade em três fases. Na primeira fase, que se inicia no século XVI e vai até o fim do século XVIII, as pessoas começam a experimentar a vida moderna, mas não têm noção do que as atingiu, do que estão vivendo. A segunda fase inicia com a grande onda revolucionária que atingiu o período de 1790. A Revolução Francesa irá produzir, de forma abrupta e dramática, um grande e moderno público, que passa a viver uma profunda dicotomia, pois ao mesmo tempo em que partilha o sentimento de viver em uma era revolucionária de grandes convulsões em todos os níveis de vida pessoal, social e política, lembra do que é viver, material e espiritualmente, em um mundo que não chega a ser moderno por inteiro. No século XX inicia-se a terceira e última fase, em que há uma expansão do processo de modernização a ponto de, virtualmente, abarcar o mundo todo, e a cultura mundial do modernismo em desenvolvimento alcança grande êxito na arte e no pensamento. Por outro lado, ao mesmo tempo em que se multiplica, o público moderno se fragmenta, e fala linguagens incomensuravelmente confidenciais; a modernidade, concebida em inúmeros e fragmentários caminhos, perde muito de sua nitidez e profundidade e também perde sua capacidade de organizar e dar sentido à vida das pessoas.

Habermas (1992, p. 118) prefere entender a modernidade como um “projeto inacabado”, e sugere que deveríamos aprender com os desacertos que acompanham seus fundamentos éticos. Já os pós-modernistas afirmam que o horizonte da modernidade está fechado, suas energias estão exauridas. Em outras palavras, a modernidade acabou.

Para Chevitarese (2001, [s.p.]):

A pós-modernidade pode ser caracterizada como uma reação da cultura ao modo como se desenvolveram historicamente os ideais da modernidade, associada à perda de otimismo e confiança no potencial universal do projeto moderno. [...] Enquanto reação cultural, a pós-modernidade traz consigo fortes tendências ao irracionalismo, o que pode ser exemplificado tanto pelo fundamentalismo contemporâneo, como pela sociedade de consumo, que convivem em um universo cultural de colonização pela estética da ciência e

da ética. Estaríamos, então, vivendo uma crise da modernidade, ou seria melhor concebê-la como uma crise na modernidade? Não haveria um equívoco em rejeitar por completo o projeto moderno, em função do que teria sido seu desastre inicial [...]? Demitir-se da modernidade é a melhor forma de deixar intacta a modernidade repressiva.

A ideia de que há uma crise na modernidade também é proposta por outros autores como Rouanet (1987). Segundo esse autor, o prefixo pós tem muito mais o sentido de apagamento do velho (a modernidade) do que de emergência de uma nova etapa desse antigo. Na visão de Rouanet (1987), as duas Guerras Mundiais, os abusos em Auschwitz e Hiroshima, a ameaça de uma aniquilação atômica, a degradação do ecossistema, males apontados como decorrentes do mundo moderno, produziram no homem contemporâneo uma rejeição à modernidade que se traduz na convicção de que estamos transitando para um novo paradigma.

[...] O desejo de ruptura leva à convicção de que essa ruptura já ocorreu, ou está em vias de ocorrer [...]. O pós-moderno é muito mais a fadiga crepuscular de uma época que parece extinguir-se ingloriosamente que o hino de júbilo de amanhãs que despontam. À consciência pós-moderna não corresponde a uma realidade pós-moderna. Nesse sentido, ela é um simples mal-estar da modernidade, um sonho da modernidade (ROUANET, 1987, p. 229).

O autor propõe que a pós-modernidade não deve abrir mão totalmente de certos princípios básicos da modernidade, como a própria ideia de crítica. Da mesma forma, Bauman (1999, p. 288) afirma que:

[...] a pós-modernidade é a modernidade que atinge a maioria, a modernidade olhando-se à distância e não de dentro, fazendo um inventário completo de ganhos e perdas, psicanalizando-se, descobrindo as intenções que jamais explicitara, descobrindo que elas são mutuamente incongruentes e se cancelam. A pós-modernidade é a modernidade chegando a um acordo com a sua própria impossibilidade, uma modernidade que se automonitora, que conscientemente descarta o que outrora fazia inconscientemente.

Pela ótica de Bauman (1999), a pós-modernidade é a condição atual da modernidade, pois na cultura em que vivemos, regida por um novo conceito de historicidade, que substitui a ideia de progresso pelo movimento contínuo, nós não nos deslocamos para além da modernidade, porém, estamos vivendo precisamente uma fase de sua consolidação. Portanto, não há uma crise da modernidade e sim na modernidade. Bauman (2005b) usa a expressão “modernidade líquida” para indicar a contemporaneidade como ambígua, fluida, multiforme,

contraditória. O filósofo francês Lipovetsky (1993) sugere o termo “hipermodernidade”, por considerar não ter havido de fato uma ruptura com os tempos modernos, como o prefixo “pós” aponta. Segundo ele, os tempos atuais são "modernos", com uma exacerbação de certas características das sociedades modernas, tais como o individualismo, o consumismo, a ética hedonista, a fragmentação do tempo e do espaço etc.

Autores como Jameson (1994) adotam um ponto de vista marcadamente cultural para entender o fenômeno denominado pós-modernidade. O pós-moderno seria um fenômeno que expressa, dentre outras coisas, uma cultura de globalização e da sua ideologia neoliberal. A base material da pós-modernidade seria, assim, a globalização econômica, com todas as implicações que esse fenômeno vem significando para as sociedades ou mesmo para os sujeitos.

Anderson (1999) afirma que o modernismo era fundado pela metáfora de imagens de máquinas (indústrias, urbanização)¹³ enquanto que o pós-modernismo é metaforizado em máquinas de imagens: televisão, computador, internet e *shopping centers*. A modernidade era marcada pela excessiva confiança na razão, nas grandes narrativas utópicas de transformação social, e o desejo de aplicação mecânica de teorias abstratas à realidade. As máquinas pós-modernas, digitais, distinguem-se dos velhos ícones futuristas porque são fontes de reprodução e se desmaterializam no espaço criando, conseqüentemente, uma transformação social na forma de visualizar a realidade. Na contemporaneidade, a irrupção de uma cultura do espetáculo e da representação imagética do real mudou completamente as formas de sociabilidade.

Diante desse debate, podemos, provisoriamente, concluir que, independente de considerar-se uma continuidade ou uma ruptura com a modernidade, o conceito de pós-modernidade é um espaço que nos permite falar a respeito de mudanças contemporâneas nas experiências e práticas culturais cotidianas de grupos sociais muito amplos.

Essa discussão sobre o pós-moderno também terá fortes influências sobre o funcionamento cultural da sociedade, consolidando-se nas artes, na arquitetura e no cinema (LYON, 1998), bastando para isso verificar a eclosão das novas tecnologias de informação e comunicação, que trazem como consequência a substituição do livro pela tela da TV, a

¹³ O que nos impõe acrescentar às nossas análises, no capítulo 2, o papel das máquinas discursivas (como o cinema, o telégrafo etc.) na consolidação do projeto de modernidade e a conseqüente construção da ideia de São Luís como Manchester do Norte.

migração da palavra para a imagem, do logocentrismo para o iconocentrismo. O autor conclui que nenhuma compreensão consubstancial da arte, da arquitetura ou do cinema contemporâneos pode ser feita sem a compreensão das mudanças sociais que ocorreram no final do século XX.

Para Eagleton (1998), a pós-modernidade é uma maneira de ver, que se baseia em circunstâncias concretas e emerge da mudança histórica ocorrida no ocidente para uma nova forma de capitalismo, caracterizado pelo efêmero e descentralizado, um mundo comandado pela tecnologia do consumismo e da indústria cultural, no qual as indústrias de serviços, finanças e informação triunfam sobre a produção tradicional, e a célebre noção política de classes dá a vez a uma série difusa de “políticas de identidade”. Trata-se de uma linha de pensamento que vê o mundo como casual, gratuito, diverso, instável, imprevisível, como um conjunto de culturas ou interpretações desunificadas que geram um ceticismo em relação às idiossincrasias e à coerência de identidades.

Os deslocamentos de verdades, situações e conceitos até então concebidos como inabaláveis, no período pós-moderno ou da modernidade tardia modificaram paradigmas de muitos campos do saber. Esse momento vem questionar as normas do Iluminismo, pautadas em noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, assim como na ideia de progresso ou emancipação universal, em sistemas únicos, em grandes narrativas ou em fundamentos definitivos de explicação. A história, por exemplo, vai problematizar o fazer historiográfico, apontando novas formas de estudar o tempo.

Com a emergência da Escola dos *Annales*, a história é aproximada de outras ciências humanas. Nesse contexto passa a existir uma nova concepção de história – a *nouvelle histoire* – ligada à *École des Annales*. Seguida do esfacelamento dos modelos analíticos como o marxismo e o estruturalismo, a *Nouvelle Histoire* estimulou o surgimento de várias abordagens, métodos e uniões interdisciplinares que pareceram, para alguns, a desintegração da História (DOSSE, 1989) e até mesmo seu fim como uma forma de conhecimento específico (MASSARÃO, 1999). Essa nova abordagem vai rejeitar a ideia de progresso, pois este pressupõe, especulativamente, a existência de um tempo objetivo, teleológico e global. A *Nouvelle Histoire*, por sua vez, defende um tempo pluridirecionado, não global, mas múltiplo, que se contrapõe à existência de um tempo progressivo, contínuo, cumulativo e irreversível. Os *Annales* promovem, portanto, uma mudança substancial na compreensão do tempo histórico.

Influenciada pelas ciências sociais, a história sofreu profundas mudanças no campo das técnicas e dos métodos também. Antes, os documentos analisados relacionavam-se ao evento e ao seu produtor, agora eles relacionam-se ao campo econômico-social: a documentação que interessa ao historiador torna-se variada e revela também o duradouro, a permanência, as estruturas sociais. A Nova História busca a documentação diversa, pois esta tem mais valor que os documentos oficiais. Os documentos que lhe interessam são arqueológicos, pictográficos, iconográficos, fotográficos, cinematográficos, numéricos, orais, de natureza bem abrangente. Essas transformações geradas pela pós-modernidade põem em xeque a validade do método histórico, as fronteiras entre a verdade e a ficção e questiona a escrita da história.

Analisada a partir dos preceitos pós-modernos, a história passa a ser apontada como construção discursiva; relaciona-se por isso com os objetivos do historiador, que passa a ser visto também como um literato. Essas interpretações da história instigaram colocações como a inexistência de verdade na história, a irrelevância dos métodos de pesquisa e a impossibilidade de apreensão da realidade. Resumidamente, a história seria um texto ficcional, chegando-se ao extremo de se pensar que esse saber não passaria de uma invenção, uma vez que o passado não pode ser alcançado em sua totalidade. Desse modo, é questionado o lugar do historiador e os pressupostos que fazem parte de sua produção (CERTEAU, 1995). A objetividade do discurso do historiador não estaria mais, portanto, relacionada com visões definitivas ou fechadas; o trabalho do historiador estaria na busca de possibilidades de abordagem ligadas as suas preocupações específicas. Daí a existência de verdades.

3.2 Pós-modernidade, nova história, novas identidades

A História Nova traz uma ampliação na concepção de documentos que poderiam revelar a história de uma nação, passando a valorizar registros que antes tinham importância meramente administrativa ou comprobatória, tais como prontuários, livros-caixa, agendas pessoais, correspondências etc. (CASTRO, 2008). Essa concepção vai influenciar diretamente a noção de patrimônio, propiciando uma ampliação desse olhar, pois se ele era fortemente ligado a conceitos que, num primeiro momento, envolviam uma discussão inserida na área do histórico de poder, de lugares oficiais, estáveis e socialmente configurados, com os ventos da

pós-modernidade ou da modernidade tardia, a ideia de patrimônio abrangerá dimensões mais amplas, distanciando-se de conceitos aristocráticos, materializando-se no imaterial, por meio de mecanismos de preservação, que envolvem a cultura e a memória.

Conforme vimos no Capítulo 1, o conceito de patrimônio surgiu no âmbito privado e no direito de propriedade, significando “tudo o que pertencia ao pai” (a mulher, os filhos e os escravos, os animais, os bens móveis e imóveis). Esse conceito liga-se, portanto, à visão de mundo e aos interesses aristocráticos de uma elite patriarcal.

A difusão do cristianismo e da fé católica, já na antiguidade e depois na Idade Média, acrescenta ao caráter aristocrático de patrimônio a noção de patrimônio religioso, agregando os valores materiais e espirituais, atingindo não só a elite como também as pessoas comuns. Assim, difunde-se o culto aos santos, os rituais religiosos coletivos e a valorização das relíquias. A essa nova noção de patrimônio agregam-se os valores aristocráticos na medida em que ganhou destaque a monumentalização das igrejas (CASTRO, 2008).

O Renascimento vai apresentar uma mudança de paradigma, particularmente com os humanistas e sua crítica à Idade Média, e a invenção da imprensa. Haverá, então, uma preocupação com a catalogação de tudo o que restou dos “antigos”, tais como moedas, vasos de cerâmicas, ruínas de edifícios, como uma forma de preservar sua memória. A invenção da imprensa vai permitir que haja a reprodução mecânica e, conseqüentemente, uma multiplicação de obras antigas.

Mas a ruptura com a noção de patrimônio, em seu sentido aristocrático, que mais se destaca resultou de uma grande transformação nas sociedades modernas, marcada pelo surgimento dos Estados Nacionais e o fim dos antigos regimes monárquicos de direito divino, e que tem como exemplo emblemático a França, a partir da Revolução de 1789. Com a criação do estado nacional moderno francês todos os franceses, sem exceção, transformaram-se de súditos em cidadãos. A criação da República exigia a cidadania. Não bastava ser indivíduo, era preciso compartilhar valores, costumes, para que houvesse uma intercomunicação e para promover a unidade do estado. A escola foi um grande dispositivo nesse processo. Assim emerge uma representação de Estado, na França, que buscava, sobretudo, a invenção de cidadãos, que deveriam compartilhar a mesma língua, a mesma cultura, a mesma origem e o mesmo território.

Foi na França que o conceito moderno de patrimônio se desenvolveu, associado não mais a um conceito aristocrático e restrito ao âmbito privado ou religioso, característica do antigo regime, mas a um estado nacional, extensivo a todo um povo, com uma única língua, cultura e um único território. Por outro lado, esse conceito unitário de nação também sofrerá mudanças.

Entre os anos de 1914 a 1945, período que compreende as duas guerras mundiais, impulsionadas por nacionalismos de diversos matizes, o patrimônio era concebido em termos materiais, como um bem concreto. Os monumentos, edifícios, objetos possuíam um significativo valor simbólico para a identidade de uma nação. A partir daí há uma disseminação de instituições e de legislações, criadas pelos Estados nacionais, direcionadas para a proteção do patrimônio¹⁴.

A ideia unitária de Nação, que estava na base da concepção de patrimônio nacional, e que reunia um conceito segundo o qual haveria uma só língua, uma só cultura e um só território, passou a ser criticada no interior das lutas sociais. O fim do conflito armado e a derrota dos nacionalismos fascistas na Alemanha, Itália e Japão levam à problematização da noção de nacionalismo, que passou a significar, nesses países, sinônimo de racismo e preconceito. Esse momento foi essencial para a consolidação de uma nova noção de patrimônio, pois a partir do fim da guerra emergem novos agentes sociais, que levaram a abordagens mais amplas, menos restritivas em torno da noção de cultura. É o caso da Índia, por exemplo, que independente em 1947, firmou-se como estado multiétnico e democrático, simbolizando claramente a falência dos modelos nacionalistas que sustentavam a ideia de um patrimônio homogêneo (FUNARI; PELEGRINI, 2006). Assim, o nacionalismo exacerbado, muitas vezes associado ao imperialismo, foi sufocado com o fim da Segunda Guerra Mundial, com a criação, em 1945, da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O fim do colonialismo e a emergência de diversos movimentos sociais pelos direitos civis, pela emancipação feminina, pelo reconhecimento das diversidades religiosa e cultural produziram novos paradigmas.

A propagação dessa definição ampliou-se para campos como o do meio ambiente, dos grupos sociais e locais, antes negados em detrimento da noção de nacionalismo. A primeira

¹⁴ No Brasil, conforme apontamos no Capítulo 1, registra-se a criação do SPHAN, que priorizou como patrimônio a arquitetura de “pedra e cal”: edifícios e igrejas católicas do período colonial, de estilo barroco, e palácios governamentais, elementos representativos da história oficial da nação e que simbolizavam um Estado sólido.

convenção referente ao patrimônio mundial, cultural e natural, adotada pela Conferência Geral da UNESCO, em 1972, declara sítios como patrimônio da humanidade, pertencentes a todos os povos do mundo. Essa iniciativa constitui um marco do processo de reconhecimento do patrimônio como um bem comum a todos e como um indicativo das diferentes identidades que configuram uma sociedade.

Sociedades heterogêneas como a brasileira caracterizam-se pela coexistência, mais ou menos harmoniosa ou conflituosa, de diferentes identidades sociais, tradições culturais e visões de mundo. É somente na década de oitenta, com a redemocratização do país, que ocorreu a legitimação de tradições culturais, que por muito tempo foram segregadas, por não configurarem elementos do poder, dentro de uma verdadeira “batalha pela memória” (CASTRO, 2008, p.14).

No cerne de todas essas transformações estão as mudanças nos conceitos de sujeito e identidade. Na modernidade e/ou pós-modernidade, segundo Hall (1998), o sujeito vai se caracterizar por uma situação de completa agonia, pois como as antigas identidades entraram em declínio, novas identidades emergem e fragmentam o indivíduo moderno, visto até então como sujeito uno. Esse homem, constitutivamente incompleto, em constante formação, busca meios de identificar-se na sociedade em que vive. “A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2003, p. 12-13).

A globalização tem muita influência nesse quadro de desintegração das identidades. Como um fenômeno que consiste na conexão dos aspectos econômico, social, cultural e político entre diferentes países, resultado de evoluções ocorridas principalmente no incremento comercial mundial e de fatores tecnológicos, a globalização estimulou a diminuição das fronteiras mundiais, por meio da fusão de culturas. O sujeito pós-moderno, erigido na diversidade de culturas do mundo globalizado, tendo sua identidade construída e reconstruída permanentemente ao longo de sua existência, vive assim num constante processo de identificação.

O esfacelamento das identidades que firmaram por muito tempo o mundo social resulta da decadência de um processo mais amplo de mudança, que abala as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e fazem desmoronar as referências que levavam os indivíduos a uma sensação de estabilidade e unicidade (HALL, 2003). Na **modernidade**

líquida, o homem se torna um híbrido cultural, projetado de forma estilhaçada, e é forçosamente levado a adotar várias identidades, dentro de um ambiente que é totalmente transitório e variável, estando sujeito a formações e transformações contínuas, segundo as formas que os sistemas culturais lhe impõem.

Nesse turbilhão de identidades, decorrente da desarticulação das identidades estáveis do passado, no qual mergulharam as sociedades modernas, o homem sente necessidade de se apoiar num passado, que lhe proporcione a sensação de estabilidade perdida. Essas crises e rupturas justificam a emergência da memória para uma melhor compreensão desse homem fragmentado.

Segundo Le Goff (1996, p. 476), “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje”. A contemporaneidade, com seu tempo acelerado, produziu um estrago em nossas referências, o que resultou na derrocada do passado. A memória assume um novo significado, na medida em que é considerada como “um ato de evocação, de representação do real que se dá através de imagens mentais, pois o passado enquanto tal não volta” (FÉLIX, 2002, p. 23).

O historiador Pierre Nora¹⁵ se diz convencido de que, no tempo em que vivemos, os países e os grupos sociais sofreram uma profunda mudança na relação que mantinham tradicionalmente com o passado. Ele acredita que uma das questões significativas da cultura contemporânea situa-se no entrecruzamento entre o respeito ao passado – seja ele real ou imaginário – e o sentimento de pertencimento a um dado grupo; entre a consciência coletiva e a preocupação com a individualidade; entre a memória e a identidade. Memória e história estruturam-se a fim de reconstituir os traços da subjetividade e da emoção humana.

A recorrência à temática da memória, na atualidade, relaciona-se a fatores ocasionados pela globalização e sua influência sobre a construção das identidades, sejam sociais ou individuais.

[...] a questão da memória está associada a uma nova percepção frente à possibilidade de compreensão do mundo cotidiano – e ao redor do cotidiano, que faz com que indivíduos e grupos sintam a necessidade de entender significados, tanto em objetos materiais (concretos e palpáveis) quanto em objetos imateriais (perceptíveis, sensíveis e identificáveis). Essa mudança não é apenas comportamental de indivíduos, grupos, instituições, mas,

¹⁵ Em entrevista disponível nos sites: www.eurozine.com e www.gallimard.fr.

também, epistemológica. Há uma nova episteme, um novo paradigma do conhecimento e do mecanismo de obtenção do conhecimento, do saber científico (FÉLIX, 2002, p.16-17).

Isso é também uma consequência da pós-modernidade, que à luz de grandes transformações, na liquidez dos conceitos, a todo tempo cultiva novidades. O homem pós-moderno tem seus desejos renovados instantaneamente. São novas culinárias; novos modelos de carro, de casa, de roupa; descobertas no espaço; invenção e constantes inovações do ciberespaço. Daí emerge, paradoxalmente, a patrimonialização, uma prática que almeja resgatar a concretude, retomar as nossas referências. Uma busca por estabilidade e absolutos em meio a um surto de relativismos numa realidade pouco sólida. O mundo parece viver uma mercantilização da memória, em tempos que parecem nos levar a uma incessante busca por esse mecanismo. Um processo que põe à venda a memória, em decorrência de transformações ocasionadas pela pós-modernidade.

Como evocação do passado, capacidade de recuperação do tempo perdido, a memória tem sido apreendida como a garantia da identidade de um povo (CASTRO, 2008), já que a identidade e as referências do sujeito pós-moderno foram fragmentadas, e não lhe ofereceram novas perspectivas. Ele teve, por isso, que acatar as identidades coletivas, sem abandonar sua individualidade e sua busca pela cultura local. O fluxo de identidades dirige os passos do sujeito pós-moderno, coloca-o em crise, e o faz não aceitar por completo as identidades globais, pois ele, ao mesmo tempo que quer inserir-se no mundo moderno, vive preso ao seu passado.

Nesse processo a indústria cultural fortalece a crise das identidades locais ao usar de seus símbolos, levando a uma desconstrução da identidade do homem pós-moderno, que através da cultura de massa busca o seu referencial para poder viver na sociedade. Hall (1998, p. 77) menciona que “[...] ao invés de pensar no global como substituindo o local, seria mais acurado pensar numa nova articulação entre o global e o local”.

Assim, a identidade do homem pós-moderno é condicionada pela indústria cultural, que, por meio da propagação de símbolos antes restritos a certas localidades, os massifica e os transforma em mercadoria de fácil assimilação e absorção pela grande massa. Mas ao mesmo tempo em que ele adere a símbolos da cultura de massa, o homem pós-moderno busca a valorização de sua identidade regional, por meios que a levem a dividir espaço com as várias identidades globais ofertadas pela indústria cultural. A identidade deixa de ser constituída

pelo jogo de posições entre o “eu e a sociedade”, conforme afirma Hall (1998, p. 11) e passa a ser formada pelas necessidades do homem, produzidas pela indústria cultural.

A cultura nacional é, na visão de Hall (1998), uma das fontes essenciais da identidade cultural. A nação é uma construção de significados, um sistema de representações, uma comunidade simbólica.

As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas (HALL, 1998, p. 51).

Mas a identidade cultural está sendo afetada pelo processo de globalização. O hedonismo provocado pela sociedade contemporânea faz o indivíduo sentir-se um cidadão global, com necessidades regionais. Ele não cresce mais ouvindo histórias sobre os grandes heróis de seu povo. Cresce ouvindo as grandes aventuras da televisão (*Superman*, *Homem Aranha*), que não têm como objetivo centrá-lo na sua região, e sim o de abrir novas portas para que ele queira e possa se integrar à aldeia global. O homem pós-moderno, sujeito fragmentado, que busca referências através das mídias para formar sua identidade, tem sua integração elaborada de dentro para fora e passa a buscar, na heterogeneidade da sociedade global, formas de ressocialização neste novo mundo.

Um dos meios de o homem jogar com a identidade é a internet. Nela, o indivíduo pode construir diferentes identidades, e dela faz seu passatempo, pois ele captou que no mundo fluido em que vive, as identidades não podem ser permanentes. Na visão de Bauman (2005a), essa é uma condição da vida moderna e não podemos culpar os meios eletrônicos por essa cultura da fluidez.

Pelo contrário, “é porque somos incessantemente forçados a torcer e moldar as nossas identidades, sem ser permitido que nos fixemos a uma delas, mesmo querendo, que instrumentos eletrônicos nos são acessíveis e tendem a ser entusiasticamente adotados por milhões” (BAUMAN, 2005a, p. 96-97).

A tecnologia, aliada à comunicação de massa, tem nos tornado consumidores de identidades. Do mesmo modo que nos ressentimos das redes estáveis de relacionamentos, como parentesco, amizade, irmandade de destino, somos muitas vezes levados a buscar

relações virtuais a fim de escapar das interações complexas. Essas virtualidades promovem a “descartabilidade” dos relacionamentos.

3.3 Pós-modernidade, novas identidades: genealogia do patrimônio

Todas essas transformações conceituais engendram as alterações, no âmbito discursivo, do conceito de patrimônio, na cidade de São Luís. Para compreender essas transformações é preciso resgatar a noção de **genealogia** estabelecida por Foucault (2007). Para o filósofo francês, a genealogia investiga os saberes por meio dos fatos que interferem na sua constituição, permanência e adequação ao discurso como elementos incluídos em uma ordem política, que abre as condições para que os sujeitos possam se constituir imersos em determinadas práticas discursivas.

Na análise de Foucault (2007), os questionamentos fundamentam o pensar; o homem que ocupa o papel de sujeito de enunciação também sofre a ação das práticas discursivas existentes no contexto social que definem as condições de possibilidade para que o enunciado possa surgir e ser validado. Assim, o homem e a sociedade participam de uma obra recíproca, na medida em que precisam um do outro para fundamentar-se.

O discurso pressupõe a construção histórica, de acordo com o que é produzido pelo poder. Sobre esse aspecto Foucault (2007, p. 22) ressalta que: “A genealogia, como análise da proveniência está [...] no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo”. É a incessante busca pelo que está tácito nas relações sociais, pelo que não pode ser difundido, pois se propagado pode arruinar todo um sistema de ideias construído. Foucault (2007, p. 21) retrata essa contextualização da seguinte forma: “O que dá forma a todas as coisas emergentes não é uma suposta identidade baseada na origem, mas a discórdia existente entre as coisas. [...]. Que convicção lhe resistiria? Mais ainda, que saber?”.

Não é o desaparecimento de todas as características que compõe a história, pelo contrário: é a sua desmistificação, a procura por um novo método e uma nova concepção da verdade, analisada segundo as relações de forças existentes. O discurso é imposto, pois nunca

é desprovido de vontade de verdade. Interpretar, nesse sentido, é emitir uma verdade sobre um objeto de análise, mais do que simplesmente esclarecer os significados.

O Patrimônio Cultural é uma construção discursiva que entrelaça memória, identidade e história. Essa temática, como vimos, perpassa épocas, instituindo elementos representativos, elegendando atores e ações em detrimento do poder. Esse conceito abrange vários significados, sendo amplo e mutável, pois altera-se de acordo com a necessidade de renovação das práticas discursivas. Ele é imaterial, material, monumento, edificação, formas de expressão, fazeres e saberes de um povo. Patrimônio pode ser entendido como a representação e o resgate de uma cultura, herança, legado presente no cotidiano como vínculo de fortalecimento de uma identidade coletiva.

As diretrizes de preservação do patrimônio sempre foram baseadas em uma seleção do que poderia ser resgatado e propagado como referência para o corpo coletivo. *A priori*, a seleção do que seria preservado instituiu os monumentos como capazes de serem elementos dessa representação. Após esse momento a temática amplia-se e começa-se a considerar as formas de exposição da cultura como a melhor maneira de se preservar um legado. Assim, o patrimônio absorve as características, os ideais de cada época. O conceito muda de acordo com a suscetibilidade dos fatos que são institucionalizados pelo poder. Não há, portanto, um sentido único para o patrimônio, pois ele é construído por tecidos discursivos que o materializaram na História; seu sentido é pura movência tramada pelos fatos históricos.

Segundo um enfoque genealógico, a construção do patrimônio, como acontecimento discursivo, é dada a partir da diversidade, da dispersão, de começos incidentais que não voltam ao tempo para restaurar a história em sua continuidade. Busca, entretanto, reconfigurar os acontecimentos em sua singularidade. A reconstituição de acontecimentos que estabelecem a noção de patrimônio, em São Luís, emerge em vários momentos: inicialmente, destaca-se a noção de Atenas Brasileira no discurso literário, que liga os costumes ludovicenses a uma cultura erudita; num segundo momento, destacam-se leis, documentos oficiais e fotográficos que cristalizam a noção de patrimônio a partir de um discurso sobre o salubrismo, a higienização; num terceiro momento, a disseminação das mídias, o deslocamento da cultura do âmbito elitista para o popular constroem uma simultaneidade de identidades que vai consolidar uma concepção pós-moderna de patrimônio.

Nesse sentido, quais deslocamentos são perpetrados no conceito de patrimônio pelo turbilhão da pós-modernidade? Tentaremos algumas respostas a seguir.

3.4 Patrimônio na São Luís da pós-modernidade

Em São Luís, a noção de patrimônio consolida-se por meio de práticas que irão compor um saber sobre a capital como Patrimônio Cultural da Humanidade, em 1997, com a conquista do título outorgado pela UNESCO. Para que isso ocorresse muitas iniciativas foram tomadas pelo poder público maranhense para que, concomitantemente a verdades e imperativos de suas épocas, transformassem o bairro da Praia Grande em atrativo turístico. Assim, instaura-se uma verdadeira batalha discursiva em torno do que poderia ser considerado patrimônio.

Esse movimento teve início na década de 70, logo que uma explosão de novos paradigmas acerca das filosofias, economias e estruturas sociais foi anunciada, conforme discutimos no primeiro item deste capítulo. Tais mudanças que levaram a modificações no conceito de história/patrimônio incidiram diretamente sobre a forma de valorização do conjunto arquitetônico do Centro Histórico de São Luís que passou a ser apreciado como espaço representativo de um retorno ao passado, como síntese da diversidade que caracterizaria a própria cidade. Dentro do processo de globalização, o conjunto de casarões antigos da cidade passou a ser valorizado como símbolo de uma memória e ao mesmo tempo um produto do mercado turístico, que precisaria ser preservado.

A preservação desse espaço torna-se um grande desafio para o Estado. O bairro da Praia Grande é pensado como uma maneira de compor valores identitários, como um lugar socialmente produzido, privilegiado pelo acúmulo de experiências humanas e de sinais da cultura material da cidade. Além disso, a preservação da área poderia ainda garantir a sustentação de valores simbólicos econômicos, pois como afirma Funari e Peligrini (2006, p. 29):

A reabilitação dos centros históricos, além de potencializar a identidade coletiva dos povos e promover a preservação de seus bens culturais – materiais e imateriais – pode contribuir para o desenvolvimento cultural e social e, ainda, otimizar os custos financeiros e ambientais do desenvolvimento urbano, através do aproveitamento da infra-estrutura de áreas centrais e do incremento da indústria turística.

Foi no governo de João Castelo, inicialmente, que ocorreu uma medida efetiva no sentido de implantar um programa de revitalização para o Centro Histórico de São Luís e o principal marco desse processo aconteceu com a Convenção da Praia Grande, em 1979.

Segundo Guedes (2001), em 1979, o governo de João Castelo (1979 – 1982) possuía como uma de suas prioridades no plano estadual a preservação do Centro Histórico e para isso formou uma equipe de técnicos com o intuito de realizar pesquisas e estratégias para subsidiar as restaurações do local. Nesse mesmo ano, com o apoio do IPHAN, promoveu o I Encontro Nacional Praia Grande, para debater a proposta elaborada pelo arquiteto John Ginsgier, entre 1977 e 1979.

Nesse momento havia uma grande expectativa em torno do processo de tombamento de parte da cidade de São Luís. Entre as razões que nutriam as expectativas estavam os benefícios que o turismo poderia trazer à cidade e à preservação do passado, que nos discursos identitários de São Luís, conforme já afirmamos, é reiteradamente pensado como *glorioso*. Esse apelo passou a ser a tônica, principalmente, dos discursos dos intelectuais da cidade, conforme aponta a matéria veiculada no Jornal O Imparcial (1979, p. 7):

Há cerca de três anos procurei o professor Antenor Bogéa, então diretor da faculdade de Direito para levar-lhe algumas inquietações minhas principalmente no tocante à preservação de São Luís e Alcântara. Angustiava-me a predação contínua que vinham sofrendo estas ilustres cidades e a falta de uma consciência coletiva em torno de seus principais problemas [...].

A Convenção da Praia Grande aconteceu no mês de agosto. Os parceiros dessa empreitada foram a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a Empresa Maranhense de Turismo (MARATUR), a Fundação de Cultura (FUNC), a Companhia Elétrica do Maranhão (CEMAR)¹⁶, a Telecomunicações do Maranhão (TELMA), a Secretaria de Planejamento (SEPLAN), a Prefeitura Municipal, o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN). Nesse caso, é preciso observar que a presença do poder público é preponderante sobre a

¹⁶ Hoje a CEMAR é denominada de Centrais Energéticas do Maranhão.

sociedade civil organizada, que se fez representar através de um único órgão: a Sociedade dos Amigos do Centro.

As políticas que desse encontro se instituíram preliminarmente primavam pela preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural que determinariam as diferentes expectativas em relação à sua área; buscavam promover a diversificação das atividades existentes na área; beneficiar a população local, inclusive nesse sentido era uma estratégia do poder promover a cultura do fazer, manter as características mais naturais possíveis do espaço o que implicaria em manter o cotidiano dos moradores do local. Segundo esses discursos, essas medidas configurariam um ar **não artificial** ao lugar; esses moradores estariam constantemente participando da administração do espaço; além disso, buscava-se integrar o projeto do Centro Histórico como o restante da cidade e dirimir as forças da especulação imobiliária. Ainda era meta do grupo incentivar atividades turísticas de pequeno e médio porte, numa estratégia estadual; garantir o comprometimento da administração pública, e reforçar as diretrizes através do contencioso fiscal (MARANHÃO, 1981).

Essa proposta seguiu a linha elaborada pela UNESCO e a Organização dos Estados Americanos (OEA), na Carta de Veneza¹⁷, a qual dava ênfase ao aspecto social das cidades, por meio da melhoria da infraestrutura da área, bem como estimulava atividades que geravam riqueza e renda, propostas muitas vezes apoiadas no Relatório de Viana de Lima¹⁸.

A mais notável recomendação do evento foi a construção de uma equipe de trabalho e de uma comissão de coordenação para desenvolver e implementar o Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís, instituído a partir do Decreto Estadual nº 7.345, de 16/11/79.

De acordo com Andrès (1998), essa Comissão e o Grupo de Trabalho, apoiados em recomendações e moções estabelecidas no I Encontro, após calorosos debates internos, contatos e visitas aos órgãos de patrimônio em outros Estados (Bahia, Pernambuco e Minas Gerais) e reuniões com as comunidades locais, elaboraram, em 1980, o texto básico do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCH), também conhecido como Projeto Praia Grande/Reviver.

¹⁷ A Carta de Veneza foi aprovada no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Conservação e Restauração de Monumentos e Históricos, em 1964.

¹⁸ Arquiteto português, Viana de Lima foi enviado pela UNESCO ao Brasil onde elaborou a proposta de preservação a ser desenvolvida por órgãos locais, nas cidades de São Luís e Alcântara (MA) e Ouro Preto (MG). Em São Luís, seu trabalho dá prioridade ao bairro da Praia Grande, um dos formadores do Centro Histórico.

O governo João Castelo, com intenções de investir na preservação da memória, buscou ajustar-se aos moldes da política federal para este setor. Em seu discurso na Convenção da Praia Grande, o governador ressaltou que o referido projeto estava sintonizado com o plano de Governo Estadual e da União “de preservar o que se convencionou chamar de memória nacional”.

Nesse momento, é instalado em São Luís o escritório regional do IPHAN/MINC cujo primeiro coordenador era um intelectual, representante da oligarquia reinante no Maranhão desde a década de 1960: Ivan Sarney, poeta e entusiasta da proteção da cultura maranhense. Para custear a restauração do Centro Histórico foram mobilizadas muitas fontes de recursos que vieram de diferentes órgãos, como a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o SPHAN.

Em 1981 finalmente foi lançado oficialmente o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís, fruto de cerca de dois anos de trabalho, principalmente de pesquisa, a partir do I Encontro da Praia Grande, ocorrido em 1979. Esse programa estabelecia, dentre outras coisas, orientações sobre as formas de uso do bairro, visando sua preservação e desenvolvimento econômico.

As políticas de preservação do Centro Histórico, sob a perspectiva do PPRCH, podem ser entendidas a partir de quatro etapas. A primeira etapa consistiu em intervenções físicas, de forma conjunta e articulada, principalmente no bairro da Praia Grande. Durante essa etapa, é lançado, de forma efetiva, o Programa de obras do Largo do Comércio, com vistas a promover a restauração, reforma e ampliação da Feira da Praia Grande, área interna do prédio da Casa das Tulhas. A obra visava, sobretudo, levar adiante a justificativa para todas estas intervenções, qual seja a geração de emprego e renda.

Além da Feira da Praia Grande seriam reformados o Albergue de Voluntariados de Obras Sociais, assim como outros locais de interesse público: Beco da Prensa e da Praça da Praia Grande. Todas as obras referidas, não sendo de tamanho diminuto, configurariam uma espécie de estandarte necessário naquele momento para levar adiante o nome do Programa.

É importante ressaltar que apesar do IPHAN estar em processo de desligamento das comunidades locais, a Coordenação do Projeto Praia Grande buscou participação na tomada de decisões junto com residentes do local e representantes das classes trabalhadoras do bairro. As reuniões registradas em relatórios marcam a participação de comerciantes, moradores,

representantes do Sindicato do Comércio Varejista e Feirantes de São Luís, Sindicatos dos Moços Remadores e Contra-mestres, Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos e Sindicato dos Carroceiros, mas esta participação foi muito discreta.

Com o fim do Governo João Castelo termina a primeira etapa. Assume o governo seu substituto Ivar Saldanha que dá início a uma fase com menos intervenções prediais, sendo mais voltada para a pesquisa. Considerando que Ivar Saldanha governou em situação provisória, seu mandato situa-se numa fase entre o fim da primeira etapa e o começo da segunda (14/05/1982 e 15/03/1983).

Luiz Alves Coelho Rocha assume o governo em 15 de março de 1983, dando início à Segunda etapa, que vai até o ano de 1987.

Entre 1982 e 1987, as atividades referentes ao PPRCH pararam por falta de recursos. Nesse período, as atenções voltam-se para outras atividades, como pesquisas que tinham como objetivo localizar e recuperar 166 volumes dos manuscritos originais dos livros da Câmara de São Luís datados dos séculos XVII, XVIII e XIX. Essa pesquisa foi importante, apesar de não se tratar diretamente do patrimônio edificado, pois a transcrição paleográfica dos textos levaria ao conhecimento de detalhes referentes à cultura local que auxiliariam o processo de restauração e revitalização do Centro Histórico.

Além do PPRCH, algumas intervenções urbanísticas de cunho financeiro mais simples foram realizadas isoladamente, como a ampliação da Casa de Cultura Josué Montello; restauração da sede do IPHAN; restauração da Cafua das Mercês (Figura 13), dentre outros, e ainda, por iniciativa única do Banco do Brasil, acontece a restauração da Capela dos Vinhais.



Figura 13 - Cafua das Mercês.

Fonte: Arquivo pessoal (2006).

Em 1986 ocorre a primeira ação com vistas à proteção legal de um Conjunto Arquitetônico que incluía o Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico do Centro Histórico de São Luís-MA. A área possuía 160 hectares e era próxima ao núcleo tombado pelo Governo Federal, com o intuito de preservar de maneira mais adequada a área principal tombada em nível nacional. Ressalta-se que o Instituto do Tombamento Estadual já havia sido instituído desde 1978.

O PPRCH, elaborado a partir do I Encontro da Praia Grande, tinha como recomendação a sua revisão constante para aperfeiçoamento e adequação à realidade que se apresentasse. Sendo assim, o documento é revisto e atualizado contendo um elenco de sub-programas abrangendo os aspectos infraestruturais urbanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, preconizando prioritariamente em suas políticas o incentivo à preservação dos hábitos da vida comunitária tradicional, através das melhorias e aumento das condições e ofertas habitacionais; a revitalização das atividades econômicas e socioculturais; a restauração tombada e a revitalização da arquitetura vernacular, entre outras, buscando-se respeitar a vocação natural de cada segmento urbano de Centro Histórico (SILVA, 1996).

Nos âmbitos nacional e internacional os resultados são outros, visto que o Centro Histórico de São Luís recebe em 1997 o título de Patrimônio da Humanidade. Da primeira etapa do PPRCH, que compreende a gestão de João Castelo e do seu substituto interino Ivar Saldanha, pode-se dizer que apesar de ter iniciado os trabalhos de conservação no Centro

Histórico, mostrou-se bastante tímida no que concerne aos investimentos que foram realizados, por não terem amadurecido as políticas culturais de preservação.

Em 1987, também são retomados os trabalhos pelo SPHAN, que volta à atuação e inicia o inventário da área tombada, buscando conhecimentos para embasar as suas medidas de conservação.

No governo de Eptácio Cafeteira (1987-1990) são iniciadas obras com o intento de continuar o Projeto Praia Grande. O governo solicita verbas ao então presidente José Sarney para dar continuidade ao já iniciado Projeto e obtém três milhões de cruzados novos, conforme consta no agradecimento do livro *Reviver* (1989).

No total os investimentos aplicados somaram 200 milhões de cruzados novos, correspondentes a 25 milhões de dólares, que saíram quase totalmente de recursos próprios do governo do Estado entre 1980 e 1987.

Cafeteira intencionava transformar o Centro Histórico em uma área administrativa e assim o fez, anunciando a aquisição de 26 imóveis para instalação de órgãos estaduais.

Em 1989 acontece a modificação da nomenclatura do Projeto Praia Grande, o qual, de forma mais abrangente, passa a chamar-se de Projeto Reviver. Esse projeto, em uma nova versão, teve um apelo tão forte à população, que muitos confundem ou desconhecem que quando se referem ao Projeto Reviver estão se referindo aos bairros do Desterro, Portinho e Praia Grande¹⁹.

No total foram realizadas obras estruturais com o intuito principal de imprimir uma nova visibilidade à área. Foram envolvidas 15 quadras e 200 imóveis com a recuperação da rede de água, esgoto e drenagem. O sistema de iluminação pública foi totalmente reformulado passando a ser subterrâneo, ficando expostos lampiões conforme constava em documentação fotográfica dos finais do século XIX e início do XX.

Essa parte da cidade se transformou em um canteiro de obras. Lá foram encontradas galerias subterrâneas que serviam para o escoamento da área, revelando a engenhosidade do século XIX sob os pés de São Luís.

A partir de então o Centro Histórico foi em grande parte recuperado; as ruas foram calçadas, muitos casarões reformados, prédios públicos por todos os lugares, restaurantes e

¹⁹ Conforme delimitação traçada pela UNESCO (ANDRÈS, 1998, p. 37).

lanchonetes, mas apesar de tudo não foi atingido um ponto fundamental: não existia vida, nem grande circulação de pessoas, pois todos que ali passavam permaneciam por pouco tempo; os serviços intrínsecos ao cotidiano de um bairro, tais como segurança, farmácias e supermercados não existiam na parte reformada de forma mais significativa, o que vai de encontro à cultura do fazer, que prima pela preservação não só dos lugares, mas da forma de viver das pessoas desses lugares.

Ainda nesta fase de grandes reformas é elaborada a Lei Estadual nº 5.082, de 20 de dezembro de 1990, que reorganizava diretrizes e conceito sobre o tombamento e formas de fiscalização dos bens culturais do Estado. Em seu artigo primeiro a Lei estabelece como patrimônio cultural do Maranhão bens de natureza material e imaterial, considerados de forma individual ou em conjunto, que possam fazer alusão

à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade maranhense e que por qualquer forma de proteção prevista em lei, venham a ser reconhecidos como de valor cultural visando a sua preservação (MARANHÃO, 1990 [Art. 1º]).

Essa lei mostra a concepção contemporânea de patrimônio; mostra-se também coerente em relação ao reconhecimento da importância dos tombamentos feitos em outras instâncias diferentes da estadual e, sobretudo, quando valoriza os diferentes grupos formadores da cultura maranhense. A influência da Constituição Federal de 1988 é óbvia por tratar com contundência os assuntos ligados à questão cultural.

3.5 A produção dos sentidos de “patrimônio” Cultural da Humanidade: o discurso e o poder da mídia impressa

O poder coercitivo que a mídia exerce sobre a sociedade de consumo objetiva formar valores e opiniões, utilizando a propaganda e o marketing como meios de manipulação. Logo, a capacidade de investigar, de ser um instrumento imparcial da divulgação e informação dos fatos cede espaço e deixa aos poucos de ser a prioridade nos meios de comunicação. A mídia configura-se no campo da disputa pela hegemonia, ela é uma aliança entre tecnologia, comunicação e capital. No entanto, no Maranhão, ela torna-se uma aliança entre tecnologia, comunicação e política, não voltada simplesmente para a produção de lucros, mas para a

fomentação de votos eleitorais. Diante disto, é clara a necessidade de um discurso fundamentado no jogo de interesses que visa legitimar uma ideologia dominante.

Nesse sentido, a mídia também participa do jogo de produção de sentidos sobre o conceito de patrimônio. Particularmente, na contemporaneidade, devido ao seu alcance social e à dimensão de seu alcance, ela é um dos mais eficientes lugares discursivos em que se produzem identidades. Podemos verificar essa ação discursiva da mídia, por exemplo, em enunciados que dialogam com os projetos estatais de revitalização e preservação do patrimônio em São Luís, em matérias publicadas no jornal O Estado do Maranhão ([12 jan.] 1990), como a que apresentamos a seguir:

O projeto Reviver criou um espaço generoso para prática da arte que deve ser ocupado urgentemente. [...] Sem ocupar a área com um projeto inteligente e duradouro, todo o reviver ficará na doce lembrança de um belo conto de fadas. [...] Sem querer e nunca nisto ter pensado, supõe-se, o Governador Cafeteira criou uma área espacial e própria para o jogo artístico e cultural do maranhense como poucas cidades medievais ou do renascimento possuíram.

Percebe-se que esse discurso pretende afirmar o projeto Reviver como cultural e, ao mesmo tempo, incentivar a política habitacional como forma de manter o lugar “vivo”. A ação do governo de Epitácio Cafeteira é também classificada como desprovida de planejamento e motivada pelo acaso e pelas circunstâncias. Todavia, vale ressaltar que se expõe na mídia todo um fluxo de sentidos, na tentativa de formar a opinião pública.

Uma das vertentes do programa era o problema habitacional; havia a preocupação em se criar condições de trabalho, e conseqüentemente moradia para a população da área. Segundo o jornal O Imparcial ([13 fev.] 1990):

Na parte de urbanização há um grande interesse em reconstruir as calçadas nas dimensões originais [...] Segundo Phelipe [Andrés], a preocupação da proposta de habitação seria oferecer segurança e condições de higiene aos moradores, pois a maioria dos prédios está bastante deteriorada e com aluguéis muito caros. [...] O projeto Reviver pretende além de restaurar o patrimônio arquitetônico, oferecer alternativas de trabalho para os moradores da área e acabar com a prostituição, um grave problema social.

O discurso da revitalização pretende formar um conjunto de elementos associados e impecáveis, abrangendo assim várias instâncias, na tentativa de solucionar todos os problemas e de ser elemento referencial da preservação de uma cidade. É importante lembrar que

enquanto plano o Projeto é eficiente, contudo em sua aplicabilidade a eficácia não foi alcançada. Passados vinte anos do projeto, a questão habitacional não foi resolvida, pois ainda é grande a quantidade de pedintes e de pessoas morando em prédios deteriorados e em condições degradantes.

É perceptível a revelação do Projeto Reviver como um divisor de águas na história da preservação do patrimônio, exaltando as grandes obras, condicionando a questão patrimonial antes e depois do Projeto. É a delimitação dos fatos baseada em recortes da história, simplificando feitos e elevando atores. Segundo o Jornal O Imparcial ([15 abr.] 1990):

A área, escura sem limpeza e repleta de terrenos baldios, permitia a proliferação de moscas, ratos e baratas em meio ao acúmulo de lixo. Durante a noite e nos finais de semana não havia segurança para quem quisesse se aventurar a um passeio na importante cidadela dos casarões. Hoje, por conta dos maciços investimentos em obras de infra-estrutura, saneamento e urbanização, a imagem da Praia Grande é outra. Sua fisionomia, restaurada e rejuvenescida, resgata para os dias de hoje as imagens captadas no final do século passado pelo fotógrafo Gaudêncio Cunha. [...] Entre as surpresas e até incrédula às vezes, a população assistiu a um verdadeiro batalhão de homens trabalhando sem parar, e revolvendo toda a Praia Grande, transformada em um imenso canteiro de obras. [...] As obras executadas possibilitaram a recuperação integral da infra-estrutura urbana com a renovação das redes de água, esgoto e drenagem. Foram construídas redes subterrâneas de energia elétrica e telefonia, que permitiram a retirada definitiva dos pesados postes de concreto, transformadores e do emaranhado de cabos que agrediam a harmonia do conjunto arquitetônico. A nova iluminação utiliza postes de ferro fundido, arandelas e lampiões.

É fato que a revitalização do Centro Histórico de São Luís foi de grande importância social, cultural, econômica e política. No trecho da matéria jornalística retratada acima é possível identificar as vozes do discurso da revitalização: ação política promovendo as restaurações, a sociedade que assiste ao processo de forma a transformar-se em apenas um elemento espectador e a mídia que reformula toda a questão inserindo novos signos e propagando significados. Ressalta-se ainda nesse contexto a utilização da imagem do antes e depois, do retorno ao passado proporcionado pelas mudanças ocorridas.

Após o período de reformas e novas obras, a Praia Grande passa a configurar-se como um espaço cultural; é a ressignificação do mesmo para que possa exercer novas funções de acordo com a sua nova tipologia. Segundo o jornal O Estado do Maranhão ([12 jan.] 1990):

Além de consolidar-se como opção de lazer e entretenimento, a Praia Grande promete transformar-se no principal pólo turístico da capital. Restaurantes, bares e lanchonetes dão um novo alento [...] O projeto Reviver começa a criar condições para que o turismo tenha o desenvolvimento que merece no contexto das economias regionais do Maranhão.

Nesse recorte já se têm demarcados os rumos que o Projeto tomaria segundo a proposta de revitalização, que transformaria a Praia Grande em um produto turístico, assim como levaria a cultura a ser oferecida como mais uma mercadoria. Além disso, o investimento no lazer implicaria num dispositivo de controle do corpo.

A culminância do processo que transforma São Luís em Patrimônio da Humanidade inicia-se em 1991, na administração do governador Edison Lobão (1990-1994) e estende-se até 1997, no governo de Roseana Sarney. As obras nessa fase são pontuais, voltando-se principalmente para locais isolados do Centro Histórico e alguns fora dele. O que poderia ser considerado mais importante, e mesmo algo que traria solução não só a problemas de permanência de pessoas no Centro Histórico, mas, sobretudo, à questão social de habitação, existente na área e na cidade de maneira geral, não foi considerado de fundamental importância: a implementação de um Projeto Piloto de Habitação.

O Governo de Edison Lobão (1990-1994) não trouxe grandes novidades para a área do patrimônio edificado sob a forma de conjunto. Suas realizações voltam-se para monumentos isolados, entretanto promove a reforma do Teatro Artur Azevedo, prédio inserido também no Centro Histórico.

A princípio, o Teatro Artur Azevedo foi restaurado tornando-se um dos mais equipados do país, com o intuito de ser um local adequado para apresentações artísticas do Maranhão. A restauração deu ao prédio tamanha qualidade que passou a abrigar grandes espetáculos nacionais e internacionais.

Ocorre ainda nesse mandato a emergência de muitas leis e planos, elaborados no sentido de controlar o uso do espaço urbano da cidade. Municipalmente é elaborado em 1992 o Plano Diretor Urbanístico do Município de São Luís, e sob a Lei Municipal nº 2.353 de 29 de dezembro de 1992, o Centro Histórico é dividido em duas grandes zonas: a Zona de Proteção Histórica (ZPH), que abrange toda a área de tombamento estadual e a ZPH – 2, que corresponde à área do entorno da ZPH. Conforme o Parágrafo Único dessa Lei:

Define-se como Zonas de Preservação Histórica aquela em que os elementos da paisagem constituída ou natural abriguem ambiências significativas da cidade, seja pelo valor simbólico associado a sua história, seja pela sua importância cultural e integração ao sítio urbano e por abrigar monumentos históricos.

Essa Lei define os modos de construção, e as intervenções físicas nos logradouros, nas áreas públicas ou privadas do ZPH. Não há referência aos variados usos que podem existir no casario tombado, só é citado que as “atividades que se constituem perigosas para a integridade desta Zona deverão ser transferidas para outras áreas da cidade, em prazo a ser definido pela Prefeitura”.

É colocada ainda nesta mesma Lei a questão referente às licenças para construções na área tombada que deverão ser autorizadas após parecer prévio do atual IPHAN, do Departamento de Patrimônio Histórico e Paisagístico do Maranhão e da Prefeitura de São Luís.

Provavelmente com o intuito de igualar-se às outras instâncias de poder, a Prefeitura Municipal de São Luís sancionou, no dia 4 de julho de 1995, o Projeto de Lei nº 79.193, que dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural. Basicamente esta lei não se diferencia sobremaneira da legislação estadual, inclusive no que concerne à obrigatoriedade de realizar reformas ou restaurar os bens tombados.

A partir do início do Governo de Roseana Sarney (1994-2002) buscam-se convênios externos para financiamento das obras complementares para a continuidade do PPRCH.

As primeiras ações restringem-se aos melhoramentos feitos na cidade, mas atingem, sobretudo, o Centro Histórico, mais precisamente a área da Praia Grande, com o intuito de receber os participantes do Encontro Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que aconteceu em São Luís em 1995. É nesse período, marcado pelo surgimento do Programa de Ação para o Desenvolvimento Turístico do Nordeste (PRODETUR), que são articuladas políticas de preservação a um interesse econômico representado pelo desenvolvimento da atividade turística. O PRODETUR é cogitado, mesmo antes de a governadora assumir, mas é só a partir de 1995 que ele começa a instalar-se de fato.

Os principais objetivos do Governo Roseana Sarney, no âmbito das políticas de preservação do patrimônio edificado, consistiram em assegurar os recursos do PRODETUR e do Sub-programa de Habitação no Centro Histórico, para a partir daí gerar ações.

O objetivo específico do PRODETUR no Maranhão é, conforme Silva (1996, [s.p.]),

Financiar obras múltiplas de infra-estrutura básica e serviços nos Centros Históricos de São Luís e Alcântara e projetos de capacitação institucional dos órgãos públicos envolvidos com a gestão, implantação e manutenção dos bens e atividades constantes do sub-programa de desenvolvimento turístico do Maranhão, visando a atração de investimentos privados no setor turístico e dinamização das atividades econômicas em geral na área de influência do Prodetur/MA e à conseqüente geração de emprego e renda e melhoria de vida da população residente.

O programa a ser desenvolvido tem clara pretensão de proporcionar o desenvolvimento turístico da área sob a sua jurisdição. Sendo assim, o turismo é a principal motivação dos investimentos; apesar disso o governo não deixa suas pretensões claras e coloca o turismo apenas como uma das suas metas a serem realizadas por meio dos recursos do PRODETUR.

No Centro Histórico de São Luís, a previsão de investimentos é na ordem de R\$ 14,44 milhões a serem investidos em restauração de monumentos e habitação, formação de mão-de-obra, fortalecimento institucional, publicidade e mobilização.

Até 1997 já se verifica o intuito da reformulação do modelo instituído pelo PPRCH, mais diretamente ligado à Praia Grande. A proibição do tráfego, a institucionalização da área, assim como itens básicos como segurança começam a ser revistos e avaliados quanto ao retorno que este tipo de modelo até então implantado poderia oferecer. A preservação do Centro Histórico, em nível federal e estadual, contribuiu significativamente para que São Luís recebesse o título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

A campanha para a aquisição do título se inicia de fato em maio de 1996, quando a Governadora do Estado, Roseana Sarney, apresenta oficialmente à UNESCO um documento contendo um dossiê juntamente com a proposta para inclusão do Centro Histórico de São Luís na lista de bens considerados como Patrimônio da Humanidade. O processo de reconhecimento teve uma importante participação do IPHAN, principalmente nas orientações técnicas, como informa o jornal O Estado do Maranhão:

Para subsidiar o pleito a nível nacional, o Governo do Estado envia cópia de dossiê à direção do IPHAN (O ESTADO DO MARANHÃO, [19 dez.]1997, p. 12).

Toda a estrutura da Campanha São Luís – Patrimônio da Humanidade foi montada em quatro blocos: a equipe do Governo do Estado, a equipe do Ministério da Cultura, os consultores contratados e a equipe do Ministério das Relações Exteriores (O ESTADO DO MARANHÃO, [4 dez.]1997, p. 6).

A argumentação utilizada para o recebimento do título foi a relevância de São Luís, atestada através de um levantamento histórico e arquitetônico encomendado a uma equipe de consultores, renomados profissionais, entre os quais se faziam presentes, principalmente, arquitetos e historiadores.

A UNESCO finalmente responde ao relatório enviando em Novembro de 1996 a São Luís uma missão de reconhecimento chefiada pelo arquiteto representante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)²⁰ – International Council of Monuments and Sites, o Sr. Júlio Angel Moroni, com o intuito de verificar *in loco*, a veracidade das informações contidas no relatório supracitado.

O estreitamento das relações é visível no processo de obtenção deste título. O prestígio dispensado à cidade de São Luís é reflexo do prestígio do ex-presidente da República, o maranhense José Sarney, então Senador pelo Estado do Acre, pai da Governadora Roseana Sarney, junto ao Diretor Geral da UNESCO, como atesta o documento de Proposição à UNESCO em 1996 – Revisão do documento original:

Como amigo pessoal há vários anos, do diretor Geral da Unesco, Dr. Frederico Mayor, o Senador José Sarney, discutiu e diplomaticamente, como é do seu feitio, levou suas manifestações de apoio àquela instituição em todos os momentos e recebeu, do Dr. Mayor, sempre as melhores evidências de sincera reciprocidade nas ações culturais da UNESCO (SILVA, 1996, p. 102).

Desse modo, é significativa a influência do ex-presidente Sarney nos assuntos relacionados ao Maranhão. A importância do patrimônio edificado de São Luís é fato e não deve ser objeto de dúvidas, mas o lobby que há por trás do título conduz a questionamentos, de modo generalizado, quanto ao caráter de escolha de quem deve receber o título de Patrimônio da Humanidade.

Em março de 1997 acontece em Paris a reunião anual do ICOMOS onde é apresentado e aprovado o dossiê e o relatório de Júlio Morosi, que recomenda a inclusão de

²⁰ O ICOMOS trabalha para a conservação e proteção dos sítios patrimônio cultural. (www.internacional.icomos.org).

São Luís na lista de Patrimônio da Humanidade, atestando na reunião que o Centro Histórico de São Luís era digno de receber o título de cidade Patrimônio Cultural da Humanidade porque reunia condições bastante favoráveis (O ESTADO DO MARANHÃO, [5 dez.] 1997, p. 6).

No mês de dezembro de 1997, reúne-se em Nápoles, Itália, o Comitê do Patrimônio Mundial, que homologa a decisão e oficialmente inclui São Luís na lista da UNESCO, com base nos incisos III, IV e V, da Convenção do Patrimônio Mundial. Nesta reunião estiveram presentes com a Governadora do Estado representantes não só do Maranhão, mas do Brasil que deveriam, após o recebimento do título, firmar um compromisso de preservação da área reconhecida.

E assim, insere-se o Turismo nessa nova configuração como forma de gerar divisas, haja vista que o mesmo promove a economia, gerando empregos e renda para a população local.

A revitalização tem a função de ser uma referência, preservar os bens coletivos, fortalecer os vínculos das pessoas com seu lugar de pertencimento e ser uma alternativa para o desenvolvimento econômico, social e cultural. Segundo a entrevista de Luiz Phelipe Andrès ao jornal O Estado do Maranhão, de 22 de dezembro de 1989²¹, a revitalização estabelece um novo parâmetro civilizatório que deveria ser incorporado pela população da capital. Essa recuperação traria para o Centro Histórico de São Luís o resgate de sua identidade cultural e a memória do povo. Além de oferecer um exemplo de civilidade, resolveria também problemas sociais por meio da geração de empregos. Esse discurso reproduz o princípio que associa a história ao desenvolvimento, relacionando passado e futuro, herança e modernidade, além de recuperar um discurso de cunho civilizatório, que propunha o disciplinamento dos sujeitos, por meio da organização do espaço urbano e do controle sobre seus corpos.

Após o período de revitalização da Praia Grande, o espaço transforma-se em um lugar que representa a cultura. Com investimentos do PRODETUR, realizam-se ações pontuais e que interligam o turismo como um agente da preservação do patrimônio. Depois dessa fase, o Governo Estadual encaminha um relatório à UNESCO, ressaltando as características singulares do conjunto arquitetônico de origem portuguesa na América Latina.

²¹ Essa entrevista está transcrita na página 109.

Em 06 de dezembro de 1997, São Luís recebeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade. Todavia, esse título é resultado de um longo processo, não somente no que tange à questão das intervenções físicas, mas também de ações políticas e de um fluxo de discursos propagados. Segundo o jornal O Estado do Maranhão ([19 dez.] 1997):

Presente à sessão da UNESCO na condição de chefe da delegação brasileira, em Nápoles, a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, que se fez acompanhar do ex-presidente e senador José Sarney e pelo prefeito de São Luís Jackson Lago, comemorou o resultado de um projeto apresentado à UNESCO em maio do ano passado, em Paris. [...] o ex-presidente Sarney, citado pelo prefeito de Nápoles no discurso de encerramento da reunião, observou que São Luís foi a única cidade da América do sul a receber na ocasião, o reconhecimento oficial da UNESCO.

É interessante perceber como alguns agentes sociais participam de uma disputa de sentido, na qual buscam impor o seu modo de perceber e planejar a sociedade por meio de diferentes discursos que configuram um mercado simbólico em que se estabelecem alianças, disputas, parcerias entre diferentes atores, grupos, organizações. Os discursos assim produzidos trazem marcas da cena social considerada, expressam o modo como cada núcleo discursivo se posiciona no mercado simbólico e por meio de estratégias disputam a supremacia sobre os demais.

Após a conquista do título, inicia-se um processo de divulgação e os governantes aliam ações em prol desse processo. A mídia é tomada como um meio de propagação de uma imagem a ser difundida na sociedade e como um meio de destacar determinados atores sociais.

A palavra sempre foi um instrumento de poder no contexto histórico que insere o homem, por meio de um sistema de símbolos. É importante analisar como o discurso configura-se em um campo de confrontos teórico-metodológicos, ou seja, como um conjunto de métodos pode ser utilizado para analisar além da subjetividade, em que momento o sujeito deposita suas impressões, suas características pessoais na configuração dos discursos, enfim quando a impessoalidade é renegada a segundo plano.

Como instrumento do discurso, ressalta-se a utilização da linguagem, da simbologia, da representatividade e da exterioridade como fatores condicionantes das formações discursivas. Percebe-se, então, a contextualização entre o linguístico e o histórico como elemento essencial para a análise do discurso do patrimônio cultural.

É importante pensar sobre a utilização do patrimônio nas relações de poder, identificando quais agentes sociais se beneficiam com a utilização de uma prática discursiva legitimada.

Em São Luís, percebe-se a exaltação do Patrimônio Cultural e sua utilização como símbolo de identidade social, no intuito de manobrar a grande massa em torno de um sentimento comum de “pertencer”. Essa coercitividade tem como objetivo primordial unificar uma sociedade em torno da utilização de um espaço físico como forma de atribuir signos e símbolos que unificam o coletivo. Segundo o jornal O Imparcial ([18 dez.] 1997):

Mal São Luís ingressou no seletor clube de sítios sob domínio da humanidade, as duas principais correntes políticas do Estado deram início a uma queda de braço ferrenha pela paternidade do título. O senador Cafeteira, numa jogada genial, aproveitou a brecha da legislação para colocar no horário nobre da TV, inclusive no canal da família Sarney, um filme mostrando os feitos do seu governo na área da Praia Grande que teria viabilizado a honrosa distinção. A governadora Roseana, por sua vez, usa todo o espaço da mídia, dando ênfase à homenagem, como uma conquista sua, em primeiro plano, e do povo do Maranhão em segundo.

É a luta constante pela hegemonia política da localidade, buscando explicitar ações em detrimento de interesses. A imagem de Patrimônio da Humanidade representa um novo sentido para as construções históricas que deve ser utilizado no cotidiano popular como forma de manter viva na memória coletiva a dádiva do título, sendo necessária, pois fortalece os vínculos da sociedade com o seu espaço. Segundo o jornal O Estado do Maranhão ([4 dez.] 1998):

O título é motivo de orgulho e comemorações. Nas ruas, os novos ônibus do transporte urbano estampam a frase: São Luís: cidade cultural Patrimônio da Humanidade. Os carros da Coliseu exibem – pomposos – belas imagens fotográficas da cidade – verdadeiros cartões postais ambulantes. São incrementos dentro do cenário urbano que mantém acesa na mente das pessoas a chama do mérito conquistado.

Vale ressaltar que tal orgulho não é difundido entre a população, nem há uma sensibilização sobre os motivos que levaram a cidade a receber o título. A sociedade continua a participar de um processo alienante, que apenas absorve as impressões fabricadas. Segundo o jornal O Estado do Maranhão ([4 dez.] 1998): “[...] o próprio povo, tocado de carinho e orgulho pelo destaque tão merecido, passa a apresentar ao estrangeiro a cidade brasileira”.

A imagem retratada é de um espaço belo, sem problemas sociais, velando problemas tais como os de habitação, que se perpetuam até a atualidade, e a estrutura física do local. Neste ponto, destacamos o trecho do jornal O Imparcial ([17 dez.] 1997):

Os comerciantes reclamam dos bueiros abertos e das calçadas quebradas que já fizeram muita gente se acidentar. [...] Eles reclamam do abandono do lugar pelo poder público, da falta de investimentos e promoções de eventos que afastam muita gente.

As ações que tangem a questão do Patrimônio são marcadas por paradoxos e pela ação da mídia que propaga os discursos individuais repletos de significados convenientes aos seus criadores. Essa prática social atribuída aos sentidos é uma esfera do espaço da hegemonia, que passa por formas de organizar, distribuir e selecionar ordens de discursos que desenvolvem uma identidade.

Como Atenas Brasileira ou Patrimônio da Humanidade, São Luís sempre está presente em um discurso constante de exaltação de seus qualitativos, ressaltando épocas, atores, espaços e colocando a sociedade em uma relação de forças, da qual a mesma é objeto e age de maneira subjetiva nas suas participações, haja vista que se torna um elemento conduzido nas práticas discursivas e também cotidianas.

Na pesquisa de jornais, podemos encontrar essa formação discursiva, composta por memória, identidade e sociedade. Nessa trama, entrelaçam-se também a propagada celebração das características do lugar de pertencimento.

No Jornal O Estado do Maranhão, no Caderno “São Luís – Patrimônio da Humanidade”, de 19 de dezembro de 1997, José Sarney no texto *São Luís, poesia e cravo* ressalta a história da cidade, seus fazeres e saberes de forma poética; os problemas de toda ordem são esquecidos; a sensação é a de que São Luís resguarda uma forma majestosa em um lugar perfeito para se viver. Até mesmo a pobreza é retratada como herança divina, e se não se realizam homenagens a políticos, então que estes sejam também escritores, como o fez o autor nos trechos a seguir:

Deus quando fez o mundo, deixou para fazer o Maranhão no último dia, um lugar para ele descansar. [...] Deus aqui é pobre, não tem ouro nem prata, tem pedra e cal, com essas matérias fez ruas tão belas, espaços tão majestosos feitos de luz e de estrelas. [...] Aqui não se erguem estátuas a heróis e soldados, políticos e administradores. Somente a poetas e escritores. (O ESTADO DO MARANHÃO, [19 dez.] 1997).

Outro recorte demonstra a expressão de orgulho, ostentação das grandes riquezas e dos grandes feitos. Nada mais é do que a afirmação da identidade local desempenhando uma dupla função: manter-se e propagar-se, simultaneamente, em tempos e espaços distintos. Segundo o mesmo caderno:

Agora, São Luís é da humanidade. [...] São Luís é assim: o belo e o trágico estampados nas cimalhas, com suas mísulas entalhadas, capitéis de volutas, beirais duplos em telhas esmaltadas. Conheçam a cidade em que a lenda e a realidade andam de braços dados. Em cada esquina um sobradão reluzindo azulejos, a lembrar do tempo em que a arquitetura era arte.

Retorno ao passado condicionado pela memória e pelos exemplos de construções que perpetuam épocas, herança em uma relação de igualdade de um povo ressaltado nos discursos, entretanto esquecido quando se trata do seu desenvolvimento social, cultural, econômico e intelectual. Ainda segundo o caderno do patrimônio:

A herança se faz maior porque também decorre dos bens intelectuais, espirituais, morais e religiosos. [...] somos herdeiros do que pode haver de mais belo e mais precioso, que é a glória eternizada na memória de um povo, a servir de exemplo para o mundo.

Em suma, a análise da rede discursiva que abrange as práticas relacionadas ao Patrimônio Cultural é de extrema importância para compreendermos o processo que seleciona fatos, glorifica atos e promove atores sociais capazes de manobrar uma sociedade em torno de um vínculo identitário.

A restauração do Centro Histórico de São Luís foi condicionada por várias etapas e processos que se entrelaçam. Destaca-se a participação do poder público como órgão fomentador das políticas de preservação. Entretanto, quando observamos os jornais podemos perceber que as ações realizadas são sempre propagadas como de cunho pessoal ou no âmbito privado.

O Centro Histórico de São Luís sempre foi voltado para a atividade comercial. Com o processo de urbanização, a cidade se expandiu e o núcleo histórico foi condicionado por esse fato, assim conserva-se a parte histórica ao mesmo tempo em que se propaga o ideal de modernização.

Dessa forma, as vozes que exaltam o patrimônio também promovem atores sociais isolados. Ora, se as obras no Centro Histórico foram realizadas com os recursos públicos,

nada mais justo do que as mesmas serem objeto da coletividade, todavia elas tornaram-se instrumento para a visibilidade de políticos que desempenham a dupla função de promover a preservação e sua carreira política.

Nesse sentido, o turismo começa a receber importância devido ao seu fator econômico. Importante lembrar que a preservação ainda não possuía uma diretriz concreta a ser seguida. Inicia-se o processo de tombamentos para salvaguardar os bens coletivos.

Nos discursos do engenheiro civil Phelipe Andrés, coordenador geral do Projeto Reviver, sobre a restauração da cidade, é recorrente o ideal de preservação/recuperação. Destacamos abaixo uma entrevista concedida pelo engenheiro ao jornalista Manoel Santos Neto (1989):

A inauguração das obras do Projeto Reviver na área da Praia Grande, prevista para hoje, às 19h30min, é um marco importante na história urbana de São Luís, na medida em que, com estas obras, se estabelece um novo parâmetro civilizatório a ser incorporado pela população da capital.

Ele acha que o Centro Histórico funciona como um espelho para o resto da cidade e que, por essa razão, deve ser limpo, higienizado e urbanizado para servir de exemplo aos demais bairros: “Com a recuperação do Centro Histórico se instaura um parâmetro civilizatório que antes não existia e isto exercerá um efeito pedagógico muito grande sobre a população”, salienta Phelipe, frisando que o Reviver transformou a Praia Grande numa área limpa, higiênica, iluminada, com praças, jardins tratados e sobrados recuperados.

Depois de destacar o componente civilizatório do projeto, Luiz Phelipe Andrés ressaltou a extraordinária vocação social do processo de recuperação do Centro Histórico, porque este tipo de intervenção traz inerente em si uma considerável fonte de geração de emprego e melhoria de renda.

A restauração da zona histórica, com um grande volume de obras e de recursos investidos, gerou milhares de empregos no processo direto de execução das obras de engenharia civil. Agora, uma vez recuperados os imóveis, começa o processo de revitalização gerando-se novos empregos com a abertura de bares, restaurantes e outros empreendimentos ligados à indústria do turismo.

Toda vez que se investe e se recupera o Centro Histórico de São Luís, além de estar recuperando a identidade cultural e a memória do povo, e além de estar dando um exemplo de civilidade, se resolvem também problemas sociais através da geração de empregos, acentua Phelipe Andrés [...] (O ESTADO DO MARANHÃO, [22 dez.] 1989, p. 5).

O discurso do engenheiro civil Phelipe Andrés carrega as vozes do empreendimento modernista citado já em vozes anteriores, retoma os discursos sobre a modernização que

inauguraram uma nova fase na engenharia urbana. A proposta de inauguração de “um novo parâmetro civilizatório” implica na adoção de costumes, tais como limpeza, higiene e urbanização, a exemplo dos padrões de modernização estabelecidos no século XVIII, na França, discurso reforçado durante toda a entrevista.

O processo civilizatório numa área decadente deveria ser exemplo a todos os outros bairros de São Luís, o que implica dizer que toda a cidade encontra-se em estado de não-civilização. A prática discursiva que tece os fios desse discurso aponta para uma cidade que precisa se reerguer a partir da recuperação de uma identidade que parece estar perdida e poderá ser resgatada por meio da restauração do casario em ruínas e do *modus vivendi* de sua população. Dá-se, então, o início de uma busca pela identidade: era preciso retomar o discurso da gênese da cidade, e despertar do sono a memória de franceses e portugueses, e recuperar o patrimônio por meio de um passado glorioso. O discurso da negação do passado colonial era, nessa nova fase da cidade, seu alicerce de reconstrução.

Assim é que a recuperação do Centro Histórico passa novamente pelo discurso da higienização, da limpeza, por meio de uma iniciativa de caráter pedagógico, disciplinar.

A proposta de restauração do Centro Histórico significa não somente uma reformulação na estrutura física do local como também na cultura do povo, que tinha por hábito jogar lixo e atirar água usada na lavagem de louças nas ruas, estender roupas nas sacadas. Esse discurso de “civilidade” nasceria na Praia Grande e se espalharia pelos bairros da cidade como um exemplo. A reforma da Praia Grande e a geração de emprego no Centro Histórico, apregoada por Andrés, em 1989, virá da construção civil, no processo de reforma do bairro, e de bares, restaurantes e outros empreendimentos ligados ao turismo.

O resgate da memória passa, paradoxalmente, por sua negação, já que os “maus” hábitos foram herdados dos colonizadores. Tal negação é apregoada em nome de uma “nova” reforma, e de uma outra economia que irá movimentar a cidade (e a Praia Grande) – a indústria do turismo.

Segundo Gregolin (2000, p. 20), “as sociedades realizam um esforço constante de reconfiguração do passado.” Olhar o tempo pretérito é uma forma de compreendê-lo e restaurá-lo para a posteridade. O passado é revisitado pelas lentes futuristas do arquiteto Phelipe Andrés. As reformas propõem uma reconfiguração que se ancora no signo da higienização, inserido numa dimensão ideologicamente política: o desenvolvimento vai ao

encontro de uma política econômica voltada para os empresários. Novamente a população carente fica na periferia da história: com as reformas do Centro Histórico setenta por cento das famílias que residiam no bairro se deslocaram. A Praia Grande passa por um novo processo de colonização: boa parte dos casarões foi comprada por franceses, portugueses, italianos, dinamarqueses, que os transformaram em objetos da nova indústria cultural, o turismo.

CAPÍTULO 4

CONSEQUÊNCIAS DA PÓS-MODERNIDADE: São Luís, patrimônio da diversidade

“Sim, de fato, a ‘identidade’ só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, ‘um objetivo’; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais – mesmo que, para que essa luta seja vitoriosa, a verdade sobre a condição precária eternamente inconclusa da identidade deva ser, e tenda a ser, suprimida e laboriosamente oculta”.

Zigmunt Bauman (2005a)

4.1 São Luís: Jamaica brasileira?

Até este momento de nossa exposição, pudemos discorrer sobre transformações no conceito de patrimônio que acompanharam (e foram decorrentes) de mudanças históricas, sociais e políticas e que fizeram São Luís adentrar a pós-modernidade como Patrimônio Cultural da Humanidade. Nosso enfoque privilegiou a noção de patrimônio ligada à ideia do *patrimônio de pedra e cal*, do material, mas essa noção ampliou-se com as mudanças no conceito de história, na medida em que esta passou a considerar os objetos mais inusitados como fontes documentais de história e memória, e com o desenvolvimento da indústria do turismo, que investe em novas identidades capazes de gerar riqueza.

Assim, levada pela necessidade de se inserir em novos padrões, atendendo, inclusive a uma demanda mais contemporânea, a sociedade maranhense vê destacarem-se novos ícones identitários e acompanha a emergência de identidades que se originam da cultura popular, da periferia da cidade, as quais adquirem dimensões simbólicas importantes em uma lógica capitalista.

A sincronização de diferentes identidades, em São Luís, configura a necessidade de agregar na capital maranhense todos os gostos, tempos, formas, crenças, comportamentos, numa atitude típica do homem pós-moderno. Esse traço identitário relaciona-se ao que Michel Foucault denomina *heterotopia*.

No texto “Outros Espaços”, o autor propõe o conceito de *heterotopia*, fazendo uma interessante reflexão sobre o espaço como produtor de subjetividades. O filósofo chama atenção para a existência de experiências espaciais que certos lugares nos oferecem, pois eles têm o poder de movimentar, deslocar, transportar subjetividades.

O autor classifica os espaços como utópicos (lugar sem lugar) e heterotópicos (lugares que realmente existem), sendo que aqueles se constituem de elementos que só se apresentam no irreal e possibilitam a criação do imaginário, das fábulas. Estes, os heterotópicos, são lugares reais, que sendo inscritos socioculturalmente, representam os posicionamentos da sociedade. São lugares de representação cultural que passam a ser vistos de forma diversa, além de sofrerem constantes modificações na história. Fazem parte do rol das heterotopias lugares como bibliotecas, jardins, museus, que configuram aquilo que Foucault acreditava serem repletos de magia. Para ele, as utopias e as heterotopias sofrem um processo de simbiose análoga ao espelho:

Afinal, o espelho é uma utopia, pois é um lugar sem lugar. No espelho, eu me vejo lá onde não estou, em um espaço irreal que se abre virtualmente atrás da superfície, eu estou lá longe, lá onde não estou. Mas essa utopia do espelho é também uma heterotopia na medida em que o espelho existe de verdade, ele é real. É a partir do espelho que me descubro ausente no lugar onde estou, porque eu me vejo lá longe (FOUCAULT, 2001, p. 412).

Foucault (2001) destaca que as heterotopias estão fortemente ligadas ao agenciamento do tempo, “são parentes das “heterocronias”. O cemitério, por exemplo, é tomado por ele como um lugar de um tempo que não se movimenta, não transcorre. Foucault destaca que em uma sociedade como a nossa existem heterotopias do tempo quando certos lugares são criados com o fim de acumular a temporalidade ao infinito, conforme ocorre com os museus, as bibliotecas. Nesses espaços há a pretensa intenção de congelar o tempo, acumular um arquivo geral de uma cultura, a vontade de fechar num lugar todo o tempo, todas as épocas, formas e gostos. Foucault chama atenção para o fato de que existe nesses espaços uma configuração do que o fenômeno da modernidade propôs – o descolamento de duas grandezas até então tidas como inseparáveis – o tempo e o espaço. Esses lugares são tentativas de concentrar todo o tempo, “como se esse espaço pudesse estar ele mesmo fora do tempo”.

Foucault (2001) chama atenção para um certo tipo de heterotopia – as crônicas – cujo funcionamento consiste em proporcionar ao sujeito, em um curto espaço de tempo, experiências e identidades nunca antes vivenciadas. É o que ocorre nas festas, cidades de

veraneio, teatros, que uma ou duas vezes por ano se instalam nas cidades. Nesses *lugares-tempo*, identidades se movem, fogem e reaparecem para celebrar a dispersão do sujeito.

Na Idade Média, já havia uma hierarquização dos lugares em sua forma de disposição, já havia dicotomias, polarizações na forma de o homem se manifestar no lugar, lembra Foucault (2001). O espaço medieval era “o espaço em que cada coisa é colocada no seu sítio específico – o espaço da disposição”, separados pela distinção da época entre sagrado e profano, lugares protegidos e expostos, lugares urbanos e rurais, supra-celestes, terrestres etc.

O espaço contemporâneo, apesar de todas as técnicas desenvolvidas, dos saberes que fizeram com que os homens dominassem o espaço, ainda não foi dessacralizado, para Foucault (2001, p. 413), “a nossa vida ainda se rege por certas dicotomias inultrapassáveis, invioláveis, dicotomias as quais nossas instituições ainda não tiveram coragem de dissipar”. Na casa, por exemplo, podemos verificar esse princípio se pensarmos que existem lugares que podem ser frequentados por estranhos, como a sala, e outros que, dotados de um imaginário sagrado, apenas os mais íntimos podem entrar, como os quartos da família.

Ao problematizar a noção de espaço, o autor nos lança a reflexão sobre a própria natureza deste espaço que ocupamos e sobre a forma como nos relacionamos com ele e sua interferência em nossas subjetividades. O espaço, dessa forma, não é uma estrutura fechada em si, não é um vão onde se localizam indivíduos e coisas, é o lugar onde se convergem nossas vivências, nossas paixões, nossos sonhos. Não nos ocupamos dele de forma vazia e homogênea, mas, sim, de maneira diversa e heterogênea. O espaço é sempre gerador de múltiplas significações, articulador de memórias; a manipulação do espaço tem força intensa. Espaços moventes, em que a atuação e a individualidade do sujeito são subjugadas em nome da fluidez multiforme que eles sugerem.

Embora a teoria filosófica de Bachelard se debruce sobre a imagem poética, gênero discursivo que agrega elementos muito particulares, ele explora as implicâncias de uma imagem na formulação de uma ideia e no resgate de sensações que a imagem referida provoca “o fenômeno da imagem poética no momento em que ela emerge na consciência como um produto direto do coração, da alma, do ser do homem tomado na sua atualidade” (BACHELARD, 1999, p. 342).

Um dos espaços mais sedutores que o homem já construiu foi a cidade, que tem se tornado posto de observação de inúmeros trabalhos, em distintas áreas do saber, que buscam

entender os processos de significação – nem sempre explicitados – desse espaço pleno de linguagens. Guardadas as restrições que esses conceitos apresentam, como a distinção rural x urbano, ou antigo x moderno, a cidade é muito mais do que uma delimitação geográfica, trata-se de uma demarcação que antes de tudo produz subjetividades.

O espaço, dotado de história e memória e construtor das identidades dos lugares e das coisas, revela em seu dizer (não-verbal) os sentidos intrínsecos na sua enunciação. A cidade pode ser contemplada como um cenário pronto para o jogo cênico das personagens/habitantes, que assumem a posição-sujeito neste extenso enunciado, que congrega, de forma concêntrica, outros enunciados e muitas memórias. A cidade representa a estrutura que comporta os sujeitos dentro da sociedade, portanto, ela nos envia mensagens sobre nossas relações sociais.

Se heterotopia é um lugar que é construído pelo jogo de identidades que espaço/história/memória propõem ao sujeito participar; na cidade alojam-se pontos que põem o sujeito em um tempo e um espaço construídos para que as identidades também sejam constituídas. O Centro Histórico de São Luís pode ser considerado uma heterotopia na medida em que carrega as marcas de um passado lusitano, que entre os séculos XVII e XIX inscreveu com seus azulejos, sobrados e casarões uma memória nesse local. A visitação a esse lugar é uma viagem no tempo, pois percorrendo as estreitas ruas de paralelepípedos do Centro Histórico de São Luís temos a sensação de estarmos em outro século, outro espaço, o que nos leva também à impressão de assumirmos outras identidades, porque um jogo de tempo se instaura ao avançarmos as calçadas de pedra de cantaria, os becos estreitos que descem e sobem pelas ladeiras da cidade, quando contemplamos as fachadas de azulejos e miramos os mirantes da cidade, que parecem olhos arregalados nos espiando de cima das eiras e beiras dos sobradões do Bairro da Praia Grande, na antiga São Luís. Nesse espaço real, a memória de tempos passados nos transporta para um espaço mágico/encantado, de onde surgem identidades jamais identificadas.

A manutenção desse espaço passou a ser um dos trunfos do Turismo, que promove essa heterotopia como uma das singularidades da cidade. Mas tal heterotopia passa a ser um desafio – promover a preservação desse lugar-memória, evitar que ele entre nas ruínas do tempo, em tempos de Pós-modernidade, caracterizado pela fragmentação, pela instabilidade e volatilidade das relações intersubjetivas. Dessa forma, a cidade envereda em uma ordem discursiva que estabelece meios de funcionamento da espacialidade, por intermédio de leis, políticas e práticas de disciplinamentos dos corpos, que visa a manter sua memória.

A cidade, assim, é uma rede de interdiscursos, em que habitam formações discursivas muito distintas, construtoras de subjetividades dos moradores e visitantes.

O sujeito, ao entrar em contato com as diversas heterotopias propostas pela cidade, resgata em sua memória a sua posição-sujeito acerca destes espaços e formula “discursos” a partir do que esse espaço sugere: não se trata mais de um indivíduo, mas de um sujeito inscrito em uma história; a cidade é uma heterotopia porque produz sentidos e identidades. Ela não é, pois, um texto em sua incompletude, ela é espaço de dispersão, complexidade, assim como o espírito humano, assim como nós sujeitos que também vivemos num labirinto cheio de signos, às vezes indecifráveis ou imperceptíveis, cheios de memórias e vozes que ressoam desde que nascemos e aprendemos a imitar ou, por vezes, somos levados a dar outros sentidos a elas.

Entre as várias heterotopias que povoam as identidades de São Luís, destaca-se a **Jamaica Brasileira**, emblema dado à capital por ser um dos lugares do Brasil que mais cultua o *reggae*, manifestação oriunda da Jamaica. Essa identidade pode ser pensada como uma heterotopia, na medida em que transporta seus adeptos para um espaço outro que provoca o deslocamento de identidades, aparentemente estáveis. Um espaço da fantasia, da sedução, do lazer. Nesse espaço, o cotidiano fica em suspenso. É preciso destacar que o *reggae*, hoje em dia, reúne, como todo espaço democrático, grupos de vários segmentos sociais – universitários, lavadores de carro, empregadas domésticas, mecânicos, vigilantes, empresários, artistas, intelectuais, e outros. Nessas diferentes identidades, a experiência heterotópica pode acontecer de modo distinto.

A emergência da Jamaica brasileira relaciona-se nas tramas do pós-moderno. O Centro Histórico concentra uma diversidade de lugares heterotópicos como os bares de *reggae*, a exemplo do Bar do Porto, na Rua do Trapiche, antes chamado de Tombo da Ladeira. O Bar do Porto é frequentado por muitas **tribos** que se encontram para apreciar os *reggaes* de todas as gerações.

Outro lugar muito frequentado pelos amantes do ritmo jamaicano é o *Roots Bar* (Figura 14), que, conforme especialistas é o recinto onde as raízes negras do *reggae* são muito nítidas e o seu público é, em sua maioria, composta por negros residentes na periferia de São Luís.



Figura 14 - Roots Bar.

Fonte: Arquivo pessoal (2009).

O *reggae* no Maranhão inicia sua trajetória em meados dos anos 70 e se marca por uma singularidade local, já que a forma de dançar é peculiar a São Luís. Na Jamaica, o ritmo é dançado com passos largos e reflete a luta dos negros e a religião Rastafari, enquanto no Maranhão o ritmo é dançado aos pares. Essa forma de dançar é ressaltada todas as vezes em que se fala do *reggae maranhense*. Segundo o jornal O Estado do Maranhão ([18 fev.] 1990):

O ritmo lento e pulsante, a sensualidade e o relaxamento dos quadris foram, no início, as qualidades que mais aproximaram a música reggae dos dançarinos dos bailes da periferia de São Luís do Maranhão. [...] Se na Jamaica a dança rola solta, em São Luís os casais driblam o calor deslizando agarradinhos pelos salões dos clubes.

Os salões dos clubes de reggae constituem uma heterotopia, um lugar real para onde convergem as vivências do regueiro e o conduz de forma diversa produzindo-lhe múltiplas identidades e significações.

A Jamaica Brasileira é uma identidade coletiva pautada no discurso de aproximação entre as características da Jamaica e de São Luís, que se sustenta na ideia de contiguidade de etnias, na formulação de uma identidade cultural proveniente das classes menos favorecidas e no uso da música como forma de libertação de uma realidade marcada pela pobreza. O Estado do Maranhão ([18 fev.] 1990) destaca:

Além do fato de serem ilhas e cultuarem o reggae, Jamaica e São Luís têm muitos outros pontos em comum. Em ambas, a população negra é majoritária e o estado de miséria e violência a que esta população está submetida é semelhante. Quem é negro, pobre e mora na periferia, sabe a importância de um salão de reggae. O reggae é ritmo de preto, sim, e mesmo cantado em outra língua sua mensagem é captada pela negadinha de São Luís.

A construção identitária adquire valor diante do corpo social. Vale lembrar que, quando o ritmo chegou ao Maranhão, veio destituído de sua filosofia de música de resistência. Assim, pelo fato de as pessoas desconhecerem essa filosofia, o *reggae* adquiriu uma nova configuração em terras maranhenses. Diante deste fato há quem questione a nova identidade que o *reggae* adquiriu em São Luís, pois para alguns a configuração não foi dada pelo povo, ela resultou de manobras de um poder que silenciou o caráter político da manifestação em São Luís.

Outro fato importante a ser ressaltado é que o *reggae* é um movimento que se instalou nas periferias de São Luís e somente depois foi difundido pela mídia entre todas as classes sociais. A ressignificação do ritmo acontece pela tentativa de aproximá-lo da realidade maranhense. O *reggae*, na capital maranhense, recebe o nome de melô, e as pessoas tentam transformar seu significado, já que a maioria não entende inglês. A pronúncia dos versos no ritmo original (em inglês) são ressignificados. A letra do *reggae* *What's gonna get you?* (O que está acontecendo? Qual o seu problema?) é compreendida e traduzida pelos regueiros maranhenses como “Melô do caranguejo”, e cantada como “Olha o caranguejo”. Por esses e outros mecanismos discursivos, o *reggae* foi reconstruído pela fala e pela dança maranhenses e passou a representar uma identidade local.

Ele expandiu-se primeiramente nas classes menos favorecidas e, posteriormente passou a receber uma nova simbologia e representação para adequar-se aos ambientes elitizados, sendo difundido e (re)significado pela mídia. Segundo o jornal O Estado do Maranhão ([18 fev.] 1990):

O ritmo lento e pulsante, a sensualidade e o relaxamento dos quadris foram, de início, as qualidades que mais aproximaram a música reggae dos dançarinos dos bailes da periferia de São Luís do Maranhão. Depois, com a chegada dos programas de rádio, veio o início da compreensão do potencial de rebeldia contido naquele ritmo, cuja batida se assemelha à batida do coração.

Assim, o culto ao *reggae* em São Luís deve-se em parte ao trabalho da mídia, que passou a difundir o ritmo, sendo perceptível a coerção que a mesma exerce sobre o coletivo. De produto da marginalidade à expressão cultural: toda essa mudança depende de discursos empregados, dos sentidos produzidos e da valorização de uma cultura como singular.

Em suma, o *reggae* que veio da Jamaica foi apropriado pelas classes menos favorecidas, reformulado pela indústria cultural que passou a difundi-lo com um novo sentido carregado de peculiaridades que reúne novos adeptos, inclusive das classes mais favorecidas. Dos guetos isolados para a sociedade ludovicense, para o Brasil e o Mundo: é a criação de um discurso pautado na elaboração da singular identidade cultural.

Tal identidade cultural pode ser somente mais um rótulo criado e fomentado pela mídia, em uma ação que valoriza o singular. Nesse sentido o turismo também exerce um papel preponderante, haja vista que é motivado por atrativos e comercializa a cultura de determinado local. O discurso da mídia utiliza a (re)significação das imagens para atribuir sentidos ao coletivo, pois os discursos exercem uma ligação entre seus elaboradores e a sociedade. Dentro dessa ligação podemos destacar como fatores condicionantes: a exterioridade que delimita as representações discursivas e a heterogeneidade dos discursos associados à mídia.

Além desse aspecto, é preciso também pontuar que uma indústria da cultura fortaleceu essa identidade, na medida em que esta passou a ser valorizada como mercadoria materializada em camisetas com estampas de Bob Marley, boinas de crochê, os cabelos *dread lock* (cabelos rastafari), os cds etc. Esse aspecto reforçou a valorização dessa identidade, uma vez que na cultura atual as mercadorias tornam-se um dos eixos centrais para a compreensão da cultura. Se outrora o consumo era apenas uma consequência da produção de mercadorias, “hoje é preciso produzir os consumidores, é preciso produzir a própria demanda, e essa produção é infinitamente mais custosa do que a de mercadorias” (BAUDRILLARD, 1993, p. 26-27).

Da mesma forma que as religiões, o consumo constitui um universo de significação capaz de modelar as práticas cotidianas. Nele, os indivíduos se reconhecem uns aos outros e constroem suas identidades, imagens trocadas e reconfirmadas pela interação social. Neste sentido, o mercado é fonte de autoridade, possui legitimidade para definir a validade das ações individuais, orientando-as nesta ou naquela direção (ORTIZ, 1996, p. 170).

O consumo de produtos e serviços envolve não apenas o produto, mas o sonho, o desejo de realização. Implicitamente à aquisição do produto, existe o desejo de adquirir o prazer a que se presta a imagem do produto.

Os meios de comunicação de massa, como o rádio, foram grandes difusores do discurso da Jamaica Brasileira. Programas de TV e de rádio AM e FM, em horário nobre, fazem funcionar constantemente essa memória. Mas é preciso ressaltar que existe uma luta discursiva em torno dessa identidade já que há discursos conservadores que não aceitam essa identidade, pois ela não tem lastro no glorioso passado da Atenas.

A identidade de São Luís como Jamaica Brasileira opõe-se à representação de São Luís como Atenas Brasileira, à medida que agrega sujeitos que estavam à margem da ideia de Atenas. Banidos dessa identidade, os negros, os pobres, os não escolarizados encontram na identidade jamaicana abrigo. Uns veem nesse emblema a decadência de um passado de glórias, que se sustentava em valores intelectuais; outros a condenam por perceberem nela o funcionamento de uma memória de escravidão; outros alegam que a estranheza vem da ideia do culto às drogas, muitas vezes associadas à imagem de Bob Marley. Essa polifonia nos mostra que as identidades são produzidas e agenciadas, na modernidade líquida, por processos múltiplos de difusão e circulação de discursos. Tem papel essencial, nesse agenciamento, as mídias digitais como, por exemplo, o *site* apresentado a seguir:



Figura 15 - Site reggae.

Fonte: www.centralreggae.com.br.

4.2 A cultura de massa na formação das identidades em São Luís

O jogo discursivo produtor de identidades, nas tramas da globalização, pode ser pensado a partir da emergência de símbolos e ícones configuradores da realidade local (GUATTARI, 2000). Exemplos desses processos discursivos são as festas populares do Maranhão, transformadas em produto global pela cultura de massa.

Segundo Habermas (1984, p. 195),

A cultura de massas recebe esse nome por conformar-se às necessidades de distração e diversão de grupos de consumidores com um nível de formação relativamente baixo, ao invés de, inversamente, formar o público mais amplo numa cultura intacta em sua substância.

Resumidamente, a cultura de massa não informa, mas conforma, modela, padroniza comportamentos sem levar o público a refletir sobre o que está consumindo, tornando-o massa por não considerar as diferenças dos grupos consumidores.

Em um movimento sincrônico de construção identitária, a globalização e a cultura de massa são capazes de reconfigurar o popular que passa a ser valorizado pela elite. Ao mesmo tempo em que os códigos que antes deveriam ser feitos de uma forma mais simples para que a grande massa pudesse deles se apropriar mudam, passa a existir uma inversão – a cultura deixa de se constituir de cima para baixo, passando a ser das massas para as elites. Dessa forma, a cultura de massa consegue revalorizar a cultura local, que pode muitas vezes perder elementos que diziam respeito só a ela, pois a globalização trabalha no sentido de refinar as identidades culturais locais, para que estas possam ser inseridas na sociedade global. Isso acontece quando a indústria cultural incorpora elementos das culturas de periferia, revalorizando o local. Segundo Hescovici (2001, p. 17-18):

O poder respectivo de cada espaço local depende de sua capacidade de impor, no seio deste sistema mundial, certos produtos; a dimensão universal do local se define em função da capacidade que possuem seus diferentes produtos para se incorporar neste espaço mundial. Existem várias estratégias possíveis: se aproveitar do exotismo, [...] ou rentabilizar os produtos no mercado nacional para ser competitivo no mercado internacional [...].

Assim emergem, em decorrência dos padrões da indústria cultural, muitas identidades locais, valorizadas pelo viés do discurso da diversidade cultural.

Uma dessas identidades é a de São Luís como a cidade da festa do bumba-meu-boi. A festa, que no século XVIII sofria perseguição do poder, no final do século XX passa à condição de ícone de identidade maranhense, em função de um jogo de poderes que tem respaldo no turismo. A festa, como revela a imagem da brincante no *outdoor* abaixo, é hoje uma das marcas mais fortes da cultura popular maranhense, representando todo o processo de transformação de conceitos acerca do que seja cultura e patrimônio no estado e no mundo.



Figura 16 - São João 2009 - Bumba meu boi. Prefeitura Municipal de São Luís.

Fonte: Arquivo pessoal (2009).

Nessa promoção do popular, há um constante trabalho de produção da subjetividade, uma biopolítica que se inscreve nesse anúncio pela demarcação do tempo da festa (de 31 de maio a 30 de junho) e do espaço onde ela deve acontecer: a Praça Maria Aragão. A inserção da festa nesse espaço também deve ser observada.

As praças públicas consistem em instrumentos administrativos e espaço de afirmação do poder político. A praça funciona como uma tecnologia de administração da vida social, um complexo dispositivo histórico, em que há regulação da vida da sociedade por meio de uma prática cotidiana, que se configura em uma estratégia de poder, dotada de uma tecnologia voltada para o bem-estar social e biológico da população. Normalmente, ela é usada como um lugar de congregação do povo, um espaço de domínio público por excelência, em que devem convergir diferentes identidades.

É importante também destacar que essa promoção é assinada pela prefeitura da cidade, cujo *slogan* reforça a ideia de que São Luís é uma “cidade de todos”.

A praça torna-se o lugar da dominação por meio dos ritos e objetos associados ao poder, como por exemplo o nome que algumas delas recebem. Em São Luís destacamos praças como a Gonçalves Dias, a Odorico Mendes (figuras expoentes da literatura em São Luís) e a Maria Aragão (figura que se destacou em movimentos políticos no Estado do Maranhão). A Praça Maria Aragão foi planejada pelo arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer, uma assinatura que representa a pós-modernidade, o signo de uma sociedade em desenvolvimento e atenta com o progresso. Esse espaço tem uma configuração diferente da arquitetura tradicional de uma praça, com bancos e jardins, um espaço onde as pessoas se encontram para conversar e se divertir. O projeto elaborado por Niemeyer para a Praça Maria Aragão concentra um palco e um memorial de estruturas de curvas monumentais, desenvolvidas com lajes duplas nervuradas, edificadas com materiais de alta tecnologia, mas não tem bancos e nem jardins. O memorial Maria Aragão, primeira obra projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer no Norte e Nordeste do país, foi baseado numa parceria público-privado e inaugurado na administração municipal do prefeito Tadeu Palácio (CORREIO DOS MUNICÍPIOS, 2004).

O projeto oferece à população – além do Memorial que abriga um acervo com fotos e objetos pessoais da homenageada – um espaço para manifestações populares e artísticas com palco e camarins, e ficou reconhecido popularmente como praça. Nesse espaço, o tradicional rouba a cena do pós-moderno, por meio do popular.

Na sociedade contemporânea, o “consumo cultural” torna-se uma saída para o desenvolvimento urbano. Nessa concepção, São Luís é reinventada a partir da ressignificação de formas do passado, produzindo um conceito de urbanidade que se baseia, sobretudo, no consumo e na difusão de aparelhamentos culturais. A capital torna-se a cidade da “festamercadoria”. Essa nova-velha cidade agencia a história e a tradição dos lugares. Por meio das revitalizações urbanas, busca destaque no mercado globalizado das imagens turísticas e dos lugares-espetáculo.

Nessa cidade, tudo vai sendo gerenciado para tornar-se espetáculo em prol da atividade turística. Uma São Luís da diversidade insurge no limiar do século XXI. Em 2009, essa identidade é consagrada na eleição da cidade como a Capital Brasileira da Cultura 2009. A campanha em prol da eleição do título de cidades de cultura teve início na Europa, em 1985, por ideia da ex-ministra da cultura da Grécia, Melina Mercouri, visando valorizar o patrimônio artístico e cultural das cidades de diversos países, promovendo-as e divulgando

suas riquezas para todo o mundo. No Brasil, essa campanha é promovida pela ONG CBC, com apoio dos Ministérios da Cultura e do Turismo, que elege algumas cidades como representantes da cultura nacional. São Luís venceu a eleição com uma diferença: ela não é apenas uma cidade, ela é uma capital, o que marca sua singularidade nesse processo. Os órgãos do poder se apropriam desse título e passam a fazer funcionar essa memória, por meio de vários mecanismos enunciativos na cidade. Em diferentes espaços discursivos (*outdoors, busdoors, folders, camisetas etc.*), em diferentes momentos, essa identidade emergente (São Luís – capital brasileira da cultura) é projetada na cidade num insistente movimento de enunciação (utilizando-se como símbolo a figura da coreira²², eleita numa campanha que envolveu os moradores) e estampada nos coletivos que circulam pelo espaço da cidade, esse discurso invade o cotidiano:



Figura 17 - Propagandas estampadas em ônibus. São Luís, junho 2009.

Fonte: Arquivo pessoal (2009).

Ao mesmo tempo, a ideia da “diversidade” está posta em circulação em vários gêneros de discurso como folders de divulgação turística, cujos enunciatários podem ser turistas, visitantes, incitando-os a participarem dessa enunciação coletiva da identidade:

²² Brincante do Tambor de Crioula.

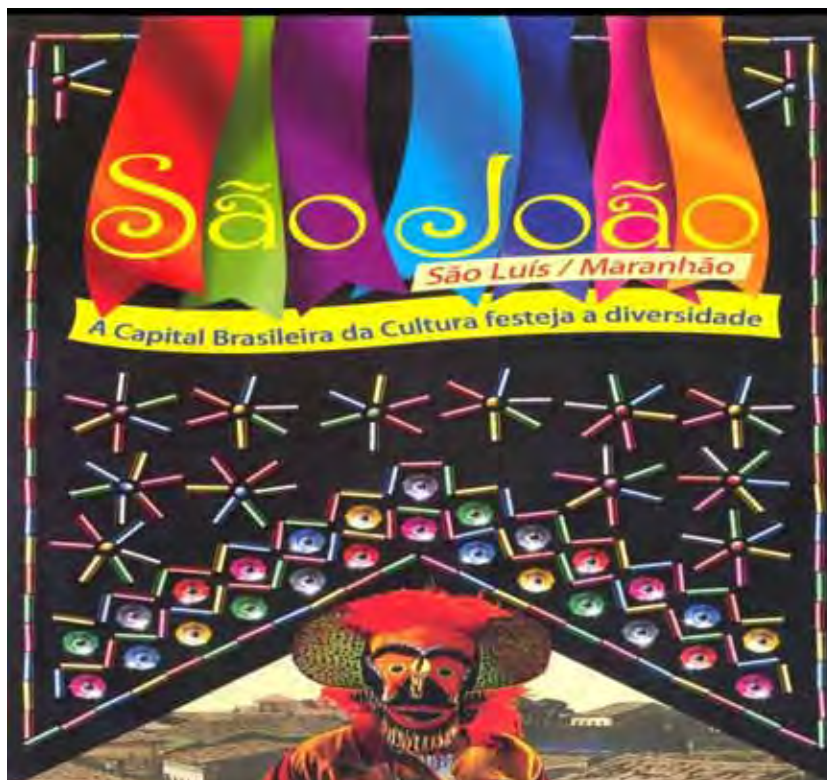


Figura 18 - Folder São João 2009 – Cazumbá. Prefeitura Municipal de São Luís.

Fonte: São Luís (2009).

Como todo gênero discursivo, esse *folder* tem um conteúdo temático – a festa junina de São Luís; um estilo – constituído por uma linguagem breve, pontual; e uma estrutura composicional – que consiste no entrelaçamento do verbal com o não-verbal. No espaço do não-verbal, existe um enunciador que apresenta elementos caracterizadores da diversidade anunciada: os canutilhos, miçangas e paetês que modelam as margens do *folder*. Esses elementos compõem uma memória sobre as festas populares do Maranhão, principalmente o bumba meu boi, cujo couro²³, confeccionado com esses enfeites, funciona como um signo metonímico da festa. Ainda é preciso observar nesse gênero o desenho da bandeirinha, figura que povoa a memória de todas as festas juninas do Maranhão. Na parte inferior desse artefato, emerge a figura de um cazumbá, personagem típica da festa de bumba meu boi. Nessa materialidade, ainda é necessário interpretar a imagem dos telhados dos casarões do centro histórico de São Luís como parte dessa diversidade que é proposta pelo turismo. Esse jogo semiótico compõe um quadro de referências sobre a cidade de São Luís, constituindo-lhe uma memória.

²³ O couro do boi é uma capa de veludo que recobre a armação de madeira usada pelos grupos para representar o animal na festa.

Este outro *folder* (Figura 19) apresenta um texto verbal mais extenso, estruturado em três parágrafos. No primeiro parágrafo, o enunciador marca o lugar da festa junina na história e na cultura do estado. Ao pontuar o período em que a festa acontece, ele apresenta o culto aos santos do mês de junho como argumento que recupera um imaginário sobre o nordeste como o lugar da tradição, ideia que se reforça nos parágrafos seguintes.

No segundo e terceiro parágrafos, a enunciação estabelece diálogos com um discurso que constrói o nordeste como o lugar da festa, da alegria, das brincadeiras, da diversão, do lazer e do povo hospitaleiro. No terceiro parágrafo, o enunciador destaca o título recebido pela capital maranhense (Capital Brasileira da Cultura 2009), ressaltando-o, na materialidade linguística, por meio do recurso gráfico, o negrito.



Figura 19 - Folder turístico. São Luís, junho 2009. Governo do Maranhão.

Fonte: São Luís (2009).

Nesse folder, o enunciado “a cultura faz a história e o presente vira passado e futuro” destaca que a noção de cultura está muito relacionada ao novo conceito de história, que atualmente agrega as mais diferentes manifestações humanas como elementos legitimadores da memória de um povo. Esse trecho traduz muito bem o funcionamento da concepção de patrimônio, na contemporaneidade, ao se valer de uma visão de tempo que abrange toda

temporalidade – presente passado e futuro – e onde todas as culturas têm abrigo. Vê-se, nesse enunciado, a instauração de um lugar heterotópico, em que toda a temporalidade se concentra em um único espaço – o espaço das festas juninas.

Da mesma forma que o bumba-meu-boi, muitas outras manifestações culturais populares passaram também a figurar como ícones identitários de São Luís, a exemplo de danças típicas locais, como o tambor de crioula, cacuriá, dança do lelê, dança do coco etc.



Figura 20 - São João 2009 - Tambor de Crioula. Prefeitura Municipal de São Luís.

Fonte: Arquivo pessoal (2009).

Nessa profusa festa de todos os iguais e diferentes (elite/periferia), na qual vem festejar identidades do passado (Atenas/Manchester) e do presente (onde tudo se funde e, aparentemente, se coaduna e se resolve) São Luís (“capital brasileira da cultura”) pode “festejar a diversidade”.

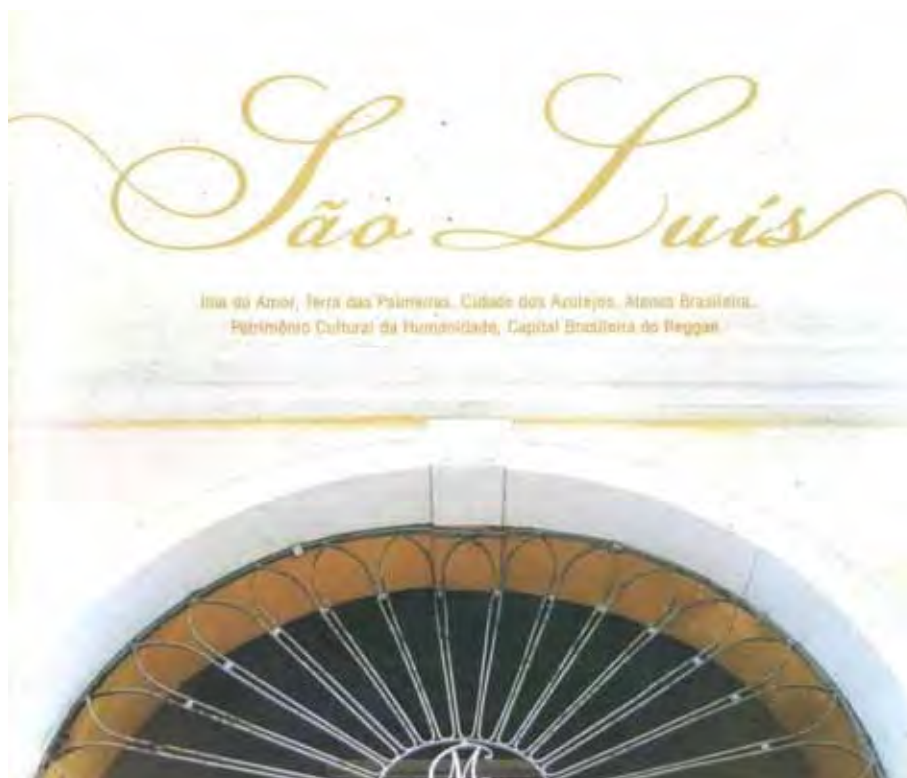


Figura 21 - Folder turístico. São Luís, junho 2009. Prefeitura de São Luís.

Fonte: São Luís (2009).

Esse *folder* reforça a discursividade que constrói a cidade de São Luís como palco da diversidade (Figura 21). O texto verbal destaca e convoca a memória das várias identidades da capital. No enunciado, vale observar o lugar reservado ao *reggae* que, conforme analisado anteriormente, em se tratando de processos de identificação local, nem sempre tem prestígio, como nos leva a interpretar a posição terminal em que ele aparece no arranjo sintático do texto.

No *folder*, há uma enunciação que aponta também para o fato de que São Luís, como Patrimônio Cultural da Humanidade, tornou-se um lugar heterotópico, um espaço em que a simultaneidade das identidades acontece. “É o tudo, ao mesmo tempo, agora”, apresentado como o singular da capital maranhense.

Na imagem a seguir, capa do *folder* da programação do evento “Maranhão – Vale festejar” (Figura 22), promovido pelo governo do estado, a diversidade também é destaque. O evento acontece sempre no mês de julho e a proposta é prolongar as apresentações das manifestações culturais da cidade, que se iniciam no mês de maio, para que o turista, em temporada de férias, possa encontrar a diversidade. O evento constitui uma biotecnologia por

promover as festas populares do Maranhão em uma configuração de produto da cultura para ser consumido pelo turista em um tempo e em um espaço administrados pelo poder público. A festa acontece no antigo Convento das Mercês, prédio construído no século XVII, e transformado em memorial José Sarney pelo próprio ex-presidente, nos anos 90.



Figura 22 - Capa de *folder* - Programa “Maranhão - Vale festejar”, São Luís, julho 2009. Governo do Maranhão.

Fonte: Associação dos Amigos do Bom Menino das Mercês (2009).

Na composição desse *folder* é destacado o fazer popular como as danças e o artesanato, na figura da colcha de retalhos, que tecem a cultura.

Todas essas identidades, que entram em cena a partir da década de 60, reforçam a noção de cidade Patrimônio da Humanidade. Nesse novo saber deve configurar uma confluência de identidades, pois a cidade é um bem de todos, pertence à humanidade. Conforme Giddens (1990, p. 3), “a modernidade é inerentemente globalizante”. Isso criou elementos que tornaram possível um novo rearranjo social; estes mesmos elementos mergulharam as relações sociais numa dinâmica que logo tornou a vivência do espaço cada vez mais móvel e expansiva.

Na condição pós-moderna, a sociedade assume algumas características, tais como perda de uma única referência de estética, ideológica e comportamental e a pretensão de inclusão de todas as culturas como mercados consumidores. Temos no consumismo e no ininterrupto processo de fabricação de necessidades os pilares de um novo modelo social criado através das modificações na experiência do tempo e conseqüentemente das experiências espaciais em escalas cada vez menos restritas.

Dentro da pós-modernidade, devido a uma situação caótica de fragmentação das identidades, da perda de referências gerada por inúmeras transformações nas concepções de tempo e espaço, derivadas, sobretudo, da invenção de novas tecnologias, que aproximaram mundos dantes incommunicáveis, o passado adquiriu muito valor, pois nele estariam as referências de que um povo precisaria para não perder seu “norte”. Dessa forma, na cidade de São Luís, as campanhas de patrimonialização direcionaram suas políticas em publicidades que destacam o passado como símbolo de uma memória capaz de sustentar a identidade do povo. Assim, enunciados gerenciados pelo Governo do Estado (governo de Jackson Lago) põem em funcionamento a importância que o passado tem para a elaboração das referências da cidade, ao mesmo tempo que promovem sua imagem, destacando as relações de poder que estão imbricadas nesse processo.



Figura 23 - Folder. São Luís, 2006. Prefeitura de São Luís.

Fonte: São Luís (2006).

Esse *folder*, que circulou em São Luís, foi distribuído na época da restauração da Praça Pedro II, ano 2006. No enunciado do *slogan* “Antigo sim, esquecido jamais!”, o sujeito se inscreve no espaço discursivo do pós-moderno, admitindo que o antigo (o passado) é algo de valor positivo, mas que não pode ser apagado da memória. Os efeitos de sentido da cena enunciativa são construídos a partir de mecanismos verbais e não-verbais. No plano não-verbal, a cena é arquitetada por três fotografias antigas, inclusive com as manchas de deterioração que o tempo imprimiu no papel, para criar um efeito de antiguidade. A fotografia é por isso escolhida para constituir esse sentido, pois é um artefato cultural cuja função é congelar a memória.

O *folder* a seguir, produzido também em 2006, apresenta a mesma composição verbal/não-verbal do analisado anteriormente. Seu *slogan* (“Recordar é viver. Restaurar é fortalecer”) dialoga com um trecho de uma canção popular (“recordar é viver, eu ontem sonhei com você”). Esse enunciado do *slogan*, que aponta para um lugar não-desconhecido,

amplamente reconhecido, é mobilizado como elemento argumentativo, uma intertextualidade, para tematizar a noção de lembranças, recordação, memória.



Figura 24 - Folder. São Luís, 2006. Prefeitura de São Luís.

Fonte: São Luís (2006).

Abaixo dessa imagem, afirma o texto verbal: “No ano de 2006, uma parceria entre a Prefeitura de São Luís e o Banco do Brasil possibilitou o **resgate** e a **preservação** de uma área de grande significado para a nossa cidade: Avenida e Praça Dom Pedro II”.

Nesse trecho, o enunciador destaca o local a ser restaurado como algo que havia sido levado ou que estava perdido, quando utiliza o termo “resgatar”. A preservação desse local é apontada como complemento da prática da preservação, ou seja, não basta recuperar o patrimônio, é preciso cuidar dele. Também são destacadas as relações socioeconômicas dos poderes públicos, com ênfase na parceria entre a prefeitura de São Luís e o Banco do Brasil, assim promovendo os espaços do poder. O *folder* é construído com base nesse sentido de retomada do patrimônio, como lugar de sedimentação da memória e construção da história.

O processo de revitalização é um mecanismo de preservação do patrimônio de cidades históricas e destaca-se como a produção de novos cenários, ou novas paisagens, como a articulação entre a tradição e a modernidade, como via de construção da cidade-imagem, signo central em um mundo globalmente competitivo.

Após o texto verbal, essa fotografia abaixo é por fim apresentada coloridamente para demonstrar as alterações realizadas na Avenida e Praça Dom Pedro II. As cores são mobilizadas para construir o efeito de atualidade do espaço, que passa por constantes ressignificações dentro da lógica do mercado turístico.

Compreender a produção do espaço nesse mercado implica em entender o espaço como uma construção. Ele é, simultaneamente, o lugar das estratégias para o capital e das resistências do cotidiano para os habitantes. A atividade turística é uma das mais recentes modalidades do processo de acumulação, que produz novas configurações geográficas e materializa o espaço de diferentes perspectivas, pela ação do Estado, das empresas, dos residentes e dos turistas.



Figura 25 - Praça D. Pedro II. *Folder*. São Luís, 2006. Prefeitura de São Luís.

Fonte: São Luís (2006).

Segundo Coriolano (2009), o turismo se reproduz transformando os espaços em mercadoria, seguindo uma lógica do capital. Essa atividade é uma das principais responsáveis pela produção dos espaços na sociedade contemporânea, agindo no sentido de desterritorializar e produzir novas configurações geográficas. Assim é que lugares antes construídos para determinadas finalidades, no passado, são expropriados para novos usos, como o que aconteceu com os casarões do Centro Histórico de São Luís, que hoje abrigam bares e restaurantes, museus, pousadas, repartições públicas.

As relações sociais e espaciais se transformam no fluxo do tempo, mas isso não se faz sem conflitos, contradições e resistências. Cada local, região ou país tem sua formação própria, sua cultura, valores e costumes e desse modo o espaço é produzido conforme essas relações mais amplas, em um processo articulado à produção geral da sociedade.

O turismo leva em conta aspectos como localização, riquezas naturais (sol, mar, montanhas), bem como o patrimônio cultural e histórico de um país (bens tangíveis e intangíveis).

O valor de uso do espaço relaciona-se ao valor de troca, fazendo surgir contradições como o espaço do residente e os espaços dos turistas, o espaço esquecido do cidadão local e o espaço elitizado e luxuoso dos turistas. Uma luta entre esses lugares acontece para atrair empreendimentos, obedecendo a uma ortopedia do capital.

No processo de transformação do espaço em mercadoria, o capital faz surgir novas atividades econômicas, como o lazer. O turismo provoca profunda mudança sócio-espacial, redefine as singularidades espaciais, além de reorientar os usos. O que antes era abundante torna-se raridade e entra no circuito das carências tão necessárias à economia política, por isso objeto de estratégias governamentais e privadas. O espaço passa a ser precioso, sobretudo, se acompanhado de atributos como “natural”, “verde”, “rural”, “conservado”.

No *folder* a seguir o texto enfoca as mudanças de paradigmas no conceito de cultura e patrimônio, destacando uma série de elementos que compõem a cultura maranhense como símbolos de identidade local, por meio de um processo de transformação de signos como culinária, natureza e arquitetura colonial em mercadoria.



Figura 26 - Guia Maranhão, 2007. Governo do Maranhão.

Fonte: Maranhão (2007).

Paisagens naturais exuberantes, tradições históricas e um patrimônio arquitetônico diferenciado do restante do País, somados a uma cultura rica e singular, onde se destacam a gastronomia diversificada, a religiosidade, o folclore, as danças e inúmeras manifestações artesanais, que guardam traços expressivos dos antepassados negros e índios e dos colonizadores portugueses, tudo isso construção de um povo hospitaleiro e lutador (MARANHÃO, 2007 [s.p.]).

Nesse primeiro parágrafo, o enunciador marca o Nordeste como o espaço da tradição, o lugar de paisagens paradisíacas, além da presença de uma miscelânea de símbolos, como gastronomia, religião, folclore, danças, artesanato, como elementos representativos de grupos em outros momentos ignorados, como o negro, o índio, que inclusive são situados em lugar prioritário na ordem sintática do texto: “que guardam traços expressivos dos antepassados negros e índios e dos colonizadores portugueses”. Além disso, o texto também traz uma representação do povo maranhense como lutador, desviando-se de um discurso antes recorrente acerca do povo nordestino que o representava como festeiro e pouco dado ao trabalho. Assim, o enunciador fala de um lugar “politicamente correto”, na medida em que incorpora os princípios de verdade da contemporaneidade, pelo respeito às diferenças étnicas e culturais.

O enunciador retrata uma noção de patrimônio ligada simultaneamente ao material e ao imaterial. Essa noção mantém afinidades complexas entre o que é “real” e o que é construído pelo discurso do turismo, o qual edifica São Luís como um lugar simbólico, por meio de efeitos de sentido que a aproximam de imagens já conhecidas, cristalizadas em nossa cultura, promovidas em discursos que circulam cotidianamente e que movimentam a memória social a partir do funcionamento de algumas imagens.

O texto segue: “Eis alguns segredos do Maranhão que o mundo vem descobrindo pela força do turismo”. Nesse período é destacado o lugar do turismo como o responsável pela apresentação do Maranhão ao mundo.

Em São Luís, patrimônio da humanidade, pode ser feito um passeio pela história visitando os museus, palácios, hotéis, teatros e igrejas datados dos séculos XVII, XVIII, XIX com arquitetura portuguesa. Além do encanto com a diversidade cultural existem ainda os movimentos folclóricos – Bumba meu Boi, tambor de crioula, Cacuriá e outros – e as praias aconchegantes desta cidade chamada “ilha do amor”.

Por esses movimentos discursivos é formulado o tão proclamado patrimônio, este que se situa na denominação da memória como herança de um povo e na configuração de uma identidade como um exemplo de proximidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa buscou mostrar que, em São Luís, a genealogia do conceito de patrimônio mobiliza várias práticas discursivas. A afirmação de múltiplas singularidades se edifica por meio de um imaginário social, a partir de “um sistema de ideias e imagens” construído pela elite dominante. Nesse processo histórico, vários acontecimentos fazem irromper o conceito de patrimônio.

No Capítulo 1, focalizamos o elemento de base dessa genealogia, que é o discurso que se constrói em torno do mito da *Atenas Brasileira*, que reflete uma visão imaterial de patrimônio, e que se edifica no campo literário, na voz de intelectuais maranhenses. A edificação desse mito se dá a partir de uma tentativa de aproximar os costumes ludovicenses de uma cultura erudita. No ambiente cultural que se formou na cidade, destacaram-se dois grupos literários. O primeiro – o Grupo Maranhense – se destacou no cenário nacional e inaugurou uma prática discursiva de exaltação das riquezas e belezas da terra natal, e produziu no segundo grupo – a Segunda Geração – a crença na superioridade do homem maranhense.

No Capítulo 2, nossa discussão evidencia que os discursos que constroem a identidade maranhense estão ligados à industrialização de São Luís, o que produz o epíteto **Manchester do Norte**. Essa identidade une-se a diversos saberes, como o da salubridade, o da higienização, mobilizados por um discurso do novo, do moderno. Nesse momento, silencia-se o antigo – a colonização portuguesa – e propõem-se mudanças, que consistem na negação da arquitetura e nos costumes de base colonial. Essa negação vai buscar no discurso de fundação suporte para uma nova singularidade: a de “única capital fundada por franceses”. Essa singularidade configura-se como um retorno ao passado e, ao mesmo tempo, aponta para o progresso, representado pela França. Movida pela industrialização, a **Manchester do Norte** tenta adequar-se aos novos padrões de urbanização e a novas formas de sociabilidade, que se apoiavam em normas de saúde, promovidas pelo processo civilizatório. Nesse momento, o conceito de patrimônio constrói-se pelo gerenciamento da saúde, a partir do controle do espaço urbano e dos corpos.

No Capítulo 3, são identificadas as transformações no conceito de História (e, conseqüentemente, de “sujeito”, “identidade”, “cultura” etc.) decorrentes da “pós-modernidade”, que produzem um novo conceito de patrimônio. Esse momento, também

denominado de “modernidade líquida”, traz problematizações em torno das identidades e levam a uma nova visão sobre os sujeitos e as culturas.

No Capítulo 4, discutimos as consequências das transformações da pós-modernidade para a produção identitária de São Luís e para a emergência de um novo conceito de patrimônio. A análise de textos da mídia nos mostrou que, nessa conjuntura, o conceito de patrimônio é articulado a processos como o da globalização, cultura de massa, indústria cultural ligando-se ao turismo como área de investimento do consumo de bens patrimoniais. Em São Luís, muitas identidades irrompem como resultado dessa perspectiva que propõe a **diversidade** como símbolo da pós-modernidade. A figura da **Jamaica Brasileira**, do bumba-meu-boi, do tambor-de-crioula, do cacuriá, por exemplo, denotam que os agentes da história, dignos de se patrimoniarem, são as culturas populares. Essas transformações trazem como consequência a consolidação e ampliação do conceito de patrimônio (material e imaterial) e a constituição da **São Luís da diversidade**.

Cada uma dessas identidades emerge em um momento histórico e circula em textos de diferentes naturezas, materialidades e suportes. A Atenas Brasileira materializa-se em livros (literatura) e jornais, a Manchester do Norte em discursos de médicos, engenheiros, máquinas (fotografia) e a São Luís da diversidade nos mais diversos tipos de mídia que invadem o cotidiano (impresso, *outdoors*, planfletos, *busdoors*).

O trabalho ressaltou que a figura da “Jamaica brasileira” adquire um estatuto ambíguo: de um lado, o olhar externo do turista, que espera encontrar o espaço do *reggae* organizado, disciplinado; de outro, o olhar interno de alguns moradores de São Luís, que veem o *reggae* como uma manifestação marginal.

No campo da Análise do Discurso, principalmente, o trabalho buscou ressaltar a dimensão política da emergência dos discursos sobre patrimônio no Brasil e suas relações com a memória, enquanto prática seletiva de saberes, a história e a língua.

A pesquisa buscou contribuir com uma ampliação dos estudos arquegenealógicos do discurso. No campo das pesquisas em torno do Turismo, este trabalho propôs uma reflexão acerca dos conceitos de patrimônio e sua inserção nas tramas da pós-modernidade e as várias identidades que com ela insurgem.

Um trabalho que se inscreve na discussão sobre patrimônio aponta para vários projetos futuros, no campo do Turismo. Considerando que a emergência das identidades ganha espaço na mídia, a partir da nova concepção de história, proposta pela Nova História, houve uma valorização da cultura popular em suas mais diversas configurações, constituindo-se este um terreno ainda a ser explorado pelos estudiosos do Turismo.

Os discursos analisados apontaram para diversos silenciamentos, que poderão ser investigados em trabalhos futuros. Entre eles a importância do negro na construção do patrimônio de pedra e cal. Aponta também para estudos sobre como o disciplinamento do espaço constrói uma representação de patrimônio cultural; ou como a diversidade difundida pela mídia constrói uma identificação universal, promovendo uma São Luís Patrimônio Cultural da Humanidade.

Outra questão a ser aprofundada em trabalhos futuros é a dialética dos olhares: o olhar do turista (o que ele vê? o papel da gestão do turismo: essa genealogia é visível para o turista? *versus* o olhar do sujeito (cidadão) local; o que se vê? políticas de turismo, educação, patrimonial, como se dá esse jogo de olhares? quais efeitos produz?

Esta tese, enfim, mostra a proficuidade dos diálogos entre a Análise do Discurso de base foucaultiana e os estudos do Turismo, abrindo várias perspectivas para outros e mais amplos debates em que se possa reconhecer o papel da língua e da linguagem na produção de identidades.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, D. *O Captiveiro*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, Rodrigues & C, 1941.

_____. *Espelho crítico-político da província do Maranhão*. Lisboa: Typ. Rollandianna, 1822.

ABREU, R. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. In: ABREU, R. C.; CHAGAS, M. (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ÁLBUM Comemorativo do 3º Centenário da Fundação da Cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão. São Luís: Typografia Teixeira, 1913.

ANDERSON, P. *As Origens da Pós-Modernidade*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ANDRÈS, L. P.C. C. *Centro Histórico de São Luís Maranhão: patrimônio mundial*. São Paulo: Audichromo, 1998.

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO BOM MENINO DAS MERCÊS. *Maranhão Vale Festejar: programação*. São Luís, 2009. Folder.

AUGÉ, M. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papyrus, 1994.

BACHELARD, G. *Poética do espaço*. Rio e Janeiro: Martins Fontes, 1999.

BARROS, V. *Imagens do moderno em São Luís*. São Luís: Unigraf, 2001.

BAUDRILLARD, J. *À sombra das maiorias silenciosas*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BAUMAN, Z. *Identidade*. Entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. bras. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005a.

_____. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005b.

_____. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BENJAMIN, W. *Paris, Capitale du XIX Siècle* in *Poésie et Revolution*. Paris: Denöel, 1986.

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOLUFER PERUGA, M. “Ciencia de la salud” y “Ciência de las costumbres”: higienismo y educación em el siglo xviii. *Áreas – Revista de Ciências Sociais*, n. 20, p. 25-50, 2000.

BORGES, D. C. *Imagem e comunicação visual no discurso político da Era Vargas*. 2006. Dissertação (Mestrado em Artes) – PUC, Rio de Janeiro, 2006.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 22.928 de 12 de julho de 1933*. Dispõe da organização e proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 1933.

_____. Constituição (1934). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)*. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em: 18 ago. 2009.

_____. *Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 1937.

CALVINO, I. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CANTANHEDE, P. C. *Saneamento das cidades e sua aplicação à Capital do Maranhão*: relatório apresentado ao Governo do Estado. São Luís: Typ. do Frias, 1902.

CARVALHO, C. M. B. *Sujeito, espaço e tempo: elementos da construção histórica em Os Tambores de São Luís*, de Josué Montello. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências e Letras) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2001.

CARVALHO, H. F. *Urbanização em São Luís: entre o institucional e o repressivo*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005.

CASTRO, C. História, cultura e patrimônio documental. In: _____. *Pesquisando em arquivos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CERTEAU, M. *A Cultura no Plural*. Campinas: Papirus, 1995.

CHEVITARESE, L. *As 'Razões' da Pós-modernidade: análogos*, anais da I SAF-PUC. Rio de Janeiro: Booklink, 2001.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

COELHO, J. T. *O que é ação cultural*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CORIOLOANO, L. N. M. T. *Espaço, poder e turismo: novas configurações geográficas*.

Disponível em:

<http://www.sbpcnet.org.br/livro/57ra/programas/CONF_SIMP/textos/luzianeidecoriolano-reestruturacao.htm>. Acesso em: 18 out. 2009.

CORREIO DO MUNICIPIOS. São Luís, n. 109, 16 jun. 2004. Disponível em:

<<http://www.correiodosmunicipios.com.br/Pagina675.htm>>. Acesso em: 18 out. 2009.

CRUZ, M. S. *O discurso pela f(r)esta: espaço e produção de identidades*. 2005. Tese (Doutorado em Ciências e Letras) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2005.

CUNHA, G. *Álbum Maranhão*. [S.l.]: O Autor, 1908.

DAVALLON, J. Imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, P. et. al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.

DIAS, A. G. *Canção do exílio*. Disponível em:

<<http://www.horizonte.unam.mx/brasil/gdias.html>>. Acesso em: 5 out. 2009.

DOSSE, F. *A História em Migalhas*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1989.

EAGLETON, T. *As ilusões do pós-modernismo*. Tradução de Elisabeth Barbosa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 7-9.

ELIAS, N. *O processo civilizador: a formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FALCON, F. J. C. *Iluminismo*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

FÉLIX, L. O. Política, memória e esquecimento. In: TEDESCO, J. C. (Org.). *Usos de memórias: política, educação e identidade*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002.

FERNANDES, C. A. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. São Carlos: Claraluz, 2008.

FERREIRA GULLAR, J. R. *Poema Sujo - um fragmento: "velocidades"*. Buenos Aires, maio/out. 1975. Disponível em: < <http://www.revista.agulha.nom.br/gula02.html>>. Acesso em: 2 out. 2009.

FERREIRA, M. V. *Reflexões acerca do progresso material da província do Maranhão*. Maranhão: Typ. do Frias, 1866.

FONSECA, M. C. L. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

FOUCAULT, M. O nascimento da medicina social. In: _____. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 23. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. Nietzsche, a Genealogia e a História. In: MOTTA, M.B. (Org.). *Michel Foucault. Ditos e Escritos II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 260-281.

_____. Outros espaços. In: MOTA, M. B. (Org.). *Michel Foucault e a Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. v. 3, p. 411-422.

_____. *A ordem do discurso*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999a.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Ed. Nau, 1999b.

_____. A sociedade punitiva. In: _____. *Resumo dos cursos do Collège de France*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997a.

_____. *Arqueologia do saber*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997b.

_____. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. *Patrimônio histórico cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1990.

GODINHO, V; LINDEMBERG, A. *Norte do Brasil: através do Amazonas, do Pará e do Maranhão*. Rio de Janeiro: Laemmert&C., 1906.

GONÇALVES, J. R. S. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 5-58. (Cadernos da FFC; 2).

_____. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/ IPHAN, 2002.

_____. Recitações de mitos: a história na lente da mídia. In: GOLIN, Maria do Rosário V. (Org.). *Filigranas do discurso: as vozes da história*. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/UNESP; São Paulo: Ed. Cultura Acadêmica, 2000.

GUATTARI, F. *Cartografias do desejo: micropolíticas*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUEDES, B. D. K. Políticas de preservação do Centro Histórico de São Luis. 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

HABERMAS, J. Modernidade: um projeto inacabado. In: ARANTES, O.; ARANTES, P. *Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, S. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: Humanitas, 2003.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HESRCOVICI, A. Identidade capixaba: alguns questionamentos. *Escritos de Vitória – Identidade capixaba*, Vitória, n. 20, P. 17-18, 2001.

JAMESON, F. *Espaço e imagem: teorias do pós-modernos e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1994.

LACROIX, M. L. *A fundação francesa de São Luís e seus mitos*. 3. ed. São Luís: EDUFMA, 2008.

LE GOFF, J. Memória. In: _____. *História e memória*. São Paulo: Ed. da UNICAMP, 1996.

LEITE, R. P. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Ed. UNICAMP; Aracaju: Ed. UFS, 2004.

LEMOS, C. A. C. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

LIPOVETSKY, G. *A Era do Vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa: Relógio d'Água, 1993.

LOPES, J. A. V. *Capital moderna e cidade colonial: o pensamento preservacionista na história do urbanismo ludovicense*. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

LYON, D. *Pós-modernidade*. São Paulo: Paulus, 1998.

LYOTARD, J.F. *Moralidades pós-modernas*. Campinas: Papyrus, 1996.

MARANHÃO. Governo do Estado. *Guia do Maranhão*. São Luís, 2007. Não paginado.

_____. *Lei Estadual n. 5.082, de 20 de dezembro de 1990*. Reorganiza diretrizes e conceito sobre o tombamento e formas de fiscalização dos bens culturais do Estado. São Luís, 1990.

_____. Governo do Estado. Secretaria de Planejamento. *Projeto Praia Grande*. São Luís, 1981.

_____. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Dr. Paulo Martins de Souza Ramos – Interventor Federal no Estado do Maranhão*. São Luís: Imprensa Oficial, 1939. Não paginado.

_____. Diário Oficial do Estado. Prefeitura Municipal de São Luiz. *Decreto n° 205 de 3 de novembro de 1936*. Manda pôr em execução o novo Código de Posturas do Município de São Luís e dá outras providências. São Luís: Tip. do Diário Oficial, 11 nov. 1936. p. 8-19.

_____. Lei n° 805, de 25 de junho de 1866. Aprova uma proposta da Câmara Municipal da Capital. In: _____. *Coleção de leis, decretos e resoluções da província do Maranhão*. São Luís: Tip. de B. de Mattos, 1867. v. 1867, p. 1.

_____. Lei n°. 775, de 4 de julho de 1866. Aprova o Código de Posturas da Câmara Municipal da Capital. In: _____. *Coleção de leis, decretos e resoluções da província do Maranhão*. São Luís: Tip. do Frias, 1866. v. 1865-1866, p. 67-99.

MARTINS, M. B. *Operários da saudade: os novos Atenienses e a invenção do Maranhão*. São Luís: EDUFMA, 2006.

MARTINS, R. S. *Atenienses e fluminenses: a invenção do Cânone Nacional*. *Anais do Seta*, Campinas, v. 2, p. 293-298, 2008. Disponível em: <<http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/seta/article/viewFile/435/361>>. Acesso em: 5 ago. 2009.

MASSARÃO, L. *Michel de Certeau e a pós-modernidade: ensaio sobre pós-modernidade, História e impacto acadêmico*. 1999. Disponível em: <<http://www.klepsidra.net/klepsidra24/certeau.htm>>. Acesso em: 5 ago. 2009.

MATOS, M. F. B. *...E o cinema invadiu a Atenas: a história do cinema ambulante em São Luís (1898 – 1909)*. São Luís: FUNC, 2002.

MEIRELES, Mário M. *História do Maranhão*. 4. ed. Imperatriz: Ética, 2008.

MESQUITA, Rui Ribeiro de. *Plano de Expansão de São Luís*. São Luís: [s.n.], 1958.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NORA, Pierre. *Entrevista*. Disponível em: <www.eurozine.com>. Acesso em: 25 ago. 2009.

O ESTADO DO MARANHÃO. São Luís, 4 dez. 1998.

_____. São Luís, 4 dez. 1997.

_____. São Luís, 5 dez. 1997.

_____. São Luis, 7 dez. 1997.

_____. São Luís, 19 dez. 1997. Caderno “São Luís – Patrimônio da Humanidade”.

_____. São Luís, 7 jan. 1990.

_____. São Luís, 12 jan. 1990.

_____. São Luís, 18 fev. 1990.

_____. São Luís, 22 dez. 1989.

O GLOBO – SÃO LUÍS. São Luís, 13 jul. 1948.

O IMPARCIAL. São Luís, 17 dez. 1997.

_____. São Luís, 18 dez. 1997.

_____. São Luís, 13 fev. 1990.

_____. São Luís, 15 abr. 1990.

_____. São Luís, 11 mar. 1979.

_____. São Luís, Supl., 11 mar. 1979.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. *Convenção Geral*. 17 out. 2003. Disponível em: <<http://www.unesco.org>>. Acesso em: 19 jul. 2008.

ORTIZ, R. *Um outro território*. São Paulo: Olho d'Água, 1996.

PACHECO, F. *Geografia do Maranhão*. São Luiz: Tipografia Teixeira, 1923.

PELEGRINI FILHO, A. *Ecologia, cultura e turismo*. Campinas: Papirus, 1997.

PESAVENTO, S. J. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

POPPER, K. R. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 2001.

PORTO, A. (Org.). *Publicações da Câmara Municipal de São Luís: Coleção de Leis e Resoluções Municipais (1892-1909)*. São Luís: Tipografia do Diário do Maranhão, 1910. p. 11-33.

RAMA, A. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RAMOS, A. *São Luís, 1908 - 2008- A cidade no tempo*. São Luís: Instituto da Cidade, 2008.

REIS FILHO, N. G. *Algumas experiências urbanísticas no início da República: 1890-1920*. São Paulo: FAU, 1994. (Cadernos de Pesquisa do LAP).

REIS, F. A. C. *Cartas a um velho amigo: ligeiro estudo sobre o estado econômico e industrial do Maranhão*. Rio de Janeiro: Tipografia de Domingos Luiz dos Santos, 1877.

REVEL, J. *Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.

REVISTA DO NORTE, São Luís, Mensal, 1904.

ROUANET, S. P. *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SANTOS NETO, M. Entrevista concedida pelo engenheiro civil Phelipe Andrés sobre Projeto Reviver. *O Estado do Maranhão*, 22 dez. 1989.

SANTOS, S. *Da Atenas à Jamaica Brasileira: imaginários sobre São Luís na mídia maranhense*. 2003. Dissertação (Mestrado de Ciências e Letras) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2002.

SÃO LUIS. Prefeitura Municipal. *São João - São Luís/Maranhão: a capital brasileira da cultura festeja a diversidade*. São Luís, 2009. Folder.

_____. Prefeitura Municipal. Instituto Municipal de Paisagem Urbana. *Avenida Dom Pedro II: recordar é viver – restaurar é fortalecer*. São Luís, 2006. Folder.

_____. Lei Municipal nº 2.353 de 29 de dezembro de 1992. *Plano Diretor Urbanístico do Município de São Luís*. São Luis, 1992.

SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. (Org.). *M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004.

SARNEY, J. São Luís, poesia e cravo. *O Estado do Maranhão*, São Luis, 19 dez. 1997. Caderno “São Luís – Patrimônio da Humanidade”.

SILVA, R. A. *Proposição à Unesco*. [S.l.: s.n.], 1996. Revisão do documento original. Não paginado.

STABILE, C. A. Pós-modernismo, feminismo e Marx: notas do abismo. In: WOOD, E. M.; FOSTER, J. B (Orgs.). *Em defesa da história - Marxismo e Pós-Modernismo*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

TEIXEIRA, M. C. *Os modelos urbanos portugueses da cidade brasileira*. Lisboa: Comunicação apresentada no Colóquio A Construção do Brasil Urbano, Convento da Arrábida, 2002.

VARGAS, A. L.S. *Educação física e o corpo: a busca da identidade*. Rio de Janeiro: Sprint, 1990.

VELLOSO, M. P. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v.2.

VERÍSSIMO, J. *História da literatura brasileira*. Edição digital. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2003. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/FichaObra.html?portal=0&Ref=10754>>. Acesso em: 15 ago. 2009.

VIVEIROS, J. *História do Comércio do Maranhão: 1612 - 1895*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954. 2. v.

WEFFORT, F. *Um olhar sobre a cultura brasileira: ações pelo patrimônio*. Rio de Janeiro: Funarte, 1998.

WIKIPÉDIA. *Hausmann*. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em: 20 2009.